

ECONOMATICA S.A.

Formulário de Referência >

📅 Ano: 2026 ⌚ Versão: 5

Sumário

ECONOMATICA S.A.

1. Atividades do emissor 032. Comentário dos diretores 043. Projeções 054. Fatores de risco 065. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 076. Controle e grupo econômico 087. Assembleia geral e administração 098. Remuneração dos administradores 109. Auditores 1210. Recursos humanos 1311. Transações com partes relacionadas 1412. Capital social e Valores mobiliários 1513. Responsáveis pelo formulário 16

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor	<u>17</u>	1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	<u>21</u>
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	<u>31</u>	1.4 Produção/Comercialização/Mercados	<u>32</u>
1.5 Principais clientes	<u>44</u>	1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	<u>45</u>
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	<u>47</u>	1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	<u>48</u>
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	<u>49</u>	1.10 Informações de sociedade de economia mista	<u>51</u>
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	<u>52</u>	1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	<u>53</u>
1.13 Acordos de acionistas	<u>54</u>	1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	<u>64</u>
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	<u>65</u>	1.16 Outras informações relevantes	<u>66</u>

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais	<u>69</u>	2.2 Resultados operacional e financeiro	<u>78</u>
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	<u>80</u>	2.4 Efeitos relevantes nas DFs	<u>83</u>
2.5 Medições não contábeis	<u>84</u>	2.6 Eventos subsequentes as DFs	<u>86</u>
2.7 Destinação de resultados	<u>87</u>	2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	<u>90</u>
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	<u>91</u>	2.10 Planos de negócios	<u>92</u>
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	<u>93</u>		

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 94

3.2 Acompanhamento das projeções 95

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 964.2 Indicação dos 5 (cinco) principais
fatores de risco 1244.3 Descrição dos principais riscos de
mercado 1264.4 Processos não sigilosos
relevantes 1304.5 Valor total provisionado dos
processos não sigilosos relevantes 1314.6 Processos sigilosos relevantes 1324.7 Outras contingências relevantes 133

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de
riscos e riscos de mercado 134

5.2 Descrição dos controles internos 141

5.3 Programa de integridade 145

5.4 Alterações significativas 149

5.5 Outras informações relevantes 150

Índice

6. Controle e grupo econômico6.1/2 Posição acionária 1516.3 Distribuição de capital 1676.4 Participação em sociedades 1686.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 1706.6 Outras informações relevantes 171

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	<u>172</u>	7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	<u>175</u>
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	<u>176</u>	7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	<u>178</u>
7.4 Composição dos comitês	<u>185</u>	7.5 Relações familiares	<u>190</u>
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	<u>191</u>	7.7 Acordos/seguros de administradores	<u>192</u>
7.8 Outras informações relevantes			<u>193</u>

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração	<u>198</u>	8.2 Remuneração total por órgão	<u>207</u>
8.3 Remuneração variável	<u>211</u>	8.4 Plano de remuneração baseado em ações	<u>213</u>
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	<u>223</u>	8.6 Outorga de opções de compra de ações	<u>224</u>
8.7 Opções em aberto	<u>225</u>	8.8 Opções exercidas e ações entregues	<u>226</u>
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	<u>227</u>	8.10 Outorga de ações	<u>228</u>
8.11 Ações entregues	<u>229</u>	8.12 Precificação das ações/opções	<u>230</u>
8.13 Participações detidas por órgão	<u>231</u>	8.14 Planos de previdência	<u>232</u>
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	<u>233</u>	8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	<u>237</u>

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 238

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 239

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 240

8.20 Outras informações relevantes 242

Índice

9. Auditores9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 2499.3 Independência e conflito de
interesses dos auditores 2519.4 Outras informações relevantes 252

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 253

10.1 Descrição dos recursos humanos 255

10.2 Alterações relevantes 256

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 257

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 259

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 260

10.5 Outras informações relevantes 261

Índice

11. Transações com partes relacionadas11.1 Regras, políticas e práticas 26211.2 Transações com partes relacionadas 26511.2 Itens 'n.' e 'o.' 26811.3 Outras informações relevantes 269

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 270

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 271

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 272

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 273

12.5 Mercados de negociação no Brasil 274

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 275

12.7 Títulos emitidos no exterior 276

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 277

12.9 Outras informações relevantes 278

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 280

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores 281

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 283

1.1 Histórico do emissor

O TC S.A. ("TC" ou "Companhia") foi constituído em 2016 por Pedro Albuquerque, Rafael Ferri e Israel Massa. Idealizado e criado por pessoas com grande experiência em tecnologia, mercado financeiro e de capitais, o TC nasceu como uma plataforma voltada a investidores reunindo inteligência de mercado, análise de dados e educação financeira.

Em 2017, o TC se consolidou no Slack (uma plataforma de comunicação comercial), e atingiu aproximadamente 10 mil investidores na plataforma. Neste mesmo ano, foi inaugurada a primeira sede do TC, na cidade de São Paulo e lançado o seu primeiro plano, o TC Master Pro.

Em 2018, a Companhia lançou o seu aplicativo para celular e atingiu 30 mil investidores cadastrados. Também neste ano ocorreu o lançamento do TC Mover Pro ("Mover"), um serviço de notícias e inteligência de mercado.

Em 2019, houve o lançamento do Trade Ideias ("Ideas"), *feed* de compartilhamento de ideias de investimentos do mercado, houve ainda uma reformulação da área de educação (TC School). No final deste ano, a plataforma do TC atingiu 200 mil cadastros.

Em 2020, o TC disponibilizou os planos TC Master e TC Private, além dos produtos Carteira e o TC Labs, criado para desenvolver pesquisas que são úteis para lançar, no mesmo ano, o TC Matrix. A plataforma atingiu 400 mil cadastros.

O ano de 2021, como um todo, foi um ano muito significativo para o TC. Em fevereiro de 2021, foi aprovada a sua transformação societária, passando de sociedade limitada para sociedade por ações, com a alteração da sua denominação social para TC Traders Club S.A.

Em março de 2021 foi lançada a TC Radio, a primeira rádio sobre mercado financeiro no Brasil, com conteúdo 100% focado em economia, finanças e investimentos.

Em abril de 2021, a Companhia adquiriu a Sencon, proprietária de software que automatiza o cálculo do imposto de renda devido sobre os investimentos mediante o upload, pelo investidor, das notas de corretagem, além de simular, classificar suas operações e calcular retorno histórico das carteiras, o que representou a incorporação, ao portfólio da Companhia, de mais uma ferramenta essencial para simplificação da vida do investidor.

Em 28 de julho de 2021, o TC se torna uma das empresas mais jovens a abrir capital na bolsa de valores brasileira, no segmento Novo Mercado da B3, fechando o primeiro dia de operações com uma alta de 32,6% – uma das estreias mais expressivas do ano.

Entre os meses de setembro e outubro de 2021, a Companhia anunciou as suas primeiras aquisições pós-IPO: Abalustre, RIWeb e Economatica, marcando sua estreia no segmento B2B, além da celebração do Contrato de Investimentos com a 2TM, *holding* da plataforma de ativos digitais Mercado Bitcoin.

Em novembro de 2021, o TC anunciou a aquisição do CriptoHub e celebrou Contrato de Investimento com as empresas Qooore Corporation, DXA e InvestAI.

Ao longo de 2021 a plataforma do TC também passou por importantes evoluções, dentre

elas o lançamento do Scoop by Mover, que entrega informações preditivas em primeira mão e análises de fluxo e do mercado de commodities; da TC Station ("Station"), um canal multimídia com conteúdo em vídeo e *lives* de contribuidores, além da transmissão de *conference calls* de companhias abertas.

Além de novos produtos, a plataforma teve uma nova versão lançada com importantes melhorias focadas em UX e UI, um projeto que continuam ao longo de 2022, além dos esforços do TC em consolidar-se como uma plataforma *one-stop-shop* e crescer na frente B2B. As novidades não param:

Em fevereiro de 2022, foi celebrada a entrada da Companhia no *business* de Gestão de Recursos de Terceiros Independente através da criação da TC Gestão ("Wealth"); a aquisição de participação na TC Sfoggia Tax Tech Consultoria ("TC Sfoggia"); e a aquisição de participação na Arko Advise e Arko Digital.

Em maio de 2022, a RIWeb, lançou sua nova identidade visual e posicionamento no mercado e passou a se chamar Prisma, expandindo suas frentes de atuação para consultoria estratégica, design e soluções em tecnologia para times de Relações com Investidores.

O TC também avançou no segmento de cripto e começou a oferecer a negociação desses ativos dentro da sua plataforma, em parceria com o Mercado Bitcoin. Como parte do desenvolvimento da sua corretora ("TC Investimentos"), a Companhia assinou em junho do mesmo ano, um contrato para aquisição da Dibran DTVM Ltda., uma das mais conceituadas e tradicionais distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTV) independentes do mercado.

Importante notar que a conclusão e o fechamento dessa operação estão sujeitos à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias para a consolidação do controle acionário, inclusive do Banco Central.

No segundo semestre de 2022, o TC anunciou aquisição de participação na Galícia Educação S.A., visando ampliar a oferta de conteúdos e explorando novos nichos de educação, como cursos profissionalizantes, certificações, graduações e MBAs voltados para o mercado financeiro.

A *Wealth* recebeu autorização da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários e foi criada a TC Advisory, subsidiária integral da Companhia, que atua com consultoria e assessoria em mercado de capitais, incluindo M&As e demais operações para captação de recursos.

Em outubro de 2022, foi concluída a aquisição da Pandhora Investimentos Ltda., gestora de fundos multiestratégia quantitativos que traz um diferencial competitivo para o ecossistema do TC, gerando oportunidades de novos produtos para a sua base de clientes e uma fonte adicional de receita recorrente para a Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2022, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de TC Traders Club S.A para TC S.A.

Em junho de 2023, o TC e a MAG Seguros firmaram uma parceria comercial, com a possibilidade de constituição futura de uma *joint venture* seguradora voltada para a comercialização de seguros e de produtos financeiros.

Em julho de 2023, a empresa Startups BR Holding Ltda., sob o controle de Rafael Ferri, concluiu a venda total de suas participações na Companhia, efetivando, assim, sua saída definitiva tanto do Acordo de Acionistas quanto do TC.

Em julho de 2023, a WNT Gestora de Recursos, que detém mais de 25% do capital social do TC, oficializou sua entrada no bloco de controle, tornando-se parte integrante do Acordo de Acionistas da Companhia por meio do Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Landia.

A Companhia realizou, em 08 de agosto de 2023, a constituição da TC Assessor de Investimento LTDA, subsidiária do TC S.A., a qual possui 99,9 % das quotas sociais da Sociedade e a qual atua como assessor de investimento nos termos da RCV 178.

A Companhia realizou, em 13 de setembro de 2023, a constituição da TC Star Desk Educação Financeira LTDA, subsidiária do TC S.A., na qual a Companhia possui 51% das quotas sociais da Sociedade. A Sociedade atua como mesa proprietária e tem como objeto social, atividade empresarial voltada para o mercado financeiro, incluindo ensino sobre ações, opções financeiras e índices de mercado. A Sociedade presta serviços de mentoria e educação de operações financeiras mediante uso de simulador de mesa proprietária remunerado pelos Clientes/Alunos.

Em dezembro de 2023, o Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Landia transferiu sua participação no bloco de controle para o Sr. Marcelo Faria de Lima.

Em 04 de novembro de 2024, foram concluídos os atos de fechamento da operação (assinatura do termo de fechamento e documentos relacionados bem como pagamento da parcela final de fechamento) de aquisição direta da Dibran Holding 35 Financeira Ltda, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado em 09 de junho de 2022. A operação foi, ainda, aprovada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2024.

Em 2025, a Companhia avançou de forma relevante na execução de sua estratégia de verticalização, com destaque para o lançamento e início das operações de sua corretora própria, após obtenção das autorizações regulatórias necessárias. Esse movimento marcou um novo ciclo na trajetória do TC, consolidando a integração entre conteúdo, comunidade e execução de investimentos em uma única plataforma.

No segundo trimestre de 2025, foi iniciado o funcionamento da corretora, com a abertura de contas e início das operações pelos usuários, evidenciando a capacidade da Companhia de monetizar sua base engajada e ampliar sua atuação no mercado financeiro.

Ao longo do ano, a Companhia também deu continuidade ao desenvolvimento e integração de seus produtos, com avanços na experiência do usuário, incluindo funcionalidades que conectam diretamente a interação social à jornada de investimento, reforçando seu posicionamento como um ecossistema digital completo para investidores.

Adicionalmente, 2025 foi marcado por um processo de otimização operacional e reestruturação organizacional, com foco em eficiência, disciplina de custos e simplificação de estruturas, incluindo a descontinuação de operações não estratégicas e a priorização de negócios com maior potencial de geração de valor.

A Companhia também avançou em iniciativas estratégicas relacionadas ao seu portfólio de ativos, incluindo o processo de desinvestimento de participações consideradas não essenciais, com o objetivo de fortalecer sua posição de caixa e suportar a continuidade de seu plano de crescimento.

Nesse contexto, ao final de 2025, o TC consolidou as bases de seu novo modelo de negócios, centrado na integração entre comunidade, conteúdo e execução de investimentos.

1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

VISÃO GERAL – PRODUTOS E SERVIÇOS

A Companhia oferece uma das plataformas mais inovadoras e tecnológicas de educação financeira, análise de dados e inteligência de mercado do Brasil. O TC tem a missão de democratizar o mercado financeiro, ao oferecer uma plataforma completa para investidores, com espaço para discussões e ideias de investimento conectando e promovendo *networking* entre milhares de investidores, suportada por dados em tempo real, conteúdo educacional dedicado e ferramentas analíticas apropriadas, beneficiada pelo grande potencial disruptivo da tecnologia, pela mudança estrutural do mercado de investimentos financeiros e alavancada pelo poder do efeito de rede. O aplicativo TC pode ser acessado via *desktop* ou ser baixado gratuitamente na App Store e no Google Play.



Crie sua conta rapidamente

O ecossistema do TC permite que os seus usuários tenham acesso a uma plataforma all-in-one, a qual permite que em um mesmo ambiente possam:

- (i) aprender sobre o mercado financeiro com cursos, workshops, livros, vídeos, competições e artigos;
- (ii) acessar as principais informações do dia por meio de notícias, vídeos e uma rádio exclusiva e uma Sala ao Vivo com analistas certificados falando sobre mercado financeiro durante todo o dia (Central de notícias e acompanhamento ao vivo);
- (iii) utilizar ferramentas de análise de dados: modelos matemáticos, estatísticos e computacionais que auxiliam os investidores no processo de tomada de decisão, carteira, calculadora de IR, cotações, análise de investimentos (Inteligência de mercado em tempo real);
- (iv) encontrar opções para otimizar seus investimentos a partir da gestora de fundos Pandhora Investimentos (Gestão de carteiras e fundos); que no quarto trimestre de 2025 manteve desempenho consistente, com o fundo posicionado no primeiro quartil entre os multimercados e captação líquida positiva;
- (v) os usuários podem executar suas ordens diretamente pela plataforma, por meio da corretora do TC, cuja operação foi iniciada em 2025, após obtenção das autorizações regulatórias aplicáveis. No encerramento do 4T25, a Traders Corretora registrou 23.958 contas abertas, 10,1 milhões de contratos futuros negociados na BMF e R\$ 2,20 bilhões em volume transacionado no mercado à vista

Além dos produtos e serviços acima mencionados, a plataforma do TC conta ainda com a sua comunidade de investidores, que proporciona a possibilidade de um *cross-seling* entre unidades de negócio e investidores sem paralelo. A integração entre comunidade e corretora foi impulsionada pela adoção de inteligência artificial, funcionalidades de gamificação, rankings de usuários e a implementação do programa de fidelidade TC Coins.

TC EMPRESAS

¹ Em junho de 2022, o TC anunciou a aquisição da Dibran DTVM visando acelerar o início desse projeto. A aprovação regulatória da Corretora já foi obtida. Com os documentos finais enviados ao Banco Central,

Em 2021, o TC estreou no segmento B2B, um passo importante para a Companhia e totalmente conectado com esse objetivo, aproximando companhias listadas e fundos aos seus investidores através da comunidade do TC. Os investidores, por sua vez, agora têm mais acesso aos eventos e documentos das empresas na mesma plataforma que fazem suas análises e acompanham o mercado.

Economatica / TC Economatica

1. Economatica (dados financeiros)

Fundada em 1986 e adquirida pelo TC em setembro de 2021, a Economatica (“Plataforma”) é referência no desenvolvimento de sistemas para análise de investimentos. A Plataforma é alimentada com informações que permitem ao usuário manipular grandes volumes de dados, criar *insights*, fazer simulações avançadas e gerar relatórios. Estrategicamente, a operação da Economatica encontra-se atualmente classificada como mantida para venda. A companhia avançou nos desinvestimentos e mantém hoje a posse de 50,1% da empresa. A concretização dessa venda é vista como um passo fundamental para o fortalecimento da posição de caixa da companhia.

A Economatica oferece os dados mais relevantes sobre fundos de investimentos e ações de empresas em mais de 40 países e é amplamente utilizada por bancos de investimento, fundações de previdência privada e gestoras, corretoras de valores, departamentos de relações com investidores, empresas de consultoria e instituições educacionais e governamentais do Brasil e da América Latina.

A Plataforma possui:

- Dados sobre ações, fundos, aluguel de ações, renda fixa, FIIs, BDRs, ADRs, ETFs; e
- Ferramentas que possibilitam a modelagem de fluxo de caixa descontado, análise de pares, curva de Markowitz, simulação de carteiras, entre outros.

Desde a aquisição, a Companhia trabalhou para entregar uma nova experiência aos usuários da Plataforma, apoiado na melhoria dos parâmetros de interfaces do usuário/*user interface* (UI) e experiência do usuário/*user experience* (UX) da Economatica. A aquisição agrega tanto para o segmento B2B, através do desenvolvimento do terminal [TC Economatica](#), quanto o segmento B2C, integrando dados e serviços ao ecossistema do TC.

2. TC Economatica (terminal de inteligência de mercado e política)

Um terminal moderno que integra tecnologia, usabilidade e profundidade de informações, o TC Economatica oferece:

- **Feed de notícias:** Central de Informação com a cobertura completa do mercado, 24 horas por dia, e filtro para seus ativos favoritos;
- **Exclusivas:** Furos de notícia, informações de bastidores e movimentos do mercado financeiro antes de serem publicados nos jornais;

- **Análises Arko:** Conteúdos exclusivos sobre eleições e os principais fatos políticos pela mais renomada casa de inteligência do país;
- **Calendário:** Agenda econômica global, acontecimentos e eventos do governo e empresas que impactam o mercado;
- **Cotações em tempo real:** Lista personalizada com a cotação em tempo real de ativos da B3 e das principais bolsas do mundo inteiro, além de cotações de juros, moedas e commodities;
- **Fundamentos:** Panorama geral e indicadores fundamentalistas de empresas, além de análises comparativas e dados financeiros preciso;
- **Gráficos:** Análise técnica e a movimentação completa das ações, sem atrasos e em tempo real durante o pregão.
- **Pares de Moedas:** Um painel comparativo de como estão as variações da moeda no mundo;
- **Curva de Juros:** Toda a curvatura de juros em todos os vencimentos mais curtos até os mais longos em datas específicas para refletir como está o desempenho do juros e comparar o spread com períodos anteriores.
- **Book de Ofertas:** O Terminal já conta com um Book de ofertas para B3, que mostra as melhores ofertas de compra e venda abertas no mercado em tempo real.
- **Times and Trades:** Acompanhamento de todos os negócios em tempo real executados no mercado, com quantidade, corretoras que compram e vendem, agressores e preço;
- **The Analyst:** Temos uma IA proprietária que acompanha as principais informações e notícias de empresas que podem interessar e serem relevantes para os usuários do Terminal.

MERCADO DE INVESTIMENTOS EM TRANSFORMAÇÃO

Democratização do acesso à informação de mercado

Em um mercado pujante e em constante transformação, nascemos com a missão de levar o mesmo nível de acesso à informação e inteligência de mercado dos grandes investidores institucionais para os mais de meio milhão de membros que participam da plataforma, e a milhões de brasileiros.

Expansão da plataforma por meio de efeitos de rede

O modelo de negócios do TC se beneficia de um círculo virtuoso mesmo em um cenário macroeconômico não favorável, permitindo que mais pessoas poupem recursos e invistam melhor, num cenário de altas taxas de juros, onde conseguir performar acima da média do mercado se torna um desafio ainda maior no mercado de capitais. Para isso, buscam educação financeira e se cadastram na B3, aumentando sua participação e ajudando a fomentar uma expansão econômica. A Companhia busca participar de todas essas etapas fornecendo cursos educacionais, análise de dados, inteligência de mercado, gestão de recursos e execução de ordens para atender todos os estágios dos investidores dentro da comunidade TC.

Ademais, desde a decisão de se tornar uma corretora, a Companhia tem trabalhado em diminuir seu portfólio de produtos para aquilo que é essencial e *core* no produto e desenvolvimento da comunidade e corretora, visando aumentar sua resiliência em cenários com taxas de juros mais elevadas. Com esse mesmo objetivo, o TC também ingressou no segmento B2B e criou áreas de negócios como seguros, câmbio, produtos

que se encaixam com o projeto da corretora e no B2C, estreou, no início de 2023, a fase inicial do segmento transacional, por meio do lançamento do app “TC Investimentos” uma versão *white label*, onde estão disponíveis para negociação os fundos da Pandhora e diversas opções de investimentos, incluindo ações, derivativos, opções, ETFs e outros, em um só lugar e com diversos benefícios exclusivos do TC. Ainda no primeiro trimestre de 2025 iniciou o processo de “alistamento” para a nova corretora em parceria com a Terra Investimentos. Lançou oficialmente sua corretora no segundo trimestre, com início das operações após aprovação regulatória. Registrou crescimento consistente na base de contas abertas, volumes negociados e ativos sob custódia ao longo do ano. Consolidou a integração entre a comunidade de investidores e a execução de operações financeiras. Implementou funcionalidades de gamificação, rankings e programas de benefícios, como o sistema de recompensas vinculado à atividade dos usuários.



PRODUTOS E ÁREAS DE NEGÓCIOS

Análise: Fornece análises independentes sobre os ativos disponíveis no mercado financeiro através de estudos quantitativos e qualitativos, buscando as melhores recomendações, em termos de risco e retorno, de acordo com cada perfil de investidor. Procura encontrar assimetrias entre preço e valor para os ativos examinados e formular estratégias de timing que considerem o potencial destes ativos no curto e longo prazo.

Análise de Investimentos: *Feature de data analytics* que busca simplificar os dados disponíveis para os investidores. Este produto oferece sistema de análise, informações financeiras de empresas listadas no Brasil, acesso direto para fatos relevantes e demais divulgações oficiais das companhias, como também o consenso das estimativas de mercado e recomendações de analistas.

Mover (“Notícias”): A Mover é uma agência de notícias composta por dezenas de profissionais especializados na cobertura de assuntos relacionados à economia, política, companhias, finanças e mercado financeiro em geral. O objetivo de atuação da Mover é manter o cliente informado e atualizado em tempo real sobre os principais fatos que envolvem companhias listadas nas bolsas de valores, moedas, juros, indicadores financeiros do Brasil e de outros países, criptoativos e entre outros assuntos relacionados que movimentam o mercado local e internacional.

Exclusivas by Mover: A Mover oferece ainda o Exclusivas, um serviço de informações que produz diariamente reportagens especiais e de alto impacto sobre política, economia e empresas. Além de conteúdo próprio – são cerca de 40 reportagens produzidas pela equipe diariamente – o Exclusivas também agrega reportagens de agências de notícias parceiras, como Reuters, CNBC, The Wall Street Journal, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico, entre outros, tornando-se uma central de informações relevantes para quem quer operar no mercado financeiro. Relatórios: o aplicativo do TC ainda conta com relatórios de pesquisa de mercado de parceiros altamente reconhecidos no mercado como Exame, BTG Pactual, Genial Investimentos, Eleven Financial

Research, Mycap Investimentos, Banco Inter, Banco do Brasil e TC Matrix.

Station (“Vídeos”): Canal multimídia dedicado a conteúdos sobre o mercado financeiro. Em um mesmo ambiente, estão disponíveis de maneira simultânea conteúdos em vídeo, lives de contribuidores (ao vivo e passadas) e a TC Rádio, dando flexibilidade para o investidor consumir e interagir com os conteúdos a hora que quiser.

TC News: A TC News é a primeira emissora voltada 100% para o mercado financeiro. Diariamente, a emissora aborda notícias, fatos e números imprescindíveis para quem investe ou pensa em investir. Trata-se de uma iniciativa inovadora do TC, encabeçada pela equipe da Mover, área de inteligência de mercado da plataforma. Traders, gestores, analistas, economistas e produtores de conteúdo se reúnem num ambiente pautado pela distinção entre fatos e ruídos, a fim de municiar melhor a tomada de decisão.

Sala ao Vivo: a Sala ao Vivo foi criada no final de 2023. Fica ao vivo durante todo o período do pregão, na qual *traders* comentam ao longo do dia possíveis cenários. Além disso, é acompanhada por um analista CNPI que pode, caso ache oportuno, passar recomendação de operações ao vivo, além de ser um ambiente que tira muitas dúvidas e acaba sendo bem educativo.

Nos mais de 2 anos em que está no ar, o projeto já recebeu convidados relevantes para o mercado financeiro, como Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente da República), Michel Temer (ex-presidente da República), Ricardo Amorim (Economista), Tarcísio Freitas (governador do Estado de São Paulo), Paulo Guedes (ex-Ministro da Economia), Fernando Haddad (ministro da Fazenda), entre outros.

O projeto trouxe maior engajamento para a comunidade da marca e captação de novos usuários, com aumento no tempo médio de login dos clientes. No canal do YouTube do TC, a rádio teve contribuição direta para o alcance de 250 mil inscritos - marca que fez do canal o de maior crescimento no segmento financeiro ao longo do segundo semestre de 2022, de acordo com dados da ANBIMA.

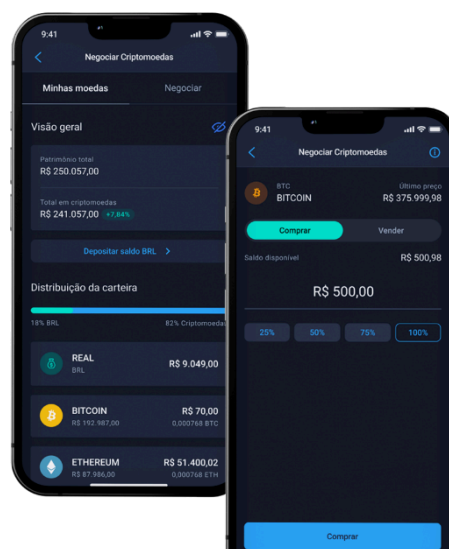
Feed: produto colaborativo com ideias de investimentos do mercado financeiro brasileiro, feito para investidores participarem e terem acesso às melhores opiniões do momento, além de ampliar o escopo de rede social, na qual cada usuário é capaz de publicar e criar o seu perfil social de investidor/*trader*.

Sencon (Imposto de Renda): *Feature* que facilita o processo de cálculo do imposto de renda dos investidores, além de simular, classificar suas operações e calcular retorno histórico das carteiras dos investidores.

Carteira: Ferramenta na qual o usuário pode acompanhar sua alocação de investimentos (ordens de compra e venda na bolsa de valores), controlar sua carteira ou até mesmo simular operações.

Serviços Oferecidos – B2C

Oferecemos planos de benefícios exclusivos que permitem o acesso, de forma diferenciada, aos



produtos de nossa plataforma. Esses planos atualmente podem ser contratados por meio de assinaturas mensais ou anuais (modelo SaaS tradicional) e, muito em breve, os usuários também terão acesso a partir do número de operações realizadas e/ou valor em custódia. Quanto mais os usuários operarem na corretora do TC, mais benefícios serão liberados.

Essa nova modalidade de acesso aos planos faz parte da estratégia da Companhia de impulsionar o seu segmento transacional por meio das sinergias entre os produtos atualmente ofertados, principalmente a sua comunidade de mais de 700 mil investidores.

Atualmente, temos as seguintes categorias de planos disponíveis:

Planos TC:

- **Free:** Plano gratuito direcionado a investidores de todos os níveis que querem começar a investir e/ou rentabilizar ainda mais os seus investimentos, a fim de atrair mais usuários para a base do TC visando futuro *upsell* ou monetização alternativa durante a jornada do usuário. Com o Free, o usuário pode conferir os principais indicadores para análises financeiras e acessar diversas ferramentas para apoiar os investimentos, entre elas: canais de interação com outros investidores; análise de investimentos; cotações, índices e notícias em tempo real.
- **Master:** Plano que oferece além de todos os benefícios do Free, acesso exclusivo ao Feed com raciais por trás de investimentos de contribuidores; alertas urgentes de alto impacto no mercado; informações sobre o mercado financeiro 24/7; interação nos canais Master: participação em debates, dúvidas e networking; Traders Cast: podcast em vídeo resumindo a semana com os Contribuidores e convidados; operações de especialistas compartilhadas em tempo real; salas de *trade* com pré-abertura e eventos ao vivo durante o pregão; recomendações e relatórios das principais casas de análise do país; alertas e notificações de novos *trades* na comunidade; canais dedicados a operações de Day Trade e Opções.

Imposto de renda:

- **IR Bolsa:** Ferramenta destinada para quem precisa declarar o Imposto de Renda dos seus investimentos, com cálculo do Imposto de Renda; emissão do DARF; relatórios para declaração anual; relatório de resultados; gráfico de evolução de resultados; sem limite de notas de corretagem e sem limite de corretoras.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Ao longo de 2025, a Companhia também executou um processo relevante de ajuste operacional, com foco em eficiência e sustentabilidade: Redução consistente de despesas operacionais ao longo dos trimestres, redimensionamento da estrutura organizacional, encerramento de unidades de negócio não lucrativas e foco em produtos core, além de maior disciplina na alocação de capital.

Como resultado direto dessas medidas, o quadro de funcionários foi reduzido de 167 colaboradores no 3T25 para 133 no 4T25, mantendo apenas a base essencial, com uma receita média por funcionário de R\$41,6 mil.

No que diz respeito ao desempenho financeiro no 4T25, a companhia registrou receita líquida de R\$4,9 milhões, um crescimento de 4,4% ante o mesmo período de 2024, totalizando R\$22,3 milhões no consolidado do ano. O trimestre encerrou com um EBITDA ajustado negativo de R\$1,7 milhão e um prejuízo líquido ajustado de R\$4,6 milhões.

O resultado contábil do trimestre foi substancialmente impactado por itens não recorrentes, totalizando R\$ 71,3 milhões em despesas, impulsionadas por R\$ 37,3 milhões em impairment de ativos (como 2TM e Arko Advice) e R\$ 15,9 milhões em provisões (PECLD). A Companhia finalizou 2025 com uma sólida posição de caixa e equivalentes (incluindo aplicações vinculadas) de R\$21,5 milhões.

Modelo de negócios *asset light*, altamente escalável e com previsibilidade de receita

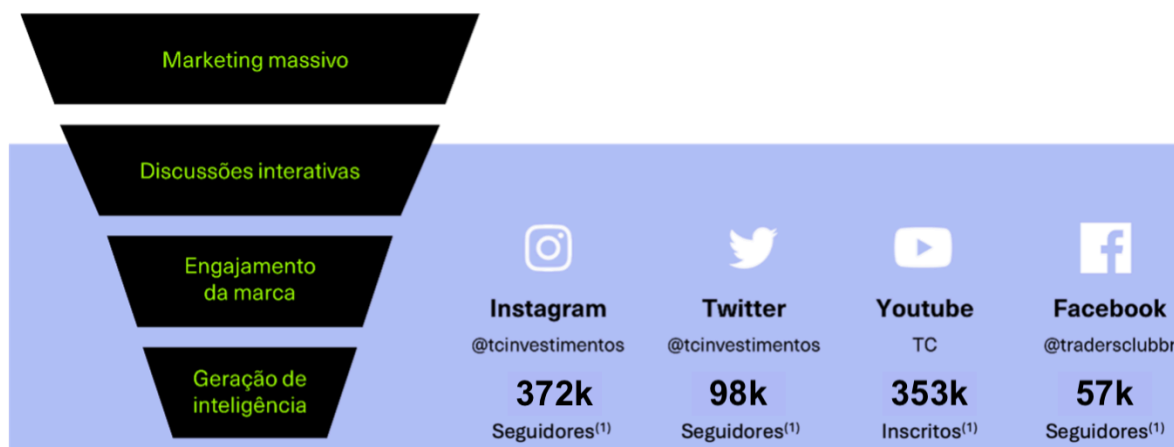
Nosso modelo possui foco no fornecimento de serviços e soluções digitais para investidores por meio da plataforma TC com a receita atrelada a assinaturas, sem ativos imobilizados relevantes, caracterizando-o como *asset light*.

A Companhia acredita na mudança gradual dessa receita sendo gerada pelas operações dos clientes direto na nossa corretora, os planos de assinatura estão agora voltados a benefícios diretamente ligados a corretora, criando um ecossistema de produto que faz muito mais sentido nessa nova fase. O efeito de rede nos permite atrair novos usuários visando conversão futura em assinaturas e outros serviços monetizados oferecidos pelo TC, sem a necessidade de realização de mais dispêndios em despesas de vendas e marketing. Além disso, a base de assinantes é composta majoritariamente por planos anuais o que permite maior previsibilidade das receitas.

Mídia Digital para atrair e reter usuários

O TC possui 4 canais principais sendo eles o Instagram, Twitter, Youtube e Facebook. Todas essas plataformas, aliadas com as interações dentro do TC, possibilitam um maior engajamento dos usuários, discussões interativas, engajamento com a marca e geração de inteligência.

Forte marketing individual Mídia digital para atrair e reter usuários



(1) Números de maio de 2025.

Experiência do usuário como prioridade estratégica

O TC é reconhecido por seus usuários, por oferecer um aplicativo de qualidade superior, como também um serviço de atendimento aos usuários diferenciados, vide os principais *benchmarks*: (i) notas de App Store e Google Play; e (ii) índice de satisfação do cliente.



Dados atualizados em maio/2025. Fontes: App Store (Apple); Google Play (Google).

Tecnologia proprietária com infraestrutura escalável e pronta para suportar crescimento acelerado

A tecnologia sempre aproximou mais o mundo. Entendemos que o TC é uma empresa de tecnologia porque investimos nela para realizar esse trabalho de conexão. Conectamos pessoas a ideias através de diferentes canais e formatos e chegamos longe porque atuamos digitalmente.

E o TC sempre foi assim desde o começo, nossa comunidade nasceu no digital, onde qualquer pessoa em qualquer lugar do Brasil e do mundo tinha acesso a outros investidores, de diferentes origens, técnicas e habilidade.

Com o tempo, nossa comunidade amadureceu e começamos a perceber que o ecossistema financeiro precisava amadurecer junto e por isso começamos a levar nossa capacidade inventiva de tecnologia também para o B2B. Percebemos que podemos gerar ainda mais eficiência no mercado financeiro se fizemos um trabalho de aumento de eficiência nas empresas que geram dados, operam mercados e conectam empresas.

Nossas apostas vão desde uma infraestrutura otimizada, eficiente porque acompanha a evolução de recursos que os times precisam, até a precisão da aplicação, pelo investimento contínuo em capacitação do nosso time técnico e evolução tecnológica da plataforma. E sempre focando esforços, trazendo para perto fornecedores de tecnologia que se transformam em nossos parceiros e nos ajudam a seguir mais rápido.

Sabemos que o futuro financeiro de milhões de brasileiros vai ser completamente diferente quando todos tiverem acesso a educação financeira de qualidade, ferramentas eficientes de investimento e acessibilidade financeira para esses recursos. E são essas as premissas que imprimimos em nossas ferramentas e tecnologias.

Time e cultura institucional

O corpo executivo do TC é composto por profissionais com ampla experiência nos

setores financeiro e de tecnologia, e orientados por cinco pilares principais: (i) integridade e conformidade; (ii) transparência; (iii) justiça; (iv) gestão de conflitos de interesse; e (v) prestação de contas.

Atualmente, a equipe também é composta por funcionários e fundadores que atuam como contribuidores na plataforma, gerando conteúdos, como racionais de investimentos no Feed e nos Canais e cursos, agregando mais valor, reforçando efeito de rede e o *brand awareness* (conhecimento da marca) do TC.

Estruturas de Governança e *Compliance* Robustas

A Companhia possui uma governança corporativa robusta e alinhada com as melhores práticas do mercado, com respaldo na integridade e transparência das informações e em busca de preservar e otimizar o valor da organização perante o mercado e seus *stakeholders*.

O Conselho de Administração (“Conselho”) é composto atualmente por cinco membros, sendo dois membros independentes.

Além do Conselho de Administração e Diretoria, o TC conta ainda com dois comitês de assessoramento ao Conselho: o Comitê de Ética e o Comitê de Auditoria Estatutário, todos compostos por pessoas com ampla experiência acadêmica e profissional.

Além dos órgãos acima, a Companhia também possui os seguintes comitês de assessoramento à presidência instalados: (i) o Comitê de Governança, Riscos e Compliance; (ii) o Comitê de Remuneração; e (iii) o Comitê de Segurança da Informação.

Para mais informações acerca da estrutura societária e atribuições de cada um dos órgãos citados acima, acesse o item 5.1 deste formulário de referência.

O Conselho de Administração aprovou ainda diversas políticas e outros documentos para reforçar as melhores práticas de mercado, sejam elas em relação à divulgação de informações relevantes, negociação de ativos mobiliários, indicação de membros ao Conselho e até processos internos, como gestão de riscos, investimentos pessoais, compras e reembolso. Todos esses materiais podem ser acessados através do website de RI do TC, na seção “[Estatuto, Códigos e Políticas](#)”.

Ademais, o TC está listado no segmento do Novo Mercado da B3, que possui o mais alto nível de exigências em relação às melhores práticas de governança corporativa.

ESTRATÉGIA

Acreditamos que a efetivação da nossa estratégia nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar o nosso resultado. A inovação e a tecnologia devem continuar a suportar a posição única do TC no mercado.

Nossa estratégia contempla os temas descritos a seguir:

Corretora

O TC busca inovar o formato de corretoras no Brasil, se posicionando como a primeira corretora social do país, com propostas de valor únicas, simplificando e levando o acesso a investimentos e operações financeiras para o maior número de pessoas possível. Para o curto prazo, a companhia optou por uma postura mais conservadora na aquisição de

clientes, com o objetivo estratégico de preservar caixa e alocar capital eficientemente, preparando-se para uma retomada robusta após os desinvestimentos em andamento.

Oferta de produtos e serviços para o segmento B2B

Através das subsidiárias o TC enxerga grande potencial de crescimento no segmento B2B, que configuram novas fontes de receitas e dão mais resiliência ao modelo de negócio da Companhia.

Aumentar a penetração e continuar crescendo nossa base de usuários registrados

O mercado brasileiro de investidores pessoas físicas ainda apresenta oportunidade relevante de crescimento, principalmente por conta do movimento recente de financial *deepening*, crescimento do número de investidores pessoas físicas (de acordo com a B3) e a baixa exposição a investimentos de renda variável, de acordo com a ANBIMA. Neste cenário, entendemos que temos oportunidade de aumentar a penetração do TC, tornando-se o aplicativo número um dos investidores pessoas físicas.

Maximizar a conversão de nossa base de contas não pagantes

Pretendemos explorar mais intensamente as oportunidades de conversão sobre nossa base atual de mais de meio milhão de usuários do plano gratuito. Para tal, pretendemos aumentar o engajamento dos usuários do plano gratuito, e ao mesmo tempo, ampliar nosso portfólio de funcionalidades disponíveis nos planos pagos, aumentando o incentivo para assinatura dos planos. Além disso, a TC espera converter esses usuários em outros serviços avulsos monetizados dentro da plataforma e por outros segmentos, como aplicação em fundos da Pandhora e o transacional (em fase de desenvolvimento pela Companhia).

Aumentar a retenção de usuários e engajamento para alavancar o efeito de rede da plataforma social do TC

Pretendemos continuar a conduzir nossa estratégia de geração de conteúdo visando aumento de engajamento e do tempo gasto pelos usuários na plataforma. Dessa forma, vislumbramos alavancar o efeito de rede e referências (*referrals*) para expansão da base de usuários de maneira orgânica e mantendo baixa a necessidade de investimentos em marketing ou aquisição de usuários. Como exemplo de funcionalidades já lançadas, e que reforcem o engajamento de usuários, podemos destacar as funcionalidades da interação da Comunidade (Canais e o Feed) e canais de informação e multimídia, como a TC Rádio, Station e Sala ao Vivo.

Avaliar potenciais aquisições que possam complementar nossa estratégia

Uma das nossas principais alavancas de crescimento é a expansão por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Buscamos, de forma seletiva, oportunidades no nosso setor de atuação que representem potencial de adicionar novas funcionalidades para melhorar a experiência dos nossos usuários, apresentem oportunidade de expansão e *upsell* de usuários básicos e melhorias na tecnologia do nosso ecossistema.

PONTOS FRACOS E OBSTÁCULOS

Os pontos fracos da Companhia, bem como obstáculos e ameaças às vantagens competitivas acima mencionadas estão descritos no item 4 deste Formulário de Referência.

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional, que consiste na venda de assinaturas, prestação de serviços de treinamento realizados por meio da sua plataforma digital e desenvolvimento profissional e gerencial, com foco na área financeira e empresarial, além da recente integração de serviços transacionais via corretora.

Para mais informações sobre os produtos e serviços comercializados pela Companhia, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Conforme informado no item anterior, o único segmento operacional da Companhia consiste na venda de assinaturas, prestação de serviços de treinamento realizados por meio da sua plataforma digital e desenvolvimento profissional e gerencial, com foco na área financeira e empresarial, de modo que toda a receita líquida da Companhia decorre de um único segmento.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida da Companhia totalizou R\$22,3 milhões.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Conforme informado no item anterior, o único segmento operacional da Companhia consiste na venda de assinaturas, prestação de serviços de treinamento realizados por meio da sua plataforma digital e desenvolvimento profissional e gerencial, com foco na área financeira e empresarial, de modo que o lucro líquido da Companhia decorre de um único segmento.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido contábil de R\$86,7 milhões. Adicionalmente, considerando a exclusão de itens não recorrentes (como baixas por *impairment* e provisões), o prejuízo líquido ajustado no acumulado do ano atingiu R\$17,8 milhões.

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:**a. características do processo de produção**

A Companhia estrutura seu processo produtivo com a finalidade de atender as necessidades e obter a satisfação de seus clientes. Para tanto, se preocupa com a experiência oferecida aos clientes, agilidade e velocidade dos processos de desenvolvimento, vendas e atendimento.

A Companhia cria soluções de tecnologia para investidores e busca atender a demanda deste mercado com investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento para oferecer soluções que sejam modernas, funcionais, inovadoras e que tragam a melhor experiência para os usuários. Durante o ano de 2025, a companhia manteve uma forte agenda de inovação, com o lançamento de novas funcionalidades no app do TC e o uso intensificado de inteligência artificial para entregar soluções mais avançadas aos usuários.

Produtos

Com a alta captação de clientes, a empresa emergiu no desafio de escalar seus produtos e, portanto, tornou-se necessário contar com profissionais que trouxessem metodologia e boas práticas de mercado, construindo a estrutura responsável em auxiliar o TC em seu crescimento exponencial, com uma estratégia sustentável e de longo prazo. Com isso, criamos a área de “Produtos”.

Com *Product Managers* e *Product Designers* qualificados, o time de Produtos, em conjunto com o time de Tecnologia, lidera todo o processo de criação e escala dos planos.

A área gerencia produtos e serviços desde sua idealização, desenvolvimento e suporte.

Com isso, o time, em conjunto com outras áreas do TC é capaz de gerar inovações para investidores, além de produtos altamente escaláveis como nossos cursos e assinaturas.

Nossos produtos digitais são organizados em algumas verticais com papel relevante para a estratégia do TC:

Comunidade: Nosso diferencial. Gerando alto nível de engajamento em nossas plataformas e consumo de serviços, nossos usuários interagem entre si, criando um alto nível de troca de informações. Além disso, temos ferramentas que facilitam esta troca de informações e conhecimento como:

- **Tradômetro:** Os usuários podem compartilhar suas operações em tempo real e acompanharem a de outros usuários também.
- **Canais:** Como uma mídia social, permite a interação por mensagens entre os usuários da nossa plataforma, podendo dividir informações por assuntos específicos de investimentos, garantindo um melhor proveito das informações.
- **Chat:** Um espaço para interações privadas entre usuários para troca de informações e ideias de investimentos.

Educacional: Nossa vertical com a missão de democratizar a educação financeira no Brasil por meio de cursos e conteúdos que buscam desenvolver as pessoas, tornando-as investidoras e detentoras de conhecimento para gerir seus próprios recursos. Nesse pilar

temos:

- centenas de artigos gratuitos;
- cursos e trilhas de conhecimento personalizadas, do ensino financeiro básico ao avançado.

Marketplace: Gerenciamento das assinaturas e processo de compra. Focados em inovar cada vez mais toda a experiência de compra, desde o interesse em comprar até o pós-venda das nossas assinaturas, sendo nossa vitrine de assinaturas e outros produtos.

Loja: Vitrine de produtos com detalhamento sobre os planos e todo o processo de compra. Os responsáveis pela loja trabalham sempre para inovar e acompanhar a experiência do usuário, para que seja sempre fácil, objetiva e efetiva.

Transacional: Foco em inovações no processo de compra em si, fomentando uma abertura de possibilidades para as opções transacionais nas operações de cobrança (ex.: Pix, boleto bancário, cartão de crédito, etc.).

BackOffice: Todos os produtos CRM que otimizam as operações do Comercial e Marketing nas campanhas ou vendas .

Assinaturas: Mapeamento da gestão de assinaturas e entendimento do comportamento de experiência do usuário segmentado por cada assinatura adquirida.

Notícias: Produtos digitais que buscam diariamente municiar os usuários com informações de altíssima qualidade 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Hubs: Parcerias estratégicas entre empresas e o TC para oferecer uma maior gama de serviços e produtos aos usuários, com conteúdos complementares aos já oferecidos por meio da plataforma.

Ferramentas: Nesta vertical estão agrupados os produtos que servem como suporte para o dia a dia do investidor, seja antes, durante e após o pregão, como “Cotações”, “Análise de Investimentos”, “Carteira” e “Imposto de Renda”.

Gamificação: Agora com o processo da corretora, os usuários fazem parte de um processo único de gamificação. É “opere e ganhe”, os usuários ao operarem na corretora do TC recebem “TC Coins” que são moedas digitais que podem ser trocadas por produtos exclusivos dentro da plataforma. A integração entre a comunidade e a corretora foi bem-sucedida ao longo de 2025, impulsionada por essa gamificação na plataforma, liberação progressiva de serviços, rankings de usuários e o avanço do programa TC Coins.

A área de Produtos funciona no *Framework Agile*, com times multidisciplinares que são responsáveis pelo sucesso de cada um dos produtos do TC. A área é dividida por tribos e suas respectivas *squads*, que são responsáveis por uma vertical dentro da plataforma.

Desta forma, os times têm como atribuição, alinhar os diversos *stakeholders*, entender as oportunidades de mercado, planejar e priorizar nossos projetos, produtos, serviços e *features* para o mercado.

Tecnologia

Desde os primórdios, a área de tecnologia do TC tem concentrado seus esforços em promover e prover as melhores condições de funcionamento e eficiência nos serviços

produzidos para seus clientes finais e para as áreas operacionais da Companhia. Sejam estes via produção própria ou aquisição e integração com parceiros.

A Companhia entende que o sucesso competitivo e a escalabilidade dos seus serviços estão sempre ligados a um suporte tecnológico inovador e de aprimoramento contínuo. Por esse motivo, desde o início das suas operações, o TC investe fortemente na aquisição e preservação de seus talentos e profissionais e na composição de um local afável e propício para o desenvolvimento profissional e cultural.

Imersos em um ambiente dinâmico e volátil, o TC entende que velocidade e precisão são fatores fundamentais e críticos na hora da tomada de decisão dos usuários.

Por esse motivo, a Companhia está em constante procura por aprimorar e otimizar cada uma das engrenagens da plataforma e do negócio em geral, para trazer a melhor experiência, velocidade e eficiência nos serviços que são oferecidos na plataforma.

Buscando integrar e desenvolver as melhores soluções para atender os públicos mais exigentes e trazer competitividade ao ecossistema TC, a Companhia utiliza tecnologias eficientes para desenvolver soluções inteligentes e inovadoras.

São aplicadas ainda as melhores soluções em áreas de automação e inteligência artificial para reduzir o efeito "erro humano" e colocando o produto na vanguarda de plataformas tradicionais.

Avançando nesse sentido, ao longo do final de 2025 e início de 2026, a Companhia incorporou de forma relevante a inteligência artificial à plataforma e aos processos internos, utilizando como diferencial os dados proprietários gerados na comunidade para oferecer insights únicos aos usuários e aumentar a eficiência operacional.

O TC se considera uma empresa de tecnologia, e como tal, o departamento é uma das áreas mais vastas da Companhia e onde se concentra o maior número de colaboradores.

Apesar do redimensionamento da estrutura organizacional realizado ao final de 2025 que reduziu o quadro geral da Companhia de 167 para 133 funcionários, focando na base essencial e na sustentabilidade do crescimento, a área de tecnologia continua sendo pilar fundamental da operação.

b. características do processo de distribuição

Descrevemos abaixo as principais estruturas relacionadas ao marketing e à venda dos produtos desenvolvidos pela Companhia:

Marketing

A estrutura de marketing baseia-se em quatro pilares que atuam de forma colaborativa e complementar, contemplando diferentes disciplinas e conhecimentos técnicos para uma operação ainda mais saudável, célere e performática. São eles: **(i)** marca, **(ii)** performance, **(iii)** *product marketing* e **(iv)** célula criativa.

Um time orientado ao *life cycle* de aquisição e retenção de usuários e construção da

marca TC, através de uma abordagem holística de todas as iniciativas de comunicação.

O escopo de trabalho da área permeia por todo o funil de marketing, com iniciativas pautadas em consolidação da marca e construção de reputação, geração de *awareness* (notoriedade), aquisição, ativação e retenção tendo como foco ao longo das ativações, a monetização.



A nova era da informação modificou tanto as relações sociais, como a forma de consumo. Se uma das características desse período é a possibilidade de armazenamento de grandes volumes de informação, a adoção de uma cultura orientada por dados (*data driven*) é o seu resultado. Aqui prevê a mudança de patamar do marketing. A colaboração e o protagonismo na construção de planos estratégicos e ajustes táticos orientados em dados, estatísticas, análises de tendências.

O paradigma das áreas de marketing e comercial cujos papéis já foram, outrora, dispersos e sequenciais, agora colaboram em um novo cenário de automação em cadeia de valor.

Geração de demanda, produção, venda, entrega, são funções de negócio que se desdobram em processos definidos. E estes são os que geram o real valor ao cliente e para a empresa. E é com este ideal que marketing e comercial se integram, em prol de elevar o nível de percepção do seu público alvo. Com relações estreitas, as áreas assumem papéis complementares para a potencialização e crescimento do negócio TC.

Atuando em toda a jornada de aquisição, desde o conhecimento e educação do *lead*, qualificação, nutrição e *lead scoring*, deixando-o aquecido e preparado para a concretização do negócio. Por sua vez, a área comercial atua como um elo entre a empresa e o cliente, apoiando e influenciando na decisão de compra e de retenção.

Tendências como automação de processos, modelagens estatísticas e utilização de inteligência artificial fazem cada vez mais parte do marketing. Tendo como objetivo o enriquecimento da conexão da empresa com seu público, o ecossistema do marketing integrado do TC permite ações e experiências mais estratégicas, relevantes e, ainda assim, humanizadas. A tecnologia como aliada da área, possibilita a maximização de resultados tais como: (i) engajamento no digital; (ii) conquista de clientes; (iii) gestão de processos; (iv) gerenciamento de pessoas; e (v) automação do funil de vendas.

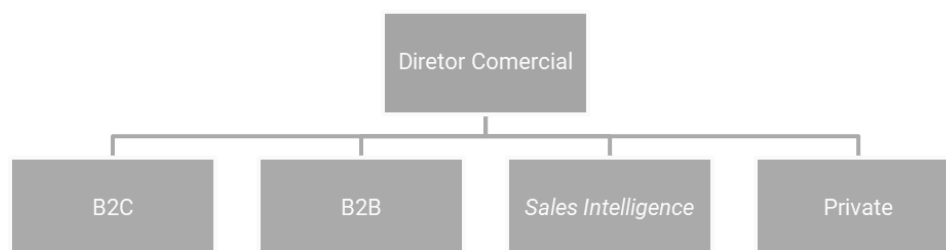
A área de marketing é responsável pela definição e gestão da estratégia de marketing do TC, voltada para o mercado, clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores. Trimestralmente são definidas as prioridades comerciais e institucionais, assim como a verba total de marketing para o período. Os investimentos em publicidade e mídia são

realizados de acordo com as políticas internas do TC e necessidades do negócio. Da mesma forma, a comunicação corporativa é pautada em direcionais que elevem a voz da marca no mercado setorial e geral, elucidando o negócio, seus passos e soluções em ambientes do *mainstream* e *midstream* de imprensa.

Comercial

O objetivo da área comercial do TC é alcançar os números traçados pelo Conselho de Administração da Companhia, levando em consideração as métricas escolhidas como principais norteadores do TC em relação a crescimento de receita, base e visibilidade.

Na data deste formulário de referência, a estrutura Comercial da Companhia é dividida da seguinte forma:



Após a venda, a Companhia presta suporte operacional (dúvidas), técnico, tratamento de problemas voltados a desempenho, segurança e evolução dos produtos através de ferramentas internas de atendimento, telefone e e-mails.

Customer Experience

Pouco antes da eclosão da pandemia do coronavírus, a Companhia entendeu que, para navegar com segurança num momento tão incerto, era preciso profissionalizar a área de atendimento e transformá-la em uma área de experiência do consumidor.

Os clientes da Companhia demandam respostas concretas a problemas diversos. O ritmo de atividade no processo de investimento das pessoas físicas se tornou mais intenso. Quem não entende e satisfaz essas demandas de forma recorrente e exitosa, tende a passar despercebido na mente do público.

Na data deste formulário de referência, a área de Customer Experience ("CX") é responsável, no geral, por zelar, orientar e auxiliar toda a jornada do cliente no TC. O atendimento ao cliente, com frequência, começa antes do ciclo de vendas, com o time de CX, disponível para responder a perguntas, esclarecer quaisquer dúvidas e orientar de forma personalizada o cliente sobre a necessidade em relação ao produto ou serviço.

Assim que um negócio é fechado, a equipe de CX é responsável por garantir que o cliente seja ouvido, bem atendido e experimente pouco ou nenhum atrito com a empresa, com o intuito de garantir que ele tenha uma ótima experiência.

Atendimento no Aplicativo: Dentro das plataformas do TC, o cliente poderá buscar atendimento e autoatendimento, sua solicitação será classificada entre diferentes filas de

atendimento, garantindo que o profissional adequado e experiente em cada demanda possa atendê-lo, da forma mais rápida e efetiva possível.

Central de ajuda: A equipe de CX documenta todas as novidades, nuances dos produtos, campanhas, modelos de contratação, as dúvidas recorrentes, e disponibiliza artigos para que o cliente possa realizar o autoatendimento, ou seja, esclarecer sua dúvida de forma independente. O ChatBot do TC tem respostas claras e concisas para todas as principais dúvidas, visando auxiliar e instruir os clientes pagantes ou não. Se nosso ChatBot não conseguir responder a dúvida do cliente, um ticket de atendimento será direcionado para nossos analistas especialistas.

Visando fornecer a melhor experiência aos nossos clientes, a área de *Customer Experience* do TC foi reestruturada de forma a dar maior agilidade e qualidade ao nosso atendimento.

Na data deste formulário de referência, a área de *Customer Experience* do TC é estruturada em quatro departamentos:

- **Atendimento Dúvidas Gerais:** Time responsável pelo atendimento Customer Centric, através da fila de tickets entrantes, garantindo que o retorno, as soluções e explicações, propostas estejam dentro das diretrizes da Companhia. Realizam o diagnóstico de possíveis bugs, colhem feedbacks e sugestões, que são repassados para os times responsáveis e são acompanhados até a resolução definitiva. Zelando pela melhor experiência dos contratantes e consequentemente no sucesso da Companhia.
- **Especialistas IR:** Time responsável pelo atendimento exclusivo de dúvidas sobre nossa ferramenta de Imposto de Renda (Sencon), prestando um atendimento especializado aos clientes.
- **Customer Success & Retenção:** É o time responsável por atuar ativamente sobre os pedidos de cancelamento dos clientes em qualquer momento de sua jornada com o objetivo de buscar sempre a retenção, a conservação de suas assinaturas e o atingimento do sucesso esperado quando em contato com o produto. Por meio de ligação, a área promove a escuta ativa e alinhamento das expectativas com os usuários, assegurando o cumprimento das determinações da empresa em relação a devolução de valores já reinvestidos na companhia.

A equipe acompanha integralmente a jornada do usuário após o resgate ou o distrato do contrato, de forma objetiva, garantindo a melhor experiência para os clientes neste momento sensível, seja ao retornar para sua jornada ou se desligar do produto. Também age diretamente com os clientes detratores da marca em canais públicos, analisar suas reclamações e, quando pertinentes, propor e implantar melhorias internas nas regras de negócio para evitar conflitos similares no futuro.

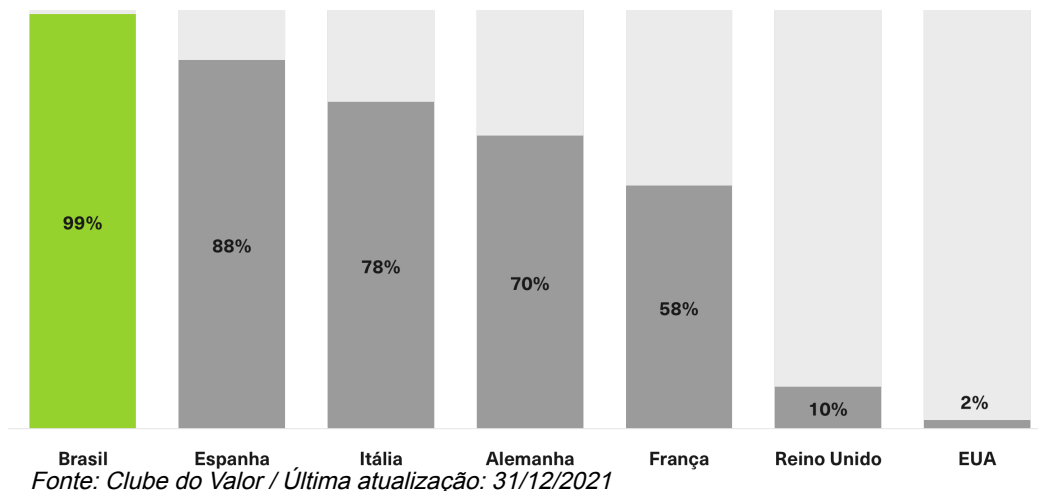
E, para garantir que realmente somos uma companhia com Foco no Cliente, a área de **NPS e Qualidade** é responsável por coletar, analisar e tornar realidade a Voz do Cliente.

Através de pesquisas online e ligações ativas, nossa equipe coleta todos os feedbacks dos nossos clientes pagantes ou não e interage com todas as áreas internas da empresa com o objetivo de implementar melhorias e assim garantir a satisfação de nossos clientes.

c. características dos mercados de atuação, em especial:**Mercado de Investimentos no Brasil**

Historicamente, o mercado brasileiro de investimentos foi marcado pela baixa sofisticação, especialmente se tratando dos investimentos de pessoa física. Um dos principais motivos dessa baixa sofisticação é a alta concentração bancária no país, e a dependência dos brasileiros em relação a esses bancos para realizar suas aplicações.

No Brasil, os aplicativos de bancos consolidaram-se em 2024 como o principal meio utilizado pelas pessoas para investir, representando 49% das preferências, um aumento de quatro pontos percentuais em relação a 2023. Em segundo lugar, está a visita à agência bancária, com 33%, que recuou cinco pontos percentuais no mesmo período. Nos Estados Unidos, os investidores têm acesso a uma variedade de plataformas independentes, como corretoras online e aplicativos de investimento, promovendo maior autonomia e diversificação nas escolhas de investimento. No Reino Unido, houve um crescimento significativo no número de novos investidores, com um aumento de 21% entre 2022 e 2024, totalizando 3,5 milhões de novos investidores.

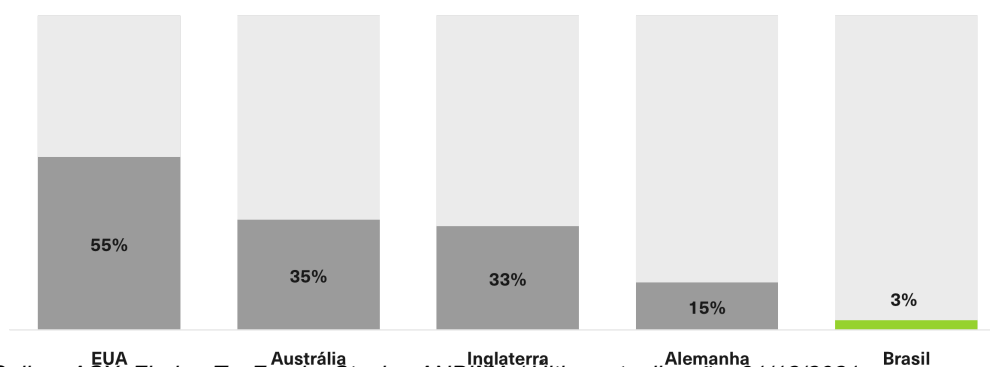
Utilização de bancos para aplicações financeiras

Uma das consequências da concentração bancária no Brasil é a limitação das aplicações financeiras oferecidas ao cliente. Nessas instituições, como investimentos em companhias listadas nem sempre proporcionam a maior lucratividade para os bancos, há uma tendência de restringir a oferta de ativos de maior risco aos investidores.

Segundo a 8ª edição do estudo "Raio X do Investidor Brasileiro", realizado pela ANBIMA em parceria com o Datafolha, a proporção de brasileiros que investem em produtos financeiros manteve-se estável em 2024, representando 37% da população, o que equivale a aproximadamente 59 milhões de pessoas. A caderneta de poupança continua sendo o produto financeiro mais utilizado, embora sua adesão tenha recuado entre o público feminino, passando de 26% em 2023 para 24% em 2024. Esse cenário destaca a necessidade de ampliar a educação financeira no país, pois muitos brasileiros ainda desconhecem ou não utilizam outras modalidades de investimento.

O mercado de ações brasileiro permanece em desenvolvimento, com baixa, mas crescente, participação de investidores pessoas físicas. Esse fenômeno é atribuído não apenas à aversão ao risco, mas também à falta de educação financeira. Em contrapartida, em países economicamente mais desenvolvidos e com maior alfabetização financeira, como os Estados Unidos, a participação no mercado de ações é significativamente superior, com 55% dos investidores possuindo posições nesse segmento.

Percentual da população investindo no mercado de ações



Fonte: Gallup, ASX, Finder, TopForeignStocks, ANBIMA / Última atualização: 31/12/2021

Com esses fatores o mercado de investimentos no Brasil se encontra ainda pouco desenvolvido, mas com diversas avenidas de crescimento, dado o tamanho da economia do país. Essas inúmeras oportunidades vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, em meio a um cenário macroeconômico favorável e alavancadas pelos avanços tecnológicos no mercado financeiro e nos meios de comunicação.

Sofisticação e Oportunidades no Mercado de Investimentos

Durante a última década, a economia brasileira vem apresentando um crescimento acelerado, fator resultante de um ambiente macroeconômico favorável e de um contexto de maior estabilidade política e monetária. Isso refletiu em um aumento relevante no PIB per capita do Brasil, e consequentemente em um maior nível de renda da população.

Com um menor risco país e uma inflação controlada, algo que não se via há décadas, o BACEN vinha diminuindo a SELIC de maneira geral, em especial desde 2007. A taxa básica de juros renovou sua mínima histórica diversas vezes nos últimos anos e só voltou a crescer em abril de 2021, com a retomada da economia em meio às vacinas do COVID-19.

Esse ambiente aumentou significativamente o apetite por risco dos investidores dado o baixo custo de capital para investimentos de risco e o custo de oportunidade da renda fixa. Mesmo que ainda haja uma quantidade relevante de investidores na poupança, sua participação nas carteiras dos brasileiros vem diminuindo. Em contrapartida, no segundo semestre a inflação e a SELIC voltaram a subir a patamares elevados, levando em rumos contrários ao período imediatamente anterior.

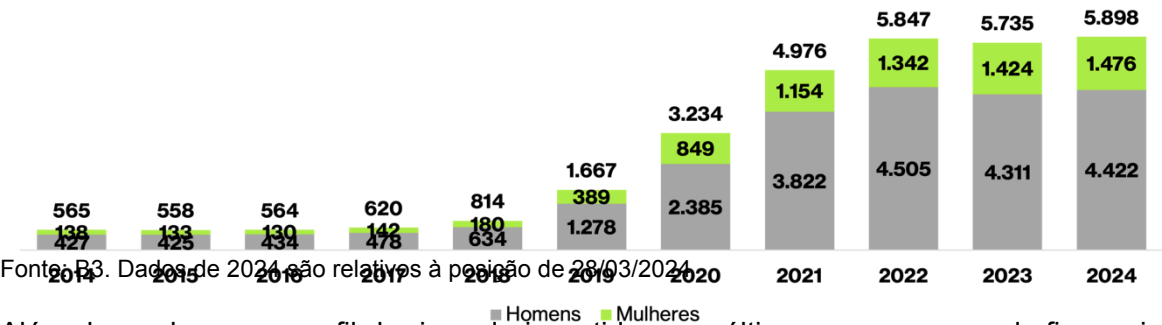
Histórico Taxa SELIC (2000 - 2023)



Fonte: Banco Central

Pessoas Físicas Registradas na B3

Evolução dos investidores pessoas físicas na custódia a B3 (mil)



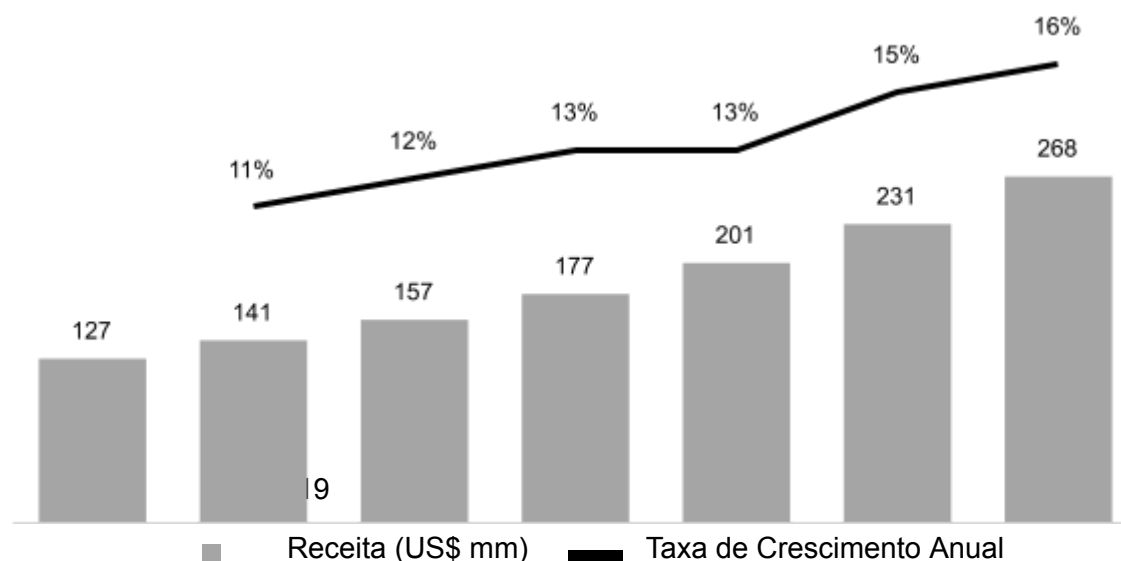
Além da mudança no perfil de risco do investidor, nos últimos anos o mercado financeiro brasileiro foi marcado por uma revolução tecnológica. Como principal ponto, se viu o aparecimento de plataformas digitais disruptivas, com enorme potencial de capilaridade. Com isso, produtos financeiros sofisticados chegaram ao alcance do pequeno e médio investidor, ampliando significativamente o acesso dessa classe de investidores e, por consequência, fazendo com que aos poucos migraram de suas carteiras concentradas em renda fixa para um portfólio mais diversificado. Somado a isso, os pequenos investidores vêm obtendo cada vez maior acesso à informação para estudar, criticar e escolher seus investimentos, justamente devido a essa democratização de opções para alocação de capital que antes eram restritas a um grupo seleto da população.

Assim, para atender a busca por conteúdo e ajudar os novos investidores a navegar pelas oportunidades em renda fixa e em renda variável, plataformas foram lançadas ou reestruturadas para atender aqueles que querem se aventurar em nichos dos investimentos ou apenas sair dos títulos representativos de dívidas. Desta forma, com o ganho de sofisticação do mercado de investimentos, foi necessário que o investidor fosse atrás de uma educação financeira mais detalhada para garantir um retorno atrativo.

Assim, não só a educação financeira possibilitou todo esse ganho de sofisticação do

investidor pessoa física, mas por consequência acabou criando um mercado de cursos, palestras e conteúdo digital. Uma vez que ainda não há perspectiva para desaceleração da entrada das pessoas na bolsa, pode se passar uma visão semelhante ao mercado de educação financeira. Isso pois, enquanto houver novos investidores, haverá aqueles que buscam se informar e conhecer melhor para garantir fortes retornos. Com isso, o mercado de educação financeira tem grande potencial para os próximos anos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o mercado já teve uma receita de US\$ 177 milhões em 2021 e deve crescer a uma taxa média de 14,3% até 2024, puxado pelas tendências digitais do setor.

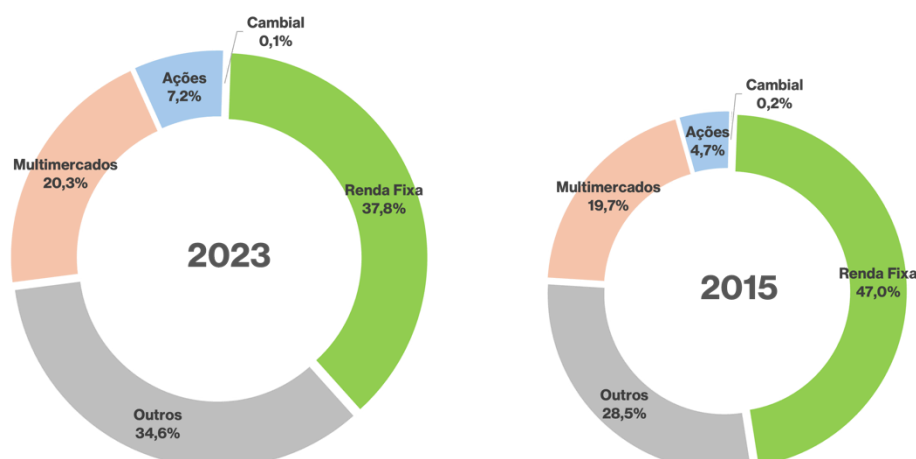
Receita do Mercado de Educação Financeira nos EUA



Fonte: Arizton report

Como consequência dessas mudanças de dinâmica no mercado, o perfil do investidor brasileiro vem mudando. Não só pela necessidade de trazer retornos fortes com uma taxa de juros baixa, mas com um real apetite ao risco potencializado por uma melhor educação financeira. A média das carteiras de fundos de investimento brasileiros funciona como uma boa ilustração do movimento. Enquanto em 2015 apenas 4,7% do patrimônio líquido de fundos de investimento eram de fundos de ações, em dezembro de 2023 esse valor já era de 7,2%. Esse crescimento de mais de duas vezes é acompanhado diretamente da queda da presença dos fundos de renda fixa com decréscimo de 9.2 p.p. no período.

Patrimônio líquido de fundos de investimentos no Brasil – por classe



Fonte: ANBIMA

Por fim, pode-se concluir que o cenário macroeconômico de juros baixos e a educação financeira atuaram ao longo dos últimos anos como catalisadores para a nova geração de investidores brasileiros, mostrando que ainda existe espaço relevante para investimentos de renda variável no Brasil.

i. participação em cada um dos mercados

Não é aplicável.

ii. condições de competição nos mercados

O mercado brasileiro de plataformas para investidores que possuem *features* sociais, como espaço para fóruns de discussão e postagem de “Ideias”, bem como *features* técnicas e informacionais, como *feed* de notícias de mercado, estatísticas do mercado em tempo real, ferramentas analíticas e conteúdo educacional, oferece diversas oportunidades de crescimento.

A plataforma educacional, outro grande diferencial da Companhia, propicia educação financeira de qualidade aos seus clientes, com mais de 50 cursos disponíveis, do básico ao avançado.

A Companhia acredita não haver no Brasil nenhuma empresa com o mesmo posicionamento e com uma oferta de produtos tão completa, sendo a única no Brasil a oferecer uma plataforma que propicie aos seus clientes a possibilidade de interagir, se informar, negociar e gerir sua carteira com o mesmo tipo de serviço antes acessível apenas a investidores institucionais.

Embora não haja nenhuma empresa nacional que seja comparável à Companhia na totalidade de atividades por ela desenvolvidas, no âmbito mundial existem companhias com modelo de negócios, em alguns aspectos, similar ao do TC (com foco em notícias e mercado financeiro), como a Bloomberg e a Robinhood.

d. eventual sazonalidade

As contratações dos serviços da Sencon, subsidiária com linha de produtos para o cálculo do Imposto de Renda anual, podem sofrer eventual sazonalidade em relação aos prazos estabelecidos para a declaração.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e de parceiros/terceiros contratados e resulta da prestação de serviços intelectuais. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não aplicável, tendo em vista a interoperabilidade dos *frameworks* e tecnologias

utilizadas pela Companhia.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não há volatilidade significativa de preços nos negócios da Companhia.

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que não houve cliente responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos seus clientes, individualmente, concentra participação relevante da receita.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que não houve cliente responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:**a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

A Companhia desempenha atividades em segmentos regulados, ou ainda para as quais necessite de agências reguladoras e/ou autorizações governamentais. A necessidade de obtenção de aprovações se restringe àquelas de natureza legal e genérica.

Lei Geral de Proteção de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um marco significativo na legislação brasileira de privacidade, estabelecendo regras claras para o tratamento de dados pessoais por empresas e organizações. Sua promulgação em 2018 e entrada em vigor em 2020 refletem a crescente preocupação com a proteção da privacidade dos cidadãos em um ambiente digital em constante evolução. A LGPD define princípios fundamentais, como o consentimento do titular dos dados, a finalidade específica para a qual os dados são coletados, e a garantia de segurança e transparência no tratamento das informações pessoais.

Além da LGPD, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi criada como um órgão regulador independente para supervisionar e fiscalizar o cumprimento da legislação. A ANPD desempenha um papel crucial na aplicação da LGPD, fornecendo orientações, realizando auditorias e impondo sanções em caso de violações. Sua atuação é essencial para assegurar que as empresas se adequem às exigências da LGPD e que os direitos dos titulares dos dados sejam protegidos de maneira eficaz.

A LGPD e a ANPD estão alinhadas com tendências internacionais de proteção de dados, como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, o que facilita a interoperabilidade entre diferentes regimes de privacidade em todo o mundo. Essa harmonização é crucial em um contexto globalizado, onde o fluxo de dados transcende fronteiras e requer padrões consistentes de proteção da privacidade. Em última análise, a LGPD e a ANPD promovem não apenas a conformidade legal, mas também uma cultura de respeito à privacidade e aos direitos individuais em toda a sociedade brasileira.

A Companhia enxerga a segurança e a privacidade como alicerces para o crescimento do negócio e desde a promulgação da lei vem direcionando esforços para adequação e evolução de seu ambiente no sentido de implementar todas as boas práticas relacionadas com a segurança e privacidade. Os esforços não se limitam a ações em infraestrutura, mas também em ações no desenvolvimento de sistemas (*Privacy by Design e Privacy by Default*), processos e conscientização dos colaboradores.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais, tampouco incorre em custos relevantes para o cumprimento da regulamentação ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/96 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro da marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade de tal marca e o direito exclusivo de uso no Brasil, pelo prazo determinado de 10 anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 98 registros e pedidos de registros de marcas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relacionados às atividades principais, nas formas nominativas e mistas. As marcas “TradersClub”, “TRAD3”, “TC TradersClub”, “TC TRADE IDEAS”, “TRADERS CLUB”, e “TC News”, “TC Investimentos”, “TC Câmbio”, “TC Cripto”.. foram indicadas como altamente relevantes para as atividades da Companhia.

Domínios

Ainda, a Companhia também é titular de mais de 40 nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, dentre os quais se destaca o “tc.com.br”. Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimento do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

d. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**
- ii. em favor de partidos políticos**
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não aplicável.

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:**a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que 100% da receita da Companhia é proveniente de clientes localizados no Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que 100% da receita da Companhia é proveniente de clientes localizados no Brasil.

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

As informações ASG atualmente são divulgadas no website de RI do TC (<https://ri.tc.com.br/esg>).

- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

Não aplicável.

- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Não aplicável.

- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

A Companhia não divulga um relatório ou documento específico de ASG, mas as principais informações relacionadas ao tema podem ser encontradas no website de RI do TC (<https://ri.tc.com.br/esg>).

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

Não aplicável.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

A Companhia não divulga um relatório ou documento específico de ASG, mas as principais informações relacionadas ao tema podem ser encontradas no website de RI do TC (<https://ri.tc.com.br/esg>).

Neste link estão destacadas as principais ações adotadas pela Companhia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que essas ações se enquadram.

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Não aplicável.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

Não aplicável.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG**
- ii. a não adoção de matriz de materialidade**
- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Em 2022 foi criado o “Projeto ESG” com o objetivo de promover o tema ASG como parte da cultura do TC, identificar oportunidades e propor novas soluções e iniciativas sustentáveis na Companhia.

Ao longo do último ano foi realizado um diagnóstico completo das medidas já adotadas em todas as áreas da Companhia e, a partir desse levantamento, as principais informações foram divulgadas no website de RI do TC (<https://ri.tc.com.br/esg>).

No entanto, este Projeto está na fase inicial e, por essa razão, a Companhia ainda não possui relatório de sustentabilidade auditado e uma matriz de materialidade definida, assim como não adota as recomendações relacionadas a questões climáticas da TCFD e não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

- a. interesse público que justificou sua criação
- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
 - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
 - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
 - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**Aquisição ou Alienação realizados em 2024:**Alienação de participação – DXA

A Companhia firmou contrato, em 27 de maio de 2024, relativo à alienação da totalidade da participação societária que a Companhia detém na DXA Gestão de Investimentos S.A. (“DXA”), representativa de cerca de 20% (vinte por cento) do capital social da DXA. No entanto, os compradores não tiveram a liquidez necessária para adimplir com sua obrigação de pagamento do Preço de Aquisição nos termos do contrato, razão pela qual não foi verificado o fechamento da operação.

Alienação de participação – TC StarDesk

A Companhia realizou, em 31 de maio de 2024, a alienação da sua participação na TC Star Desk Educação Financeira LTDA. A Sociedade presta serviços de mentoria e educação de operações financeiras mediante uso de simulador de mesa proprietária remunerado pelos Clientes/Alunos.

Alienação de participação – RI PRISMA LTDA

A Companhia realizou, em 24 de setembro de 2024, a alienação da totalidade da participação societária que a Companhia detém na RI PRISMA LTDA (“RI PRISMA”), representativa de 100% (cem por cento) do capital social da RI PRISMA à REAG INVESTIMENTOS S.A. A Prisma fornece plataforma e serviços de consultoria e atendimento na área de Relações com Investidores.

Aquisição – DIBRAN HOLDING FINANCEIRA LTDA

Foram concluídos, em 04 de novembro de 2024, os atos de fechamento da operação (assinatura do termo de fechamento e documentos relacionados bem como pagamento da parcela final de fechamento) de aquisição direta da Dibran Holding 35 Financeira Ltda, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado em 09 de junho de 2022. A operação e transferência de controle foi, ainda, aprovada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2024.

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não foram realizadas operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia.

No entanto, vale ressaltar que em 20 de junho de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 7:1 (“Grupamento”), sem modificação do valor do capital social. As 280.147.138 ações ordinárias passaram a representar 40.021.019 ações ordinárias.

Todas as informações relacionadas a aquisições de participação foram detalhadas no item 1.11 deste Formulário de Referência.

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas**Acordo de Acionistas:**

Os termos definidos aqui indicados têm o significado previsto no Acordo de Acionistas.

a. partes

O Acordo de Acionistas é celebrado entre as seguintes partes (1) Israel Calebe Massa ("Israel"); (2) Omar Ajame Zanatto Miranda ("Omar"); (3) Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho ("Pedro Albuquerque"); (4) PHF Consultoria, Assessoria E Participações LTDA ("PHF"); (5) Marcelo Faria de Lima ("Marcelo") e (6) TC S.A.; na qualidade de interveniente anuente ("Oitavo Acordo de Acionistas").

O Sétimo Aditivo, celebrado em 5 de dezembro de 2023, aborda a desvinculação da totalidade das Ações Vinculadas detidas por Cosmos e Landia. Nesta mesma data, o Sr. Marcelo, ingressou no bloco de controle, tornando-se parte integrante do Acordo de Acionistas da Companhia, com a participação de 33.784.642 ações vinculadas, o que representa 12,05% do capital social do TC.

O Oitavo Aditivo, celebrado em 14 de outubro de 2024, aborda sobre a vinculação às Decisões da Reunião Prévia (Cláusula 5.2), retificar a Cláusula 14 para retirada do nome do ex-acionista Sr. Rafael Ferri, bem como realizar a Consolidação do Acordo;

b. data de celebração

O Acordo de Acionistas IPO foi celebrado em 19 de maio de 2021 e aditado em 06 de julho de 2021, em 16 de maio de 2022 (Segundo Aditivo), em 06 de agosto de 2022 (Terceiro Aditivo), em 16 de dezembro de 2022 (Quarto Aditivo), em 12 de junho de 2023 (Quinto Aditivo), em 21 de julho de 2023 (Sexto Aditivo), em 5 de dezembro de 2023 (Sétimo Aditivo) e em 14 de outubro de 2024 (Oitavo Aditivo).

O Acordo de Acionistas IPO tem a sua validade e eficácia condicionado a (i) a liquidação da Oferta Pública Inicial, e (ii) o início da negociação das ações de emissão da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3.

c. prazo de vigência

O Acordo de Acionistas IPO inicia sua vigência na data de sua assinatura, e vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por manifestação expressa e por escrito dos Acionistas. As Partes e a Companhia reconhecem que a validade e a eficácia das disposições do Acordo estão condicionadas a (i) liquidação da Oferta Pública Inicial, e (ii) início da negociação das ações de emissão da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3 (“Data de Eficácia”).

Ademais, o Quinto Aditivo estabeleceu que o respectivo Acordo de Acionistas prevalecerá com relação a quaisquer outros entendimentos ou acordos, mesmo que posteriores, entre os Acionistas, que não tenham sido submetidos à apreciação do Banco Central do Brasil (cláusula 16.1.1. - Banco Central do Brasil).

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Nos termos do Acordo de Acionistas IPO, a Companhia não computará votos proferidos por quaisquer Acionistas em descumprimento do Acordo, observando-se o previsto no artigo 118, §9º, da Lei das Sociedades por Ações.

Ações Vinculadas: Conforme disposto na cláusula 3.4. do Acordo de Acionistas aditado e consolidado em 5 de dezembro de 2023, naquela data os Acionistas do Acordo detinham 140.596.526 (cento e quarenta milhões, quinhentas e noventa e seis mil, quinhentas e vinte e seis) Ações Ordinárias Vinculadas (Ações Vinculadas), nominativas e sem valor nominal, sendo que a quantidade de Ações Vinculadas só poderá ser alterada mediante celebração de aditivo ao Acordo de Acionistas e expressa anuência dos Acionistas.

Ações Não Vinculadas: Não serão consideradas como Ações Vinculadas as ações de emissão da Companhia que venham a ser detidas pelos Acionistas em excesso aos

montantes dispostos na cláusula 3.4 como resultado de aquisição de novas ações, por qualquer negócio jurídico, com exceção de ações adquiridas por todos os Acionistas: (i) como decorrência de desdobramento ou bonificação das Ações Vinculadas; e (ii) no âmbito de reorganizações societárias, mas apenas com relação às ações recebidas em troca das Ações Vinculadas.

Não obstante o disposto acima, os direitos de voto inerentes às ações não vinculadas detidas ou que venham a ser detidas pelos Acionistas de forma direta ou indireta durante a vigência deste Acordo deverão ser obrigatoriamente exercidos pelos Acionistas de forma uniforme ao exercício dos direitos de voto inerentes às Ações Vinculadas, em especial de acordo com o disposto na Cláusula 4 do Acordo.

Bloco de Controle: O bloco de controle deste Acordo, é formado exclusivamente pela participação das Ações Vinculadas de Israel, Omar, Pedro, PHF e Marcelo.

Reunião Prévia. A deliberação pela assembleia geral da Companhia ("Assembleia Geral") ou pelo conselho de administração da Companhia, conforme o caso, de quaisquer matérias dependerá da apreciação e deliberação pelos Acionistas em reunião prévia, nas quais os Acionistas deverão estabelecer o voto a ser por eles proferido na respectiva assembleia geral da Companhia ou, conforme o caso, o voto a ser proferido pelos membros do conselho de administração da Companhia por eles eleitos nos termos deste Acordo na respectiva reunião do conselho de administração da Companhia ("Reunião Prévia").

A Reunião Prévia será instalada mediante a presença de Acionistas titulares de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Ações Vinculadas com direito a voto, sendo que Cada Ação Vinculada com direito a voto conferirá ao seu titular 1 (um) voto nas deliberações da Reunião Prévia. O direito de voto dos Acionistas deverá ser exercido sempre em benefício do interesse e do objeto específico da Companhia, obedecido ao disposto neste Acordo.

A deliberação acerca de qualquer matéria submetida a Reunião Prévia dependerá do voto afirmativo de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Ações Vinculadas com direito a voto, exceto (i) se quórum maior de deliberação for exigido por Lei; e (ii) pelas matérias

previstas na Cláusula 5.1.10, as quais dependerão do voto afirmativo de 65% (sessenta e cinco por cento) das Ações Vinculadas com direito a voto em Reunião Prévia.

Da Reunião Prévia será lavrada ata das deliberações à que se vincularão, para todos os efeitos de direito, os votos dos Acionistas na respectiva Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Dessa forma, os Acionistas ficarão obrigados a exercer seus votos nas Assembleias Gerais e/ou Reuniões do Conselho de Administração da Companhia em bloco, de forma unânime e estritamente de acordo com a deliberação tomada na Reunião Prévia.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O Acordo de Acionistas IPO estabelece que Companhia e suas controladas deverão ser administradas por profissionais experientes que atendam às exigências de qualificação necessárias à ocupação e desempenho de seus respectivos cargos.

Enquanto não ocorrer o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta e o início das negociações das ações da Companhia no segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Novo Mercado ("Oferta Pública Inicial") e, ainda, após a sua realização, para o primeiro mandato unificado do Conselho de Administração a encerrar-se a partir da Oferta Pública Inicial, os Acionistas deverão aprovar a composição do conselho de administração da Companhia por sete membros, todos eleitos pelo voto afirmativo de 50% mais 1 Ação Vinculada de titularidade dos Acionistas em Reunião Prévia, sendo que três membros deverão ser Conselheiros Independentes.

Para os mandatos unificados do Conselho de Administração seguintes ao primeiro mandato unificado do Conselho de Administração a encerrar-se a partir da realização da Oferta Pública Inicial, os Acionistas se obrigam a votar com todas as suas Ações Vinculadas nas assembleias gerais da Companhia que forem realizadas para eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, sendo que ao menos dois membros

deverão ser Conselheiros Independentes ou 20% do total de membros do Conselho de Administração, o que for maior. Ressalta-se que, quando, em decorrência do cálculo do percentual acima referido, o resultado gerar número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Em qualquer caso, os membros do Conselho de Administração indicados deverão ser pessoas naturais de reputação ilibada, escolhidos entre profissionais de mercado com experiência para exercício do cargo, com formação acadêmica, experiência de gestão de negócios, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa, visão estratégica compatível com os objetivos da Companhia e que não possuam nem representem interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. Os Acionistas deverão procurar indicar para compor o Conselho de Administração da Companhia, membros com conhecimento, competências e formações acadêmicas diferentes e complementares entre si, buscando a promoção de um processo de tomada de decisão de maior qualidade e segurança para a Companhia.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Nos termos do Acordo de Acionistas, toda e qualquer Ação Vinculada não pode ser transferida senão nos termos do Acordo de Acionistas.

Transferências Permitidas: Os Acionistas reconhecem que não estarão sujeitos às restrições estabelecidas no presente Acordo as Transferências das Ações Vinculadas efetuadas (em qualquer dos casos, "Transferências Permitidas"): (i) por força de adiantamento de legítima herança, a qualquer título por força de sucessão universal, causa mortis, ou qualquer outra estipulação entre cônjuges, pais e filhos, ou mesmo unilateral (p. ex., testamento); (ii) entre a Companhia e os Acionistas, no âmbito de plano de opção de compra de ações aprovado pela assembleia geral da Companhia; (iii) entre um Acionista Infrator e os demais Acionistas; ou (iv) por um Acionista para Afiliadas ("Cessionário Permitido"), desde que:

- a. o Cessionário Permitido não participe, direta ou indiretamente, de qualquer Pessoa que atue nos mesmos negócios que a Companhia, inclusive mediante consórcio, associação, joint ventures, sociedades em conta de participação ou organização de qualquer natureza;
- b. o Cessionário Permitido adira integral e irrestritamente ao presente Acordo nos termos da Cláusula 9.4; e
- c. o Acionista cedente se obrigue previamente e por escrito para com os demais Acionistas a não transferir, a qualquer título ou sob qualquer forma, inclusive em razão de operações societárias de fusão, incorporação, incorporação de ações, ou cisão, a participação no capital social do Cessionário Permitido.

Período de Lock-Up: Excetuando-se as Transferências Permitidas, fica acordado que, no período compreendido entre a data da Oferta Pública Inicial e o 9º(nono) aniversário da Oferta Pública Inicial (exceto para o Omar, em que o período se encerrará no 5º (quinto) aniversário da Oferta Pública Inicial) (doravante denominado “Período de Lock-Up”), os Acionistas ficarão sujeitos às seguintes restrições para validamente Transferir suas respectivas Ações a qualquer Pessoa: (i) até 6 (seis) meses contados da Oferta Pública Inicial, nenhum Acionista poderá Transferir as Ações Vinculadas de sua titularidade a qualquer Pessoa; (ii) a partir do 6º (sexto) mês até o Dia Útil imediatamente anterior ao 12º (décimo segundo) mês contado da Oferta Pública Inicial, os Acionistas poderão Transferir até 10% (dez por cento) das Ações Vinculadas de sua titularidade para qualquer Pessoa; e (iii) a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Oferta Pública Inicial e a cada aniversário subsequente da Oferta Pública Inicial, os Acionistas poderão Transferir adicionalmente até 10% (dez por cento) das Ações Vinculadas de sua titularidade para qualquer Pessoa (com exceção do Omar que poderá Transferir até 20% (vinte por cento) das Ações Vinculadas de sua titularidade) e (iv) a PHF poderá transferir, a cada data de aniversário a contar de 20 de abril de 2023, até 33,333% (trinta e três inteiros, trezentos e trinta e três milésimos por cento) das Ações Vinculadas de sua titularidade, observado que, em caso de encerramento do relacionamento entre a PHF e/ou suas Afiliadas e a Companhia, as Ações Vinculadas de titularidade da PHF estarão automaticamente liberadas do Período de Lock-Up para fins de cumprimento das obrigações previstas no

instrumento regulando o relacionamento entre PHF e/ou suas Afiliadas e a Companhia.

Período de Lock-Up Marcelo: Excetuando-se as Transferências Permitidas, fica neste ato acordado que o Marcelo ficará sujeita à restrição para validamente transferir suas respectivas Ações a qualquer Pessoa até 6 (seis) meses contados da assinatura do Sétimo Aditivo.

A validade e a eficácia de qualquer Transferência de Ações Vinculadas a qualquer Cessionário Permitido ou Pessoa Proponente, estará sujeita à condição suspensiva de que, previamente a tal Transferência, o Cessionário Permitido ou a Pessoa Proponente tenha firmado um termo de adesão a este Acordo, por meio do qual, dentre outras disposições, tenha aceitado e assumido, integralmente, todos os direitos, pretensões, poderes, faculdades, imunidades, deveres, obrigações, sujeições, ônus, responsabilidades, interesses e expectativas, termos e condições deste Acordo, passando a ser uma parte contratual como se fosse uma parte original deste Acordo. O Cessionário Permitido ou a Pessoa Proponente que efetivamente adquirir parte das Ações Vinculadas detidas por um Acionista, passará, a partir da efetiva aquisição, a exercer direitos e estar sujeito às obrigações do Acionista de quem adquiriu as Ações Vinculadas em questão, em conjunto e em bloco com tal Acionista, e todas as referências a tal Acionista passarão a se referir ao Cessionário Permitido ou à Pessoa Proponente em conjunto com tal Acionista, observado que nos casos em que um Potencial Comprador ou uma Pessoa Proponente efetivamente adquirir parte das Ações Vinculadas de mais de um dos Acionistas (inclusive em decorrência do exercício do Direito de Venda Conjunta nos termos deste Acordo), o Potencial Comprador ou a Pessoa Proponente deverá firmar um termo de adesão a este Acordo, nos termos aqui previstos, mas exercerá os direitos e estará sujeito a obrigações aqui previstas de forma individual e independente dos Acionistas de quem adquiriu as Ações Vinculadas em questão.

Qualquer Transferência das Ações Vinculadas, seja ela ou não uma Transferência Permitida, estará condicionada, cumulativamente: (a) ao recebimento de todos os consentimentos e autorizações de Autoridades Governamentais ou de Terceiros necessários para que a referida Transferência não prejudique a Companhia (surgimento de direito ou exercício de direito contra a Companhia), devendo os custos relacionados à

obtenção de tais consentimentos e autorizações ser de responsabilidade do cessionário ou do Acionista cedente, conforme o caso, na forma por eles acordada; (b) à Transferência não resultar em infração de qualquer lei aplicável, de qualquer concessão, licença, permissão ou outra autorização, ou qualquer contrato, acordo ou instrumento a que a Companhia esteja sujeita; e (c) à adesão do cessionário das Ações Vinculadas aos termos e condições do Acordo de Acionistas IPO, na qualidade de Acionista.

Direito de Preferência: Subordinado ao não exercício do Direito de Obrigar a Venda, caso qualquer Acionista (“Acionista Ofertante”) receba de qualquer Pessoa (“Pessoa Proponente”) uma proposta para aquisição ou qualquer outra forma de Transferência de qualquer número de suas Ações Vinculadas (“Ações Ofertadas”), cada um dos demais Acionistas (“Acionistas Ofertados”) terá o direito de preferência para a aquisição de parte ou da totalidade das Ações Ofertadas pelo mesmo preço por Ação e nos mesmos termos e condições da proposta apresentada pela Pessoa Proponente (“Direito de Preferência”).

Caso mais de um dos Acionistas Ofertados exerçam o Direito de Preferência, cada um terá o direito de adquirir as Ações Ofertadas na proporção das Ações Vinculadas detidas por cada um deles, excluídas as Ações Ofertadas na Preferência e as Ações dos Acionistas Ofertados que não tenham exercido o Direito de Preferência. O(s) Acionista(s) que exerceu(eram) o direito de preferência e o Acionista ofertante deverão firmar os contratos para a Transferência das Ações Desvinculadas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do envio da Notificação de Resposta à Desvinculação.

Não Exercício do Direito de Preferência: Se a totalidade dos Acionistas Ofertados (i) não entregar tempestivamente a Notificação de Resposta à Preferência; (ii) entregar a Notificação de Resposta à Preferência comunicando que não desejam adquirir as Ações Ofertadas, e/ou (iii) entregar a Notificação de Resposta à Preferência comunicando que desejam adquirir as Ações Ofertadas de forma parcial, respeitado o Direito de Venda Conjunta previsto na Cláusula 11 do Acordo, o Acionista Ofertante terá a liberdade de Transferir as Ações Ofertadas (ou, no caso de exercício parcial do Direito de Preferência pelos Acionistas Ofertados, a quantidade de Ações Ofertadas remanescentes) à Pessoa Proponente, exatamente nos mesmos termos e condições informados na Notificação de Preferência, contanto que a Transferência seja consumada dentro de até 60 (sessenta)

dias contados do final do prazo para exercício do Direito de Venda Conjunta nos termos da Cláusula 11.

Direito de Venda Conjunta: Respeitados os procedimentos relativos ao Direito de Preferência, se um Acionista Ofertante (incluindo em conjunto com outros Acionistas Ofertantes) desejar Transferir um número de Ações Ofertadas que, se Transferidas a uma Pessoa, impliquem a transferência do Controle da Companhia a uma Pessoa Proponente, em uma transação ou em uma série de transações, os demais Acionistas Ofertados terão o direito, como alternativa ao exercício do Direito de Preferência e desde que assim declarem dentro do prazo de 30 (trinta) dias do recebimento, pelos Acionistas Ofertados, da Notificação de Preferência, de vender suas respectivas Ações Vinculadas junto com o Acionista Ofertante ("Direito de Venda Conjunta") na proporção das Ações Vinculadas a serem Transferidas pelo Acionista Ofertante.

Se qualquer Acionista Ofertado tiver optado por exercer seu Direito de Venda Conjunta, o Acionista Ofertante não poderá validamente concluir qualquer Transferência a menos que a Pessoa Proponente concorde em adquirir as Ações Vinculadas que os Acionistas Ofertados façam jus a vender, nos mesmos termos e condições com os quais a Pessoa Proponente houver concordado em adquirir as Ações Ofertadas.

Direito de Obrigar a Venda: Caso os Acionistas Ofertantes obtenham de qualquer Pessoa Proponente uma oferta de boa-fé, irrevogável e irretratável, para a aquisição de 70% (setenta por cento) mais 1 (uma) Ação Vinculada da totalidade das Ações Vinculadas por um preço equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do Preço Mínimo ("Oferta do Direito de Obrigar a Venda"), então tais Acionistas Ofertantes poderão exigir que os demais Acionistas Ofertados alienem a totalidade das Ações Vinculadas de que forem titulares à época, para a Pessoa Proponente, nos mesmos termos e condições (inclusive preço e forma de pagamento) negociados pelos Acionistas Ofertantes com a Pessoa Proponente no âmbito do Direito de Obrigar a Venda, caso em que os demais Acionistas Ofertados ficarão obrigados a vender as suas Ações Vinculadas ("Direito de Obrigar a Venda").

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de

membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Nos termos do Acordo de Acionistas, a Companhia não computará votos proferidos por quaisquer Acionistas em descumprimento do Acordo, observando-se o previsto no artigo 118, §9º, da Lei das Sociedades por Ações no caso de não comparecimento ou abstenção de voto.

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No exercício de 2026, a TC S.A. implementou uma reestruturação substancial voltada à simplificação de sua estrutura corporativa e à otimização de sua alocação de capital. Esse movimento operacional visa redirecionar o foco estratégico da Companhia para suas atividades de maior previsibilidade de receita, margens de rentabilidade elevadas e forte capacidade de geração de caixa, marcando uma transição clara em seu modelo de atuação mercadológica.

Como reflexo dessa estratégia, e em conformidade com o Fato Relevante divulgado em 12 de maio de 2026, a Companhia formalizou a descontinuidade de suas atividades de intermediação no mercado de corretagem por meio do início do processo de alienação da Traders DTVM. Alinhada às melhores práticas de governança e transparência exigidas pela CVM, a administração ressalta que, até a presente data, não foi firmado nenhum documento de caráter vinculante com potenciais compradores. Além disso, a efetiva conclusão do desinvestimento permanece estritamente condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa relevância, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias mandatórias junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com a saída do segmento de intermediação de varejo, o TC passa a concentrar prioritariamente seus esforços e investimentos em suas unidades de tecnologia, dados financeiros e infraestrutura de mercado, com especial ênfase nas operações consolidadas da Economatica e da Sencon. Complementando esse ecossistema focado em inteligência financeira, a Companhia manteve sua atuação estratégica no segmento de asset management por meio da gestora de recursos Pandhora, priorizando linhas de negócios estruturalmente menos intensivas em capital e perfeitamente alinhadas à estratégia de geração de valor sustentável de longo prazo para os seus acionistas.

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Pilares das iniciativas ESG

1. Governança Corporativa voltada para as melhores práticas visando preservar o valor da companhia ao longo do tempo

Para o TC, zelar pela ética, integridade e transparência é assunto sério. Por isso, a Companhia trabalha constantemente no aprimoramento das práticas de governança corporativa, no gerenciamento de riscos, no desenvolvimento de mecanismos de controles das atividades do negócio e *due diligence*.

Como empresa de capital aberto, o TC está inserido no segmento especial de negociação da B3 denominado Novo Mercado, o qual representa o mais elevado nível de transparência e governança corporativa na bolsa brasileira.

- (i) Estrutura de governança: o TC possui uma estrutura de governança robusta, a qual inclui, além da Diretoria e o Conselho de Administração: Comitê de Ética; Comitê de Auditoria; Comitê de Remuneração; Comitê de Governança, Riscos e Compliance; e Comitê de Segurança da Informação. Para mais detalhes sobre esses órgãos e suas atribuições, consulte o item 5.1 deste Formulário de Referência;
- (ii) Canal de Ética: O TC possui um canal de denúncias - terceirizado, independente e anônimo - para que seus colaboradores ou terceiros possam informar qualquer situação anormal, ou que esteja fora dos nossos padrões éticos e valores, dispostos no nosso Código de Ética e Conduta, políticas ou procedimentos internos por meio do link <https://www.contatoseguro.com.br/tradersclub> ou pelo telefone 0800 700 5110;
- (iii) Proteção e privacidade de dados: O TC envida todos os esforços para o cumprimento integral da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, adotando processos e procedimentos internos para a adequada coleta, armazenamento e eliminação dos dados.

Para casos que envolvam dados pessoais, o TC conta com um canal dedicado à privacidade de dados onde podem ser enviadas solicitações, dúvidas ou pedidos relacionados ao tema direto para o e-mail privacidade@tc.com.br; e
- (iv) Cybersecurity: O TC possui um time dedicado à Segurança da Informação, o qual atua na defesa do ambiente tecnológico da Companhia para garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e prevenção de ativos. Além disso, a área controla os acessos e permissões e tem um time dedicado para realizar testes de intrusão e

revisões de segurança no ambiente e aplicações.

2. Transformação por meio da Educação Financeira

O TC nasceu com a missão de democratizar o acesso a informações e ao mercado financeiro no Brasil, mas para isso é necessário mudar as bases de educação financeira do país.

Por isso, sempre disponibilizou dentro do seu plano gratuito cursos para quem está começando no mundo dos investimentos, incluindo conteúdos de educação financeira, matemática financeira e mercado financeiro.

A partir de 2023, buscando democratizar ainda mais esse conhecimento, todo o catálogo de cursos se tornou aberto e gratuito, disponibilizado na rota Menu> Educação> Cursos, dentro da plataforma do TC.

Atualmente, são 50 cursos e aproximadamente 260 horas de conhecimentos teóricos gravados. Os cursos possuem valor de mercado estimado acima de R\$20.000,00 e o TC abriu todo esse acervo de forma gratuita a todos os usuários cadastrados na plataforma.

3. Pessoas e Cultura



A Companhia investe muito na saúde, no bem-estar e na gestão de seus colaboradores, pois acredita que um time engajado com o seu propósito e cultura levarão o TC ainda mais longe.

Resultado desses esforços, o TC recebeu, pela terceira vez, o selo GPTW ("Great Place to Work") da renomada consultoria global que apoia organizações no desenvolvimento de melhores resultados, com vistas a fortalecer uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação.

Por meio de uma pesquisa aplicada internamente, o GPTW avaliou a qualidade do ambiente de trabalho e da cultura organizacional do TC. Na pesquisa, foi atingida a pontuação de 88, o que significa que 8 a cada 10 colaboradores recomendam o TC como um ótimo lugar para se trabalhar.

Programa de benefícios para colaboradores:

- Política de trabalho híbrido ou remoto em casos específicos;
- Academia: o TC oferece o benefício de acesso a milhares de academias com o Gympass;
- Café e snacks à vontade: o escritório possui copas compartilhadas, onde os

colaboradores contam com uma cozinha completa, com pães, frios, bolos, frutas e uma geladeira recheada de bebidas como sucos, refrigerantes e energéticos, além de ter máquinas de cafés espalhadas pelo escritório;

- TC Partners: programa de remuneração por ações que nasceu com o objetivo de reconhecer as pessoas que contribuem para o sucesso do TC.

Treinamento e educação

O TC promove recorrentemente treinamentos e workshops sobre assuntos diversos como tecnologia, liderança, diversidade, pesquisa, inteligência emocional, entre outros.

Além disso, todos os colaboradores possuem acesso gratuito ao plano TC Master, onde estão disponíveis diversas ferramentas para investir, cursos e trilhas de conhecimento para aprender sobre finanças, mercado financeiro, investimentos e muito mais.

O TC também possui parceria com instituições financeiras para promover maior acesso à educação de qualidade, como descontos na Mackenzie, PUC, Galícia Educação, Cultura Inglesa e Open English.

Outros eventos relevantes

Assinatura de MoU – MAG Seguros

Em 15 de junho de 2023, o TC anunciou a celebração de um Memorando de Entendimentos não vinculante (“MoU”) com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. (“MAG” ou “MAG Seguros”) para estabelecer uma parceria comercial, com a possibilidade de constituição futura de uma *joint venture* seguradora voltada para a comercialização de seguros e de produtos financeiros, além de oportunidades de *cross-sell* tanto na base de clientes do TC quanto na da MAG (“Parceria”), conforme condições iniciais previstas no MoU.

No caso da seguradora vir a ser constituída futuramente no modelo *joint venture*, o TC deterá 51% de participação societária e a MAG 49% desta nova entidade.

O MoU está sujeito à aquisição, pela MAG Seguros, de R\$ 10 milhões em ações ordinárias do TC em ambiente bursátil (“Aquisição”) e à negociação e celebração dos documentos definitivos, sendo que uma vez implementada a Aquisição, as partes negociarão a assinatura dos contratos que vão regular sua relação.

IX. ANEXO I – ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**2.1. Os diretores devem comentar sobre:**

As informações financeiras incluídas no item 2 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 disponíveis para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (www.tc.com.br/ri) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

As demonstrações contábeis e informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Exceto quando indicado de forma diferente, as informações contidas no item 2 deste Formulário de Referência são expressas em moeda corrente nacional.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados, patrimonial e fluxo de caixa ao longo dos exercícios/períodos.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas neste item 2 significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A “AH” compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis e/ou informações trimestrais – ITR ao longo de um período. A “AV” representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

i. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia consideram que as condições financeiras e patrimoniais são adequadas para que a Companhia implemente seus planos de negócios e cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

A receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 22,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando uma redução de 6,4% quando comparada aos R\$ 23,9 milhões registrados em 2024.

Diante desse cenário, a Companhia está em constante empenho para aprimorar sua lucratividade operacional e proporcionar retorno aos seus acionistas, buscando aumentar a contribuição do segmento B2C para sua receita, aprimorar a plataforma, diversificar seu portfólio e explorar novas oportunidades de negócios. Entre tais novos empreendimentos, citamos a Corretora da Companhia que teve a aprovação da troca do controle pelo Banco Central no segundo semestre de 2025 e opera na modalidade PN com a Terra Investimentos Ltda.

Abaixo, apresentamos informações detalhadas sobre a receita líquida da Companhia:

(em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Receita Bruta	25.127	48.179	-47,85%
(-) Deduções	-2.792	-24.311	-88,52%
Receita Líquida	22.335	23.868	-6,42%
% RB	88,89%	49,54%	n.a.

O quadro abaixo resume as principais informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

(em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Lucro (prejuízo) líquido	-85.986	-86.775	-0,91%
(-/+ Tributos sobre o Lucro	-199	-2.092	-90,49%
(-/+ Resultado financeiro líquido	7.982	3.583	122,77%
(-/+ Depreciação e Amortização	8.309	11.934	-30,38%
EBITDA	-86.218	-76.204	13,14%

Abaixo, a Companhia apresenta os principais indicadores de liquidez e endividamento pertinentes à natureza do negócio e a estrutura de capital simplificada da Companhia:

Indicadores*	31/12/2025
Índice de endividamento (1)	0,08
Composição do endividamento (2)	0,74
Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido (3)	0,58
Liquidez Geral (4)	13,17
Liquidez Corrente (5)	8,24
Liquidez Seca (6)	8,24

* fonte: Cálculos internos, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

- 1) Indica quanto a Companhia tomou de terceiros em relação ao capital próprio (quanto do capital total está financiado por terceiros)
- 2) Indica o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais da Companhia,
- 3) Indica o quanto a Companhia aplicou no ativo permanente em relação ao Patrimônio Líquido.
- 4) Capacidade da Companhia em saldar os compromissos assumidos no longo prazo.
- 5) Capacidade da Companhia em saldar os compromissos assumidos a curto prazo.

6) *Capacidade da Companhia em saldar os compromissos no curto prazo, desconsiderando os estoques.*

Os diretores entendem que, dado a característica da Companhia em ser “*asset light*”, a análise por meio de indicadores convencionais tende a não ser tão eficaz. Ainda assim, analisando os atuais índices dispostos na tabela acima, é possível notar que a Companhia possui baixo endividamento em relação a terceiros (menos de 10% em relação ao total do passivo + patrimônio líquido).

Ao avaliar o nível de endividamento com os ativos da Companhia, é possível notar que todos os indicadores de liquidez são superiores a 1, demonstrando uma boa capacidade de pagamento.

ii. a estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia apresentou ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, uma estrutura de capital adequada para o cumprimento do plano de expansão orgânico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com uma capitalização total de R\$ 143,7 milhões, sendo 7,6% alocados em capitais provenientes de terceiros e 92,4% ao capital da própria Companhia, como pode ser observado na tabela abaixo:

R\$ mil	31/12/2025	AV
Capital de Terceiros	10.912	7,59%
Circulante	8.099	5,64%
Não Circulante	2.813	1,96%
Capital Próprio	132.777	92,41%
Patrimônio Líquido	132.777	92,41%
Total	143.689	100,00%

iii. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Caixa e equivalentes de caixa da Companhia ao final de 2025 totalizou R\$ 18,3 milhões incluindo aplicações financeiras vinculadas.

R\$ mil	31/12/2025
Bancos	7.339
Aplicações financeiras	1.801
Caixa e equivalentes de caixa	9.140
Aplicações financeiras vinculadas ¹	9.146
Total	18.286

1. Aplicações financeiras vinculadas como garantia de instrumentos financeiros derivativos.

Os diretores entendem que a Companhia dispõe de uma situação confortável para cobrir os seus compromissos financeiros, considerando a sua estrutura de caixa e equivalentes de caixa e as análises de endividamento e de liquidez apresentadas anteriormente no item “a”.

iv. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os diretores informam que as atividades da Companhia são financiadas principalmente por recursos próprios gerados em suas operações, sem necessidade de aderir à linhas de financiamento ou captação de recursos externos, tanto para capital de giro, quanto para investimentos em ativos. Tal fato comprova-se pela ausência de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

v. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data desta Proposta de Administração, os diretores acreditam que não há necessidade em contratar linhas de créditos ou contrair empréstimos, dado a estrutura de caixa e equivalentes de caixa atual e sua capacidade de subsidiar a operação e o crescimento da Companhia. No entanto, no caso de um cenário no qual a necessidade de recursos não possa ser suportada com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor, a Companhia poderá captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

vi. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável. A Companhia não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos relevantes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável. A Companhia não possuía relações de longo prazo com instituições financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável. A Companhia não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável. A Companhia não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

vii. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável. A Companhia não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

viii. alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis e de fluxo de caixa

As informações referentes às demonstrações de resultado e balanço patrimonial, ambos consolidados, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram extraídas das demonstrações contábeis e informações trimestrais consolidadas auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos pareceres. Os Diretores da Companhia apresentam a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir das suas demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial consolidado da Companhia para os períodos indicados:

COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando em %)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9.140	6,36%	33.112	15,27%	-72,40%
Aplicação financeira vinculada	-	-	1.144	0,53%	n.a.
Contas a receber	3.338	2,32%	4.266	1,97%	-21,75%
Adiantamentos	1.943	1,35%	4.461	2,06%	-56,44%
Impostos a recuperar	3.454	2,40%	5.369	2,48%	-35,67%
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	-	-	167	0,08%	n.a.
Outros créditos	2.439	1,70%	18.515	8,54%	-86,83%
Ativos mantidos para venda	46.457	32,33%	-	n.a.	n.a.
Total do ativo circulante	66.771	46,47%	67.034	30,92%	-0,39%
Ativo não circulante					
Aplicação financeira LP	9.146	6,37%	-	n.a.	n.a.
Impostos a recuperar	15.825	11,01%	12.104	5,58%	30,74%
Outros créditos	1.146	0,80%	2.503	1,15%	-54,21%
Ativo fiscal diferido	-	-	168	0,08%	n.a.
Partes relacionadas	4.495	3,13%	432	0,20%	940,51%
Ativos financeiros	15.224	10,60%	34.702	16,01%	-56,13%
Investimentos	12.754	8,88%	17.311	7,99%	-26,32%
Imobilizado	126	0,09%	7.865	3,63%	-98,40%
Intangível	18.202	12,67%	74.662	34,44%	-75,62%
Total do ativo não circulante	76.918	53,53%	149.747	69,08%	-48,63%
Total Ativo	143.689	100,00%	216.781	100,00%	-33,72%
Passivo circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	906	0,63%	1.325	0,61%	-31,62%

Obrigações tributárias	505	0,35%	879	0,41%	-42,55%
Passivo de contrato	553	0,38%	274	0,13%	101,82%
Arrendamento	78	0,05%	775	0,36%	-89,94%
Dividendos a pagar	-	-	-	-	n.a.
Instrumentos Financeiro Derivativo	57	0,04%	-	-	n.a.
Outras contas a pagar	1.619	1,13%	12.651	5,84%	-87,20%
Passivo não circulante mantidos para venda	4.381	3,05%	-	-	n.a.
Total do passivo circulante	8.099	5,64%	15.904	7,34%	-49,08%
Passivo não circulante					
Arrendamento	28	0,02%	1.835	0,85%	-98,47%
Provisão para contingências	2.785	1,89%	2.185	1,01%	27,46%
Total do passivo não circulante	2.813	1,91%	4.020	0,09%	-30,02%
Patrimônio líquido					
Capital social	581.164	404,46%	581.164	268,09%	n.a.
Reserva de capital	25.963	18,07%	25.975	11,98%	n.a.
Ações em tesouraria	-4.706	-3,28%	-4.870	-2,25%	-3,37%
Prejuízos acumulados	-489.673	-340,79%	-403.724	-186,24%	21,29%
Participação de não controladores	20.029	13,94%	-1.688	-0,78%	n.a.
Total do patrimônio líquido	132.777	92,41%	196.857	90,81%	-32,55%
Total do passivo e patrimônio líquido	143.689	100,00%	216.781	100,00%	-33,72%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada da Companhia para os períodos indicados:

COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando em %)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH
Receita Líquida	22.335	100,00%	23.868	100,00%	-6,42%
Custo do serviço vendido (CSV)	-19.788	-88,60%	-23.266	-97,48%	-14,95%
Lucro Bruto	2.547	11,40%	602	2,52%	323,09%
Despesas com Vendas	-3.170	-14,19%	-6.099	-25,55%	-48,02%
Despesas Administrativas	-60.166	-269,38%	-49.689	-208,18%	21,09%
Resultado Financeiro	7.982	35,74%	3.822	16,01%	108,84%
Lucro (Prejuízo) antes de IR e CSL	-86.545	-387,49%	-87.844	-368,04%	-1,48%

Provisões para IR e CSL	-199	-0,89%	-1.041	-4,36%	-80,88%
Lucro (Prejuízo) Líquido	-86.744	-388,38%	-88.885	-372,40%	-2,41%

Receita Líquida: Em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida da Companhia totalizou R\$ 22,3 milhões, redução de 6,4% frente ao apurado no ano anterior.

Custo do Serviço Vendido (CSV): Em 31 de dezembro de 2025, o CSV consolidado da Companhia atingiu R\$ 19,8 milhões, 14,9% inferior ao montante apurado no ano anterior que decorre principalmente dos pagamentos de rescisões a colaboradores diretamente ligados ao desenvolvimento dos produtos.

Lucro Bruto: Em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto consolidado da Companhia totalizou R\$ 2,5 milhões, 323,1% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Despesas com Vendas e Administrativas: Em 31 de dezembro de 2025, as despesas com vendas e administrativas totalizaram R\$ 63,3 milhões, aumento de 13,5% em relação ao valor apurado no ano anterior. O aumento nas despesas, em geral, foi superior devido aos ajustes realizados na operação pela Companhia, sobretudo aqueles direcionados à folha de pagamento com rescisões, otimização de sistemas operacionais, assessoria jurídica e manutenção de software.

Resultado Financeiro: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou resultado financeiro positivo de R\$ 8,0 milhões, comparado a um resultado positivo de R\$ 3,8 milhões no ano anterior, representando um aumento de 109,8%. Esse resultado é composto principalmente por rendimento de aplicação financeira de R\$ 10,8 milhões e despesas financeiras de R\$ 2,8 milhões.

Lucro (Prejuízo) antes de IR e CSL: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou prejuízo antes de IR e CSL de R\$ 86,5 milhões, redução de 1,5% em relação ao prejuízo apurado no ano anterior.

Provisões para IR e CSL: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou provisão para IR e CSL de R\$ 0,199 milhão, em comparação a uma provisão de R\$ 1,0 milhão no ano anterior.

Lucro (Prejuízo) Líquido: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 86,7 milhões, redução de 2,4% em relação ao prejuízo registrado em 2024.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

**COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando em %)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	-34.974	-46.550	-24,87%
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	22.112	314	6942,04%
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	-11.110	-4.109	170,38%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-23.972	-50.345	-52,38%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

As atividades operacionais consumiram R\$ 34,9 milhões de caixa no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025. A variação do fluxo de caixa das atividades operacionais neste período tem como principal causa a expansão dos gastos com a plataforma, bem como uma redução no contas a receber.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

No comparativo dos exercícios fiscais 2025 e 2024, nota-se uma geração de caixa nas atividades de investimento, passando de R\$ 0,3 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para uma geração de R\$ 22,2 milhões no mesmo período de 2025, em decorrência principalmente do volume menor de aquisição de investimentos, aplicação financeira vinculada e aquisição de intangível no último exercício social.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as atividades de financiamento consumiram R\$ 11,1 milhões ao caixa da Companhia, em comparação ao consumo de R\$ 4,1 milhões no exercício anterior.

2.2. Os diretores devem comentar:**a. resultados das operações do emissor, em especial:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, montante significativo da receita da Companhia era proveniente da prestação de serviços com assinaturas e treinamentos realizados por meio da sua plataforma digital.

R\$ (mil)	2025
Receita Bruta	25.127
Deduções	-2.792
Receita Líquida	22.335

Em 31 de dezembro de 2025 a receita bruta da Companhia atingiu R\$ 25,1 milhões, resultado 5,7% inferior à receita bruta de R\$ 26,6 milhões apurada no mesmo período do ano anterior, reflexo da redução do número de usuários pagantes no período.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são substancialmente oriundos da atividade de prestação de serviços com assinaturas e treinamentos realizados por meio da sua plataforma digital, que podem ser afetados em maior ou menor escala por variáveis macroeconômicas, tais como inflação e flutuações nas taxas de juros, conforme indicados no item 2.2 (c) abaixo.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Diretoria da Companhia acredita que o aumento da taxa SELIC, que perdurou durante todo o ano de 2023 acima dos 11%, contribuiu fortemente para uma postura mais defensiva dos investidores em relação ao mercado de renda variável de modo a buscar ativos mais conservadores e atrativos que os apresentados em investimentos de renda variável, de tal forma que essa variação poderia impactar de maneira relevante o faturamento da Companhia, uma vez que grande parte da sua base de faturamento é proveniente de assinatura de serviços direcionados à investidores.

Importante ressaltar que a Companhia vendeu ativos como por exemplo 49,9% da Economatica, Ri Prisma que impactaram na receita gerada durante o ano.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme descrito nas demonstrações financeiras da Companhia, grande parte da receita apurada é proveniente do serviço de assinaturas focada em serviços voltados ao mercado financeiro. A Diretoria entende que os impactos causados pela variação na inflação do mercado brasileiro foram materialmente relevantes para afetar os resultados da Companhia, pelo fato da inflação corroer o poder de compradas pessoas, e isso afeta diretamente o consumo, motivo pelo qual o setor produtivo é consideravelmente afetado e a renda variável deixa de ser tão atrativa.

Por outro lado, tendo em vista que grande parte dos insumos da Companhia são obtidos através de fornecedores estrangeiros, a forte desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar ou qualquer outra moeda estrangeira, também impactaram as margens operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a outros riscos de mercado que não estão diretamente relacionados com variação das taxas de câmbio, taxa de juros, inflação e variação de preços. Esses riscos estão explicitados no Item 4 do Formulário de Referência.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente/IFRS 15

A NBC TG 47/IFRS 15 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Referido normativo substituiu a NBC TG 30 - Receitas, a NBC TG 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou a nova norma na data de vigência requerida, de forma prospectiva, pois avaliou os impactos detalhados dos aspectos referentes à mensuração e divulgação das obrigações de performance e contrapartida esperada na venda de assinaturas e prestação dos serviços de treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial, bem como efetuou análise de determinadas obrigações contratuais estabelecidas no momento da contratação dos referidos serviços, cujos efeitos da avaliação dos impactos de adoção a NBC TG 47/IFRS 15 não foram significativos para as demonstrações contábeis da Companhia.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia e os usuários contêm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros/IFRS 9

A NBC TG 48/IFRS 9 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38 (R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBCTG 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48/IFRS 9 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38 (R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a NBC TG 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é

um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48/IFRS 9 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38 (R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) Impairment de ativos financeiros

A NBC TG 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38 (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48/IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

NBC TG 06 (R3) Arrendamento/IFRS 16

A Companhia adotou a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

(i) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme a NBC ITG 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NBC TG 06 (R2) e NBC ITG 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 foi aplicado apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2018.

(ii) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- e utilizou informação retrospectiva ao determinar o prazo do arrendamento.

(iii) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para a NBC TG (R3)/IFRS 16, a Companhia não reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais, considerando que não havia contrato com componente de arrendamento anterior ao exercício social de 2020. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não houve impacto na transição.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer ressalvas e ênfases no parecer do auditor independente.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação de participação – Economatica

A Companhia realizou, em 21 de maio de 2025, a alienação de 49,90% (quarenta e nove inteiros e noventa centésimos por cento) da participação societária que a Companhia detém na Economatica Software de Apoio a Investidores Ltda. ("Economatica"), à Rcholding S.A.. A Economatica fornece licença de uso do Sistema Economatica. O Sistema Economatica constitui-se de uma base de dados e um software para análise destes dados.

Em razão de dificuldades financeiras da RC Holding, inclusive atrasos de pagamento, e da posterior liquidação extrajudicial de entidade relacionada ao seu grupo pelo Banco Central do Brasil, a Companhia reavaliou os desdobramentos da operação, sem impactos sobre a continuidade operacional da Economatica.

Previamente a esses eventos, a Companhia assinou junto a RC Holding instrumento formal de anuência e renúncia de direitos (waiver), incluindo a renúncia à opção de compra e autorização para o TC negociar a alienação integral da Economatica a terceiros e repassar o valor equivalente a 20,4% para a RC Holding considerando os valores pagos até o momento que passou a enfrentar problemas de liquidez.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

O TC S.A. ("Companhia") divulgou nos últimos exercícios sociais o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) em consonância com a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022 ("RCVM 156"), conciliada com suas demonstrações contábeis.

EBITDA

O EBITDA é o resultado líquido do período/exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das depreciações, amortizações e exaustões e funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor.

Margem EBITDA

Margem EBITDA é um indicador calculado através do resultado da divisão entre o valor do EBITDA pelo valor da receita líquida no período. Assim, representa a parcela da receita que foi transformada em caixa para a Companhia.

EBITDA ajustado / Margem EBITDA ajustada

Os indicadores financeiros EBITDA e Margem EBITDA quando divulgados como "ajustados" informam um cálculo feito de forma adaptada por uma empresa, usando regras internas próprias, descontando ajustes como receitas e despesas não recorrentes para transparecer números que melhor representam a lucratividade normal do negócio.

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustada não são medidas reconhecidas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), não possuem um significado padrão oficialmente adotado por outras companhias, logo não devem ser considerado para comparativos em métricas de desempenho operacional como fluxo de caixa, lucro líquido ou distribuição de dividendos.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação da medição não contábil apresentada acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem:

(R\$ mil)	31/12/2025
Lucro (prejuízo) líquido	-85.986
(+) Tributos sobre o lucro	-199
(+) Resultado financeiro líquido	7.982
(+) Depreciação e amortização	8.309
EBITDA	-86.218
<i>Margem EBITDA¹</i>	<i>-386,02%</i>
(+/-) Itens não recorrentes ²	6.611
EBITDA ajustado³	-79.607
<i>Margem EBITDA ajustada (%)^{1 3}</i>	<i>-83,17%</i>

1. Margem calculada a partir da divisão do EBITDA/EBITDA ajustado sobre a receita líquida obtida ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 22,3 milhões);

2. Referem-se aos gastos não recorrentes relativos a M&As/processos legais (assessoria jurídica), *impairment de goodwill* e otimização de sistemas operacionais;

3. Inclui ajustes de itens não recorrentes.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA é um indicador do desempenho financeiro geral, que não é afetado por mudanças nas taxas de juros, imposto de renda e contribuições sociais, bem como pela influência dos níveis de depreciação e amortização.

Dessa forma, a Companhia entende que o EBITDA, quando considerado em conjunto com outras informações contábeis e financeiras disponíveis, pode ser utilizado como uma importante ferramenta comparativa para medir o desempenho operacional, bem como para orientar no processo de tomada de decisões.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram fatos relevantes que tenham a capacidade de alterar substancialmente as demonstrações financeiras de 2025.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Período	31/12/2025
a. Regras sobre retenção de lucros	A Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada e adotava como regras de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social e, subsidiariamente, na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será atribuída pelos sócios, sendo permitida a distribuição desproporcional dos lucros, de acordo com o previsto no artigo 1.007 do Código Civil. Após aprovação da transformação social para sociedade anônima, tornaram-se vigentes as regras do Estatuto Social da Companhia, inseridas no capítulo VI.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$ 86,0 milhões, não havendo qualquer retenção de lucros. Não houve prejuízo absorvido e o valor de R\$ 489,673 milhões foi devidamente registrado na conta de “Prejuízos acumulados”.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$ 86,0 milhões, não havendo qualquer retenção de lucros. Não houve prejuízo absorvido e o valor de R\$ 489,673 milhões foi devidamente registrado na conta de “Prejuízos acumulados”.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Até fevereiro de 2021, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada e adotava como regras sobre distribuição de dividendos as previsões contidas em seu contrato social e, subsidiariamente, na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será atribuída pelos sócios, sendo permitida a distribuição desproporcional dos lucros, de acordo com o previsto no artigo 1.007 do Código Civil. Após aprovação da transformação social para sociedade anônima, tornaram-se vigentes as regras do Estatuto Social da Companhia, inseridas no capítulo VI.

	De acordo com artigo 46 do Estatuto Social vigente na data de preenchimento deste Formulário de Referência, sobre o lucro líquido, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para pagamento dos tributos sobre o lucro, serão fixadas as seguintes quantias: (i) parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será aplicada, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável; (iii) parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais; (iv) parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida; (v) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas nos incisos acima, se houver, parcela correspondente a 5% (cinco por cento) será distribuída como dividendo obrigatório; (vi) parcela correspondente a até 95% (noventa e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos dos itens (i) a (iv) acima pode ser aplicada na formação da reserva de lucros estatutária, que tem por fim reforçar o capital de giro da Companhia e financiar a manutenção, expansão e desenvolvimento de novos projetos e das demais atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, incluindo por meio de subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, observado o limite do Parágrafo Primeiro do artigo 47 do Estatuto Social; (vii) parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; e (viii) o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Sem prejuízo, a Companhia, mediante proposta da Diretoria e deliberação do Conselho de Administração, poderá: (i) levantar demonstrações financeiras intermediárias semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso apurado nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de reservas de lucros existentes nas últimas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias semestrais, trimestrais ou em períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, o Estatuto Social da Companhia previa que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Além disso, a Assembleia Geral pode não distribuir o dividendo obrigatório no exercício social em que os administradores informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, observada a legislação e regulamentação aplicáveis.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política formal de destinação de resultados além das regras previstas na Lei das Sociedades por Ações e em seu Estatuto Social, que pode ser acessado por meio do website de RI da Companhia (tc.com.br/ri) e da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/).
--	--

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

- b. natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para o exercício de 2026, a expectativa é diminuir a aceleração de investimentos de grande magnitude (exceto oportunidades pontuais) tendo em vista que a Companhia adotou um processo de gestão e disciplina de custos e despesas visando retomar sua rentabilidade operacional e normalizar esses custos. fontes de financiamento dos investimentos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento que viabilizou esses investimentos foi obtido via oferta pública de ações (IPO) realizada em julho de 2021. Pode-se afirmar, portanto, que o TC é financiado 100% por capital próprio e não há nenhum tipo de dívida na estrutura de capital.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos de capital no último exercício social, tampouco existe desinvestimento de capital relevante em andamento e/ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

O TC S.A., dada a natureza de seu objeto social voltado à inteligência financeira e educação para o mercado de capitais, mantém alta correlação com a volatilidade dos mercados brasileiro e global. No decorrer do exercício de 2025, o desempenho operacional da Companhia foi impactado pelos seguintes fatores:

Cenário Macroeconômico e Geopolítico: A persistência de tensões geopolíticas em regiões estratégicas continuou a exercer pressão sobre as cadeias de suprimentos globais e os preços de commodities, influenciando as decisões de política monetária de bancos centrais estrangeiros. Esse ambiente de incerteza gerou períodos de aversão ao risco (risk-off), limitando o fluxo de capital para mercados emergentes, incluindo o Brasil.

Ambiente Interno e Política Fiscal: No plano doméstico, o desempenho foi condicionado pela percepção de risco fiscal e pelas discussões acerca das metas de inflação. A manutenção de taxas de juros reais em patamares elevados durante grande parte de 2025 desestimulou a migração de investidores de varejo para a renda variável, afetando diretamente o engajamento na plataforma e a base de assinantes B2C, que historicamente apresenta maior sensibilidade a ciclos de alta da taxa Selic.

Mudança no Perfil do Investidor: Observou-se um movimento de realocação de portfólios para ativos de renda fixa e produtos estruturados de menor volatilidade. Esse comportamento refletiu na desaceleração do crescimento orgânico da frente de conteúdo voltada a ações e derivativos.

Apesar dos desafios do exercício anterior, a administração permanece otimista quanto à resiliência do modelo de negócio. O foco estratégico para 2026 está concentrado na consolidação de suas operações. A Companhia acredita que o início de um ciclo de afrouxamento monetário e a estabilização das contas públicas poderão catalisar a retomada do interesse pelo mercado de capitais, favorecendo a proposta de valor do TC que possui Corretora de valores mobiliários.

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção:**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável. Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Assim, a Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que a Companhia acredita que possam influenciar a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos por ela. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira, patrimonial, reputacional, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e a ordem na qual os riscos são apresentados abaixo não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos neste Formulário de Referência. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas da Companhia.

Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetá-la adversamente.

a. EMISSOR

Operamos em mercados altamente competitivos e a entrada de novos participantes pode afetar nossa participação nestes mercados e estratégia de preços.

Podemos não conseguir manter e aumentar o reconhecimento de nossas marcas, o que poderia limitar nossa capacidade de manter nosso desempenho financeiro atual ou alcançar um crescimento adicional.

Nossos eventuais concorrentes podem ter mais recursos e gastar mais em publicidade de suas marcas e serviços. Como resultado, podemos ser obrigados a gastar montantes consideráveis de dinheiro e outros recursos para preservar e aumentar o reconhecimento de nossa marca e expandir nossos negócios.

A concorrência pelo reconhecimento e preferência de marca é intensa entre os serviços de educação financeira e informação, globalmente e nas principais regiões geográficas.

Se não conseguirmos preservar e aumentar efetivamente o reconhecimento da nossa marca, podemos não conseguir manter ou aprimorar o reconhecimento da nossa marca e afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Ainda, podemos enfrentar concorrência em todos os mercados em que atuamos uma vez que eles apresentam reduzidas barreiras de entrada. Tais eventuais concorrentes podem contar com: (i) recursos tecnológicos de ponta; (ii) acesso a mercados de capitais estrangeiros a custos mais baixos e líquidos; e (iii) melhores condições de financiamento que as encontradas no Brasil.

Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos devido às reduzidas barreiras de entrada ou

caso não consigamos responder adequadamente as estratégias de nossos eventuais concorrentes, poderemos ter a nossa participação em um ou mais mercados que atuamos reduzida, o que consequentemente reduziria nossas receitas e criaria uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos a alteração de hábitos de consumo dos usuários, novas preferências tecnológicas e outros fatores substancialmente fora do controle da Companhia.

Nossos negócios dependem substancialmente de usuários que se cadastrem nas plataformas eletrônicas da nossa Companhia e da fidelidade de suas subscrições. Estamos sujeitos a alterações de hábitos de consumo de informações e educação e de demanda pelos serviços prestados pela Companhia.

Ainda, as atuais plataformas eletrônicas da nossa Companhia podem não ser capazes de acompanhar a transformação digital e tornarem-se obsoletas, afetando adversamente a nossa capacidade de atender às necessidades de nossos usuários.

Dessa forma, podemos não ser capazes de nos antecipar ou responder de forma adequada às mudanças de hábito de nossos usuários e podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às preferências tecnológicas dos nossos usuários ou aos padrões do setor.

A perda de usuários é um fator que poderá afetar de forma significativa e adversa os nossos negócios e, por consequência, os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração, que inclusive conta com figuras conhecidas nos mercados de comunicação e educação financeira. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. Caso a Companhia venha a perder algum de seus profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação.

Além disso, o sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados.

A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

As estratégias de crescimento e de negócios da Companhia podem não ser executadas com sucesso, o que poderá afetar negativamente os planos de expansão da Companhia.

A Companhia não pode garantir que terá sucesso em sua estratégia de crescimento e em seus objetivos e pilares estratégicos, que envolvem o crescimento da sua plataforma de investimentos no Brasil, abertura de novos negócios e educação financeira dos seus clientes. O eventual insucesso

na execução de qualquer dos referidos objetivos poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar a receita e a rentabilidade, e consequentemente seus resultados e a cotação das ações da Companhia.

Além disso, a Companhia depende hoje e deve continuar a depender, no futuro, de terceiros fornecedores de tecnologia e outros serviços, sobretudo de prestadores de serviços de tecnologia da informação e de desenvolvimento de softwares utilizados nas plataformas da Companhia. O sucesso de sua estratégia de crescimento depende, portanto, da habilidade da Companhia de desenvolver relações duradouras e vantajosas com esses terceiros, além da própria habilidade no desenvolvimento de novas tecnologias, treinamento da equipe e aprimoramento dos softwares. A Companhia não consegue prever o impacto de novas tecnologias em seus negócios. Além disso, tendo em vista que vários desses fornecedores e dessa tecnologia têm seus custos atrelados à moeda estrangeira, a volatilidade cambial e, especialmente, a situação do real, pode causar um impacto negativo e relevante nos custos, receitas e resultados financeiros da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de ter acesso a essas novas tecnologias ou mesmo ter relações duradouras e com um custo-benefício adequado com seus fornecedores, o negócio, a situação financeira e os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente e de maneira relevante.

Por sua vez, a estratégia de negócios da Companhia depende, dentre outros aspectos, da sua capacidade de realizar expansões na sua base de clientes, bem como de oportunidades de expansão de seus serviços, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos e empréstimos concedidos em condições atrativas e aumento do consumo dos serviços e produtos da Companhia. A Companhia não pode garantir que sua estratégia de negócios será integralmente implementada ou conduzida com êxito, o que poderá gerar um crescimento menor do que o esperado ou, ainda, incorrer em um aumento dos gastos operacionais, tendo como consequência a redução da margem de lucros da Companhia.

Caso a Companhia não consiga executar com sucesso essas estratégias, sua capacidade de crescimento e de gerar novos negócios, bem como sua receita e rentabilidade, poderão ser afetadas negativamente.

Esta estratégia envolve riscos, dentre os quais se incluem, a avaliação e estruturação de plano de crescimento com base em premissas que não venham a se concretizar e a Companhia pode não ter o aumento previsto em suas receitas advindo de uma aquisição por razões externas ao seu controle. A ocorrência de quaisquer desses fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

Decisões desfavoráveis em face de Rafael Ferri podem afetar negativamente a imagem da Companhia.

Rafael Ferri, um dos idealizadores da Companhia, acionista controlador indireto (detentor de 99,99% das ações de emissão da StartUps BR Holding Ltda.) cuja imagem pessoal está altamente ligada à imagem da Companhia, foi condenado, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador PAS/RJ 2012/11.002, instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários, à pena de proibição temporária pelo prazo de 5 anos de atuar, direta ou indiretamente, em uma ou mais modalidades de operação no mercado de valores mobiliários, prevista no inciso VIII do artigo 11 da Lei nº 6.385/76. A decisão foi confirmada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional nos termos do Acórdão 56/2019, de 22 de março de 2019. Tal penalidade se iniciou em 24 de fevereiro de 2021 e terminará em 23 de fevereiro de 2026. Referido processo apurou a prática de atos de manipulação de preço no mercado de capitais nacional e, considerando a sanção imposta a Rafael Ferri, podem afetar negativamente e de forma relevante a reputação da Companhia, em razão do

potencial associação entre a imagem da Companhia com Rafael Ferri. Para mais informações sobre esse processo, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

Ainda, a StartUps BR Holding Ltda. obrigou-se, por meio do Acordo de Acionistas IPO (conforme definido no item 15.5 deste Formulário de Referência), a não exercer quaisquer direitos políticos oriundos das ações de sua titularidade, incluindo, mas sem limitação, a abster-se do exercício do direito de voto (na forma presencial ou à distância) em quaisquer assembleias gerais da Companhia e do exercício do direito de voto no âmbito das Reuniões Prévias (conforme definido no item 15.5 deste Formulário de Referência), até a ocorrência de eventual reversão por meio de sentença ou acórdão de mérito ou ainda pela superveniência de decisão anulatória das decisões que condenaram Rafael Ferri ou o reconhecimento de qualquer causa de extinção das penas e sanções aplicáveis, no âmbito dos processos listados no item 15.5.d deste Formulário de Referência (“Reversão das Decisões”). Caso, após transcorrido o prazo de 5 anos a contar da liquidação da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e início da negociação das ações no segmento do Novo Mercado da B3 (data do início da vigência do Acordo de Acionistas IPO), não tenha ocorrido a Reversão das Decisões, a StartUps BR outorgou, por meio do referido acordo, a determinados acionistas da Companhia a opção de comprar as ações de sua titularidade no prazo e na forma determinados no Acordo de Acionistas IPO. Se os acionistas deixarem de exercer a opção de compra das ações de titularidade da StartUps BR, a StartUps BR deverá vender a totalidade das suas ações, em até 36 meses contados do final do prazo para o exercício da opção de compra, em uma ou mais transações, (i) em pregão da B3; (ii) mediante oferta pública de distribuição de ações; (iii) por meio de procedimentos de leilão; ou (iv) para quaisquer terceiros, desde que, em qualquer das hipóteses, sejam observados os demais termos e condições previstos no Acordo de Acionistas IPO. Nesse caso, o Rafael Ferri será desvinculado da Companhia, o que também poderá afetar a imagem da Companhia de forma adversa e relevante, uma vez que sua imagem está altamente atrelada à imagem da Companhia, incluindo plataformas digitais e redes sociais.

A Companhia pode não ser capaz de identificar, consumir, integrar ou ter sucesso e auferir os benefícios de aquisições futuras e de operações de novos negócios recém-constituídos.

Dentro do nosso plano de crescimento dos negócios, consideramos, além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão por meio de combinações de negócios, aquisição de participação em outras companhias ou constituição de novos negócios. A necessidade de expandirmos nossos negócios aumenta a sua complexidade e causa mais incertezas e distintos riscos a serem gerenciados, como os relacionados à captação e adequado uso de recursos financeiros, a gestão de nossos colaboradores, e aos demais recursos operacionais.

Nesse contexto, podemos não ter a eficaz e eficiente gestão das mudanças em concretizar no prazo esperado o processo de maturação quando na gestão de novos negócios, inclusive com relação à duração de tal processo e sua consequente rentabilidade. Por consequência, podemos não conseguir atingir os resultados satisfatórios nos novos negócios e que podem afetar as margens líquidas consolidadas. Sendo assim, nosso resultado e o valor de nossas ações podem ser negativamente impactados, com efeitos em nossa reputação. Adicionalmente, podemos ser impactados por passivos contingentes dos negócios adquiridos, que possam vir a se materializar.

A Companhia não garante que será capaz de identificar e garantir oportunidades de aquisição adequadas. Além disso, a sua capacidade de realizar aquisições bem-sucedidas em termos favoráveis pode ser limitada pelo número de alvos de aquisição disponíveis, demandas internas de recursos e, na medida do necessário, a sua capacidade de obter financiamento em termos satisfatórios para aquisições maiores, bem como a sua capacidade de obter as aprovações societárias, regulatórias ou governamentais exigidas. Ademais, mesmo que seja identificado um objeto de aquisição, terceiros com quem a Companhia possui relações comerciais podem não estar dispostos a celebrar acordos em termos comercialmente aceitáveis em relação a uma transação

específica.

A aquisição pode também não ser concluída por um longo período, ou até cancelada, por diversas razões, incluindo a não satisfação das condições precedentes ou a não obtenção das aprovações regulatórias exigidas, assim como condições para aprovação podem ser impostas, que não são passíveis de antecipação. A negociação e a conclusão de potenciais aquisições, consumadas ou não, podem também potencialmente afetar os seus atuais negócios ou desviar recursos substanciais. Como resultado, os seus negócios, perspectivas de crescimento, resultados de operações e condições financeiras podem ser material e negativamente afetados.

Ademais, as aquisições podem expor a Companhia a obrigações ou contingências desconhecidas incorridas antes da aquisição das empresas adquiridas ou dos respectivos ativos. A diligência realizada para avaliar a situação legal e financeira das empresas a serem adquiridas, bem como quaisquer garantias contratuais ou indenizatórias recebidas dos vendedores das empresas-alvo ou dos respectivos negócios, podem ser insuficientes para proteger ou indenizar a Companhia por quaisquer contingências que possam surgir.

Quaisquer contingências significativas decorrentes de aquisições podem prejudicar as suas atividades e resultados. Além disso, a Companhia poderá adquirir empresas que não estão sujeitas à auditoria externa independente, o que pode aumentar os riscos relacionados às aquisições. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de auferir o benefício de qualquer aquisição, incluindo a

incapacidade de (i) implementar a cultura nas empresas adquiridas, (ii) integrar as respectivas políticas operacionais e contábeis e procedimentos, bem como sistemas de informação e operações de back-office com as das empresas adquiridas, (iii) agilizar operações de sobreposição e de consolidação de subsidiárias, (iv) manter a administração existente na medida necessária ou realizar a readequação das operações, (v) evitar potenciais perdas ou prejuízos às relações com os clientes e/ou usuários, conforme aplicável, existentes das empresas adquiridas ou com nossos usuários existentes, ou (vi) de qualquer outra forma gerar receitas suficientes para compensar os custos e despesas de aquisições.

Além disso, a conclusão e o sucesso de qualquer operação estarão sujeitos a uma série de fatores econômicos e outros que estão além do controle da Companhia. Qualquer combinação dos fatores mencionados acima pode resultar na incapacidade da Companhia de integrar as empresas ou ativos adquiridos ou obter o crescimento ou as sinergias esperadas de uma transação específica. Como resultado, os negócios, resultados operacionais e condições financeiras da Companhia podem ser materialmente e negativamente afetados.

Incidentes de segurança, incluindo ataques cibernéticos, violações de segurança, acessos não autorizados ou divulgação de dados confidenciais, interrupção de negócios ou a percepção de que dados pessoais e sensíveis armazenados pela Companhia não estão seguros podem afetar a Companhia de forma adversa.

A Companhia administra e retém dados pessoais de clientes no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia e/ou seus colaboradores a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Além disso, os negócios da Companhia estão expostos ao risco de uma possível não observância de suas políticas e a má conduta, negligência ou fraudes cometidas por funcionários ou terceiros, de modo que dados pessoais de beneficiários podem se tornar disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo reputacional e financeiro. A Companhia pode não ser capaz de impedir ou prevenir o descumprimento de suas políticas e a má conduta, negligência ou

fraude de seus funcionários.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acessos aos sistemas da Companhia e outros eventos que possam ter um impacto na segurança da tecnologia de dados, pode sujeitá-la a litígios significativos, sanções regulatórias, perdas de clientes e danos à sua reputação.

Ainda, a Companhia mantém em sua base de dados informações de seus clientes e colaboradores, que podem ser objeto de ataques cibernéticos por parte de indivíduos que tentam ter acesso não autorizado a estas informações para utilização de forma indevida. A LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia em caso de incidentes cibernéticos, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

Os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados devem ser observados pela Companhia, de modo a garantir a conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de riscos, as quais possa estar exposta, como ataques de vírus, softwares mal-intencionados, panes e outros problemas que podem vir a interferir inesperadamente nas operações da Companhia e resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de operar, além de falhas nos controles de segurança de rede. Qualquer interrupção nos sistemas da Companhia poderá causar efeito material adverso sobre os negócios ou gerar perdas financeiras.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais de clientes da Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem resultar em custos e afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia.

A Companhia pode ter as suas atividades prejudicadas em decorrência de falhas e interrupções de sistemas.

As atividades da Companhia, até por sua natureza, dependem fundamentalmente de sistemas de tecnologia da informação próprios e de fornecedores externos, de conexão à internet e afins. Isso expõe a Companhia a um risco maior de interrupções, falhas ou ataques a seus sistemas. Assim, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia de forma negativa, além de afetar adversamente a sua imagem e confiabilidade junto ao mercado.

Adicionalmente, a ocorrência de ataques cibernéticos segue crescendo, tanto em frequência, quanto em aprimoramento de métodos. A Companhia pode incorrer em aumento de custos para implementação e aperfeiçoamento de seus controles e ferramentas contra eventuais ataques, o que, a depender da necessidade de se elaborar um plano de contenção ou investigação de incidentes de segurança complexos, poderá causar um efeito material adverso sobre os negócios ou gerar perdas financeiras.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para

adequação à nova legislação, bem como pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas e que entrarão em vigor, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD transforma a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microsistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial, invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para seus usuários. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais.

Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus usuários e parceiros comerciais.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter um ambiente seguro para os titulares de dados em virtude do investimento necessário para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais e de falhas que podem ocorrer em tais sistemas, nem que será capaz de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento conforme obrigações legais.

Os titulares dos dados pessoais têm os seguintes direitos, que devem ser garantidos pela Companhia: (i) obter a confirmação da existência do tratamento dos dados pessoais; (ii) acessar seus dados pessoais; (iii) retificar dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; (iv) realizar a portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor de um serviço ou produto (conforme regulamentação adicional da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou “ANPD”); (v) solicitar deleção de dados pessoais tratados com base no consentimento (i.e. o direito de revogar seu consentimento previamente dado); (vi) obter informações sobre os órgãos públicos e privados com os quais o responsável pelo tratamento tenha compartilhado os seus dados; e (viii) a possibilidade de negar o consentimento para processar seus dados pessoais e ser informado sobre as consequências de tal negação.

Com a entrada em vigor da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

A partir de agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela poderá estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 por infração. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

A Companhia poderá ser judicialmente demandada ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos à transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação de sanções administrativas e penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada e regulamentada pelo Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 (em conjunto, “Código de Defesa do Consumidor”) e Marco Civil da Internet por alguns órgãos e entidades de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado nesse sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, inclusive relacionados a incidentes de segurança cibernética e outros eventos de falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações.

Para mais informações sobre a LGPD, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais e pode optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de pagamento baseado em ações e podem participar de novos planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.

Os administradores e executivos da Companhia são participantes de um programa de pagamento baseado em ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de emissão da Companhia. Além disso, eles podem ser beneficiários de novos planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.

O fato dos administradores e executivos participarem do referido programa e de programas futuros pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e os executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no médio prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o programa de pagamento baseado em ações da Companhia, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

O não aprimoramento dos sistemas de tecnologia da Companhia vinculados às operações ou a sua incapacidade de realizar os investimentos necessários visando acompanhar a evolução tecnológica poderão afetar adversamente as suas operações.

A atividade da Companhia está ligada a um ambiente digital, no qual o desenvolvimento de novas tecnologias é diário. A manutenção pela Companhia de sua competitividade e a expansão de seus negócios depende de sua habilidade em aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e aumentar sua capacidade de forma eficiente em termos de custo. Em razão disso, a Companhia necessita realizar investimentos de maneira contínua visando melhorias significativas em sua infraestrutura de tecnologia, de modo a se manter competitivo. Não é possível garantir que no futuro haverá disponibilidade de recursos para manter o nível de investimento necessário para respaldar a melhoria ou atualização de sua infraestrutura de tecnologia da informação.

A não disponibilidade de recursos pode acarretar uma perda de competitividade relevante frente a seus principais concorrentes, bem como uma incapacidade da Companhia em conseguir acompanhar a evolução do setor e as necessidades dos clientes. Ademais, não é possível prever os efeitos das mudanças tecnológicas nos negócios da Companhia.

Os serviços e tecnologias aplicáveis à indústria em que a Companhia opera podem tornar obsoletas as tecnologias atualmente utilizadas pela Companhia em seus produtos e serviços. Desenvolver e incorporar novas tecnologias em seus produtos e serviços podem exigir investimentos substanciais

e um tempo considerável e, em última análise, tais tecnologias podem não ser bem-sucedidas.

A oferta de produtos e serviços de produtos e serviços de educação financeira sujeita a Companhia a diversos riscos.

A Companhia oferece produtos e serviços de educação financeira aos seus clientes. Os riscos associados a esses produtos e serviços incluem aqueles decorrentes de possíveis conflitos de interesse entre a Companhia e seus clientes ou divulgações inadequadas de informações e possíveis fraudes sobre o mercado financeiro. Ainda, a percepção desses riscos pode ser intensificada durante os períodos de maior volatilidade do mercado, o que pode resultar em perdas inesperadas nos produtos fornecidos aos clientes da Companhia e gerar um efeito material adverso à Companhia.

O vínculo da marca da Companhia com qualquer conteúdo controverso divulgado por colaboradores da Companhia engajados na geração de conteúdo nas redes sociais poderá causar danos à sua imagem frente aos seus clientes.

A Companhia conta com uma equipe de colaboradores (incluindo membros da administração) ("Colaboradores") com numerosos seguidores para a divulgação da marca, produtos e serviços em redes sociais e mídias digitais. Postagens que envolvam informações equivocadas, questões polêmicas, ou até mesmo opiniões repudiadas publicamente poderão ser realizadas pelos Colaboradores sem que haja pré-avaliação por parte da Companhia. A eventual exclusão de conteúdo postado pelo Colaborador, após conhecimento da Companhia, poderá ser insuficiente e vincular a Companhia a temas controversos, o que poderá comprometer sua reputação frente aos seus clientes, potenciais clientes e órgãos reguladores.

Utilizamos softwares e tecnologias de terceiros que estão sujeitos a determinadas licenças cuja falta pode nos afetar adversamente.

Contamos com softwares licenciados de terceiros para oferecer nossos produtos e serviços. Dentre os principais softwares utilizados pela Companhia, destacam-se, em ordem de relevância: Google Cloud Platform, Amazon Web Services, CloudFlare, Hubspot, Zenvia, Zendesk, dentre outros. Estes softwares podem não permanecer disponíveis para nós em termos comercialmente razoáveis ou tornarem-se indisponíveis. Qualquer perda de licença de uso de qualquer destes softwares poderia resultar em atrasos no fornecimento de nossos produtos e serviços até que uma tecnologia equivalente seja desenvolvida por nós ou, se disponível, seja identificada, obtida e integrada aos nossos sistemas, produtos e serviços, o que poderia prejudicar nossa atividade. Quaisquer erros ou defeitos nos softwares de terceiros ou apoio inadequado ou tardio do detentor da licença do software pode resultar em erros ou em falha dos nossos serviços, o que poderia prejudicar nossos resultados operacionais, afetando adversamente nossos resultados e custos operacionais.

Qualquer dificuldade em obter ou renovar licenças de terceiros que usamos para desenvolver nossos produtos ou serviços podem comprometer os nossos planos de expansão, ou prejudicar a continuidade de nossos negócios, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger as atuais e futuras marcas da Companhia e defender os seus direitos de propriedade intelectual, com destaque para os nomes de domínio que permitem o acesso à plataforma e ao aplicativo da Companhia. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um

efeito adverso em seus resultados operacionais.

O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o valor da marca “TC”, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia. A Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade. Ainda, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia, seus administradores e colaboradores.

A Companhia, seus administradores e colaboradores poderão vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores, colaboradores e/ou de seus acionistas controladores, ou ainda aos seus prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Além disso, não é possível assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores, tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Associação dos Analistas e Profissionais e Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou o Conselho Monetário Nacional (CMN), bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente a imagem e a reputação da Companhia, seus acionistas, administradores e colaboradores, perante clientes, fornecedores e investidores ou causar efeito adverso relevante em seus negócios.

Como exemplo disso, temos a Ação Penal no 5067096- 18.2012.4.04.7100, que corre perante a Justiça Federal e a instauração de Processo Administrativo Sancionador PAS/RJ 2012/11.002, instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários, que culminou com a condenação à pena de proibição temporária pelo prazo de 5 anos de atuar, direta ou indiretamente, em uma ou mais modalidades de operação no mercado de valores mobiliários, em face de Rafael Ferri, um dos idealizadores da Companhia, acionista controlador cuja imagem pessoal é altamente ligada à imagem da Companhia. Após recurso da defesa de Rafael Ferri, a condenação imposta pela Comissão de Valores Mobiliários foi confirmada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional nos termos do Acórdão 56/2019, de 22 de março de 2019. Sua execução foi iniciada a partir da data seguinte à intimação da sua defesa, ou seja, em 24 de fevereiro de 2021 e desde essa data Rafael Ferri não atua em modalidade(s) de operação no mercado de valores mobiliários. Até a data de atualização deste Formulário de Referência, a Companhia não obteve informações adicionais relacionadas ao processo. Para mais informações sobre esses procedimentos, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a

cotação de suas ações ordinárias.

Os processos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da sua administração, colaboradores, terceiros agindo em nome, interesse e/ou benefício da Companhia, ainda que indiretamente, atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção e à higidez do mercado de valores mobiliários, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 6.385/76 (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), a Lei nº 8.137/1990 (“Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária”), a Lei nº 12.850/2013 (“Lei da Organização Criminosa”), a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 14.133/2021 (“Nova Lei de Licitações”), a Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), a Lei nº 13.260/2016 (“Lei de Prevenção ao Financiamento do Terrorismo”), a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), Decreto nº 8.420/2015 (“Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção”), assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE e Convenção Interamericana contra a Corrupção (em conjunto, “Leis de Combate à Corrupção e do Mercado de Valores Mobiliários”).

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de quaisquer destas leis, no Brasil ou no exterior, por atos contra a Administração Pública ou contra o mercado de valores mobiliários, incluindo manipulação de mercado ou uso de informação privilegiada, praticados por colaboradores ou quaisquer terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia, ainda que indiretamente, podem resultar na aplicação de sanções, que incluem: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, aos indivíduos que concorreram para a infração); (ii) obrigação de reparação do dano causado; (iii) publicação extraordinária de decisão condenatória; (iv) perda dos bens, benefícios ou ativos ilícitamente obtidos; (v) suspensão ou interdição parcial de suas atividades; (vi) proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, subsídios, subvenções, doações, empréstimos ou incentivos fiscais ou creditícios; e/ou (vii) dissolução compulsória, entre outras penalidades aplicáveis, sem prejuízo das penalidades pela responsabilização individual dos administradores, colaboradores ou terceiros eventualmente envolvidos, que, se aplicadas, conjunta ou isoladamente, podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais e a cotação das ações ordinárias da Companhia.

Os mecanismos internos da Companhia podem não ser capazes de detectar: (i) violações às Leis de Combate à Corrupção, ou outras leis e regulamentos aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados no nome, interesse ou benefício da Companhia, inclusive por parte de seus administradores, colaboradores, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes/terceiros que possam representar ou atuar em seu nome, interesse ou benefício, ainda que de forma indireta ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com o Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como com princípios éticos, que possam afetar adversamente a sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Adicionalmente, a Companhia não tem como assegurar que não surgirão futuras alegações, investigações ou procedimentos relacionados a violações das Leis de Combate à Corrupção, envolvendo a Companhia, bem como seus administradores, colaboradores ou terceiros atuando em nome, interesse ou benefício da Companhia, que poderão eventualmente resultar em penalizações que poderão afetar os resultados e a reputação da Companhia.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 5% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia não pode garantir que a Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme descrita no item 16 deste Formulário de Referência) seja eficaz para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados, e a Companhia poderá vir a sofrer um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados.

As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem ser insuficientes para garantir sua proteção contra perdas substanciais.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a riscos de diversas naturezas, tais como litígios trabalhistas, fiscais, cíveis, administrativos e ambientais e ataques cibernéticos aos sistemas.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às atividades da Companhia. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, ela conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis para a Companhia. Por fim, sinistros que não estejam cobertos por suas apólices contratadas ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os negócios da Companhia ou sua condição financeira.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia, além do impacto na sua capacidade de continuar operando seus negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo vírus zika, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo coronavírus (Sars-Cov-2). Tal declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades em que a Companhia opera, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, implementando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Nesse sentido, a pandemia afetou e pode, ainda, causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia, como resultado de, entre outros fatores, novos períodos de quarentenas, ataques cibernéticos, absenteísmo de trabalhadores como resultado de doença ou outros fatores, como medidas de distanciamento social ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho da Companhia for incapaz de trabalhar, inclusive por motivo de doença, viagens ou restrições governamentais relacionadas à pandemia, as operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais da Companhia, incluindo, sem limitação, riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar sua capacidade de gerenciar e operar os negócios da Companhia.

Por razões semelhantes, a pandemia da COVID-19 pode afetar nossos clientes, trazendo ainda um aumento relevante dos riscos associados ao aumento na inadimplência, nas renegociações de contratos de prestação de serviços existentes e em eventuais alegações de força maior, os quais podem afetar de maneira adversa o faturamento da Companhia.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Ainda, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes do coronavírus (Sars-Cov-2), que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de

consumo. Nesse sentido, as novas variantes dos vírus e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos para a Companhia, conforme descrito neste fator de risco.

Não há conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19, apesar da vacinação, é incerto. Até a presente data, não há informações adicionais disponíveis para que fosse possível realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto da COVID-19 nos

negócios, além daquela apresentada no item 10.9, bem como não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Por fim, mesmo após a eventual diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes; e (iv) adversamente afetar a indústria de educação financeira, impactando os clientes da Companhia, o que pode levar a uma redução da demanda pelos serviços que oferecemos.

Qualquer surto de uma doença, assim como a COVID-19, que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira.

Não é possível garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, também não é possível garantir que a Companhia será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

Podemos não receber os benefícios esperados das aquisições realizadas. Estamos expostos a riscos em razão de tal aquisição, o que poderia vir a nos afetar adversamente.

Os benefícios esperados das aquisições realizadas são, necessariamente, baseados em projeções e premissas que podem não se materializar conforme o esperado ou que podem se revelar imprecisos. Nossa capacidade de alcançar os benefícios esperados dependerá de nossa habilidade de integrar com sucesso e eficiência os negócios e operações dessas empresas com os nossos negócios e obter as sinergias esperadas. Caso não tenhamos sucesso no processo de integração, podemos incorrer em despesas imprevistas e nossos resultados operacionais podem ser afetados materialmente e adversamente.

As informações financeiras proforma não auditadas incluídas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos e podem não ser indicativas de nossa condição financeira consolidada ou dos resultados operacionais após a implementação da aquisição da Sencon.

As informações financeiras proforma não auditadas contidas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos, são baseadas em vários ajustes, suposições e estimativas preliminares, e podem não ser indicativas de nossa condição financeira consolidada ou resultados operacionais considerando a aquisição da Sencon. Nossa situação financeira atual e os resultados operacionais após a implementação da aquisição da Sencon podem não ser consistentes

ou evidentes em nossas informações financeiras proforma não auditadas. Além disso, as premissas utilizadas na preparação das informações financeiras proforma não auditadas podem não se provar precisas, e outros fatores podem afetar nossa condição financeira ou resultados operacionais em decorrência da conclusão da aquisição.

Ausência de políticas e normas de controles internos e procedimentos de gestão de riscos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e normas de controles internos e procedimentos de gestão de riscos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraudes. A política de gerenciamento de riscos da Companhia e as estruturas de gerenciamento, como o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna ainda não estão plenamente funcionais, não sendo possível assegurar que terão desempenho adequado ou eficaz após sua implementação prática, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Como exemplo, no período findo em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes da Companhia identificaram certas deficiências nos seus controles internos. Para maiores informações, vide item 5.3.d deste Formulário de Referência.

b. SEUS ACIONISTAS, EM ESPECIAL OS ACIONISTAS CONTROLADORES

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de seus acionistas minoritários.

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações. Por fim, caso a Companhia deixe de ser controlada pelos atuais acionistas controladores, os novos controladores poderão possuir interesses e projetos diversos dos atuais e igualmente conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

c. SUAS CONTROLADAS E COLIGADAS

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar o resultado operacional da Companhia, assim como questões regulatórias das controladas e coligadas. Parte dos resultados da Companhia decorre do resultado de suas sociedades controladas e, sendo assim, o resultado não satisfatório de uma delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e de mercado nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

Ademais, algumas controladas e coligadas possuem regulação e autorregulação específicas que, se não atendidas, podem impactar a imagem da controladora e valor dos papéis.

d. SEUS ADMINISTRADORES

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de seus acionistas minoritários.

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações. Por fim, caso a Companhia deixe de ser controlada pelos atuais acionistas controladores, os novos controladores poderão possuir interesses e projetos diversos dos atuais e igualmente conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

e. SEUS FORNECEDORES

As atividades da Companhia dependem da boa relação comercial com seus fornecedores, havendo, dentre outros, o risco de aumento considerável nos custos da Companhia na contratação desses fornecedores, tendo em vista que esses custos são atrelados à tecnologia e à moeda estrangeira.

A Companhia atua, majoritariamente, na prestação de serviços de educação financeira. Alguns dos serviços prestados e produtos que a Companhia oferece (inclusive disponibilização de dados e relatórios na plataforma da Companhia) são adquiridos de seus fornecedores, especialistas no mercado financeiro.

Caso a Companhia não seja capaz de manter relações com os atuais fornecedores ou os fornecedores passem a vender seus serviços e produtos em condições comercialmente desfavoráveis (inclusive por conta da desvalorização do Real frente a moedas estrangeiras) ou, ainda, caso deixem de prestar determinados serviços e entregar determinados produtos que usualmente são por nós utilizados, a Companhia poderá perder clientes e sofrer impactos relevantes e negativos nas suas receitas e situação financeira.

Ademais, os fornecedores poderão enfrentar dificuldades na prestação de serviços à Companhia ou mesmo em seu processo produtivo, o que poderá ter um impacto nos negócios da Companhia. Tais dificuldades poderão estar relacionadas a problemas técnicos, insolvência ou ataque cibernético, dentre outros que tenham potencial de gerar impactos adversos à Companhia.

Por fim, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter seus contratos com seus fornecedores ou que será capaz de renovar contratos vigentes em termos favoráveis. Caso a Companhia não seja capaz de reter tais fornecedores pode sofrer dificuldades relevantes na prestação de seus serviços. Caso isso ocorra, a Companhia pode sofrer um efeito adverso relevante nos seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

A Companhia pode ser responsável por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

A Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente se seus fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas,

administrativas e previdenciárias e da regulamentação aplicável ao setor de atuação da Companhia, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar a Companhia material e adversamente. Quaisquer infrações trabalhistas e/ou a terceiros causados por determinados prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia, principalmente dentro de suas dependências, expõem a Companhia à responsabilidade solidária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação e/ou indenização de danos causados aos trabalhadores e/ou a terceiros. A depender do envolvimento no evento danoso, a Companhia também estará exposta nas esferas administrativa e criminal e a risco de reputação, o que poderia, inclusive, impedir a Companhia de desenvolver suas atividades, se valer de determinados incentivos e/ou benefícios fiscais, ocasionar o afastamento de seus diretores, além de desvalorizar os valores mobiliários da Companhia que estejam em circulação.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento de software. Ademais, incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura dos fornecedores necessários para manter nossos sistemas de TI, podem resultar em danos à reputação e financeiros para a Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. A Companhia depende de um sistema de tecnologia de informação para processar, transmitir e proteger informações eletrônicas. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis ou do término ou rescisão das respectivas licenças, pode haver a interrupção temporária dos softwares oferecidos pelos fornecedores e, conseqüentemente, interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros.

A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento dos softwares por ela utilizados. Dentre os principais softwares utilizados pela Companhia, destacam-se, em ordem de relevância: Google Cloud Platform, Amazon Web Services, CloudFlare, Hubspot, Zenvia, Zendesk, dentre outros. Tais contratos poderão ser rescindidos em caso de inadimplemento contratual pela Companhia (incluindo em caso de atrasos nos pagamentos), ou mesmo de forma imotivada pelo fornecedor ou em função de fatores alheios à vontade das partes, hipótese em que a Companhia ficará impedida de continuar utilizando referidos softwares. A Companhia não pode assegurar que será capaz de substituir tais softwares em tempo hábil e sem impactos às suas operações, de modo que ao término ou rescisão de algum contrato de licenciamento de software, ainda que por fatores alheios à sua vontade, poderá sofrer impactos adversos relevantes nas atividades e resultados operacionais e financeiros da Companhia, podendo sofrer aplicações de multas em casos de não renovação e eventuais rescisões contratuais.

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada pela Companhia, especialmente no que diz respeito à contratação de prestadores de serviço, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária, de modo que a Companhia e suas controladas podem ser consideradas solidária ou subsidiariamente responsáveis por contingências de natureza trabalhista e previdenciária das empresas terceirizadas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Em eventual processo

trabalhista, se reconhecido o vínculo empregatício dos profissionais terceirizados, a Companhia pode ser responsabilizada pelo pagamento dos direitos trabalhistas, tais como, 13º salário, férias e respectivo 1/3 constitucional, FGTS, dentre outros, além da aplicação de correção monetária, juros e multa.

Em caso de investigação ou ação judicial iniciada pelas autoridades trabalhistas, além de eventual imposição de multa administrativa e determinação de pagamento de indenização por danos morais coletivos, a Companhia poderá ser obrigada a alterar o seu modelo atual de contratação de terceiros.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem, inclusive por conta de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização. Ainda, caso a Companhia venha a ser condenada por irregularidades no processo de terceirização, poderá perder benefícios fiscais, além de restrições ao acesso de determinados financiamentos ou linhas de crédito.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que novas leis, regulamentos ou políticas governamentais que proíbam, restrinjam ou tornem mais dificultosa a terceirização de serviços pela Companhia, não serão editados no futuro. Nessa hipótese, caso a Companhia tenha que celebrar contratos de trabalho com prestadores de serviços terceirizados ou pessoas jurídicas, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

f. SEUS CLIENTES

A Companhia pode sofrer com a inadimplência ou não cumprimento de disposições contratuais por parte de seus clientes.

A Companhia está sujeita ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante a Companhia poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional.

A Companhia não possui relações contratuais de longo prazo com seus clientes e sua receita pode ser reduzida caso tais clientes deixem de utilizar seus serviços.

O negócio da Companhia depende da assinatura, por seus clientes, dos planos oferecidos. A grande maioria dos clientes não possui contratos de longo prazo com a Companhia e utilizam os serviços em curto prazo, podendo optar por não continuar utilizando os serviços. A eventual perda significativa de seus clientes pode resultar em um impacto substancial nas receitas da Companhia e afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais.

g. SETORES DA ECONOMIA NOS QUAIS O EMISSOR ATUE

A Companhia possui diversos concorrentes em seu mercado de atuação, desde pequenas empresas a grandes instituições financeiras e, se não competir com eficiência, poderá perder participação de mercado e lucratividade.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e enfrenta concorrência de outras empresas com forte presença no mercado financeiro nacional, como, por exemplo, empresas focadas na educação financeira de pessoas físicas e em ferramentas para o

mercado financeiro, além de diversas instituições financeiras que prestam serviços de educação financeira. Algumas das empresas concorrentes também oferecem uma grande variedade de serviços relacionados ao nosso segmento de atuação que a Companhia não pode oferecer. Ademais, a Companhia poderá enfrentar a concorrência de grupos estrangeiros.

A Companhia não pode assegurar que seus concorrentes locais não realizarão uma expansão operacional ou, ainda, que empresas multinacionais ou concorrentes internacionais não decidam expandir sua atuação no Brasil. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode sofrer impactos negativos com os efeitos da volatilidade do câmbio nas variações de custos de serviços e produtos que contrata

A prestação de serviços e disponibilização de produtos pela Companhia está diretamente relacionada à tecnologia da informação e, portanto, está sujeita a efeitos cambiais e variações de custos. Nesse cenário, a Companhia poderá sofrer impactos negativos caso haja um aumento do custo relacionado à indústria da tecnologia da informação que eventualmente ela não seja capaz de repassar a seus clientes.

A mudança de determinados aspectos no setor de atuação da Companhia pode afetar adversamente seus negócios.

A Companhia está inserida no setor de educação financeira e utiliza tecnologias específicas para prestar serviços e oferecer produtos relacionados. Diversos fatores relacionados a esse setor da economia poderão afetar adversamente os negócios da Companhia, tais como a legislação vigente, impostos e taxas, bem como outras interferências governamentais.

Alterações que venham a ocorrer no mercado de atuação da Companhia poderão adversamente afetar o fornecimento, a demanda e os preços dos produtos e serviços, restringir a capacidade da Companhia de conduzir os negócios em mercados existentes e naqueles que pretende atuar, além de afetar adversamente os seus resultados operacionais e financeiros.

h. REGULAÇÃO DOS SETORES EM QUE O EMISSOR ATUE

A Companhia pode ser afetada por ações governamentais que atinjam os mercados e a economia brasileira, ou questionem a natureza jurídica de seu modelo de negócios e das atividades de seus colaboradores.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer uma influência relevante sobre diversos aspectos da economia brasileira e do setor privado. A conjuntura econômica e política tem impacto direto sobre as atividades da Companhia, sendo que o governo brasileiro por vezes altera significativamente as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia. As medidas de controle da inflação e de influência de outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, alteração da taxa básica de juros, bem como outras medidas. Nosso negócio é suscetível a mudanças nas demandas dos consumidores. Além disso, a Companhia e seus colaboradores atuam em atividades de educação financeira que podem vir a ser reguladas pela CVM ou, ainda, podem ser questionadas como de natureza diversa que podem estar sujeitas à regulação e fiscalização vigentes da CVM, em especial àquelas aplicáveis à atividade de análise de valores mobiliários.

A Companhia pode, portanto, ser adversamente afetada em seus resultados por ações governamentais que atinjam os mercados e a economia brasileira, incluindo a criação de novas

obrigações regulatórias ao modelo de negócios da Companhia e às atividades de seus colaboradores.

i. PAÍSES ESTRANGEIROS ONDE O EMISSOR ATUE

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados estrangeiros.

j. QUESTÕES SOCIAIS

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões sociais.

k. QUESTÕES AMBIENTAIS

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões ambientais.

l. QUESTÕES CLIMÁTICAS, INCLUINDO RISCOS FÍSICOS E DE TRANSIÇÃO

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões climáticas.

m. OUTRAS QUESTÕES NÃO COMPREENDIDAS NOS ITENS ANTERIORES

RISCOS MACROECONÔMICOS

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e resultados da Companhia, bem como o valor das ações.

Quaisquer surtos de doenças que podem vir a afetar o comportamento das pessoas, como a atual pandemia da COVID-19, o zika, o ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira e, consequentemente, os resultados operacionais e nas ações de emissão da Companhia.

A recente pandemia global da COVID-19 pode ainda ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias-primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e lockdown, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante

nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve seis paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

O Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes do coronavírus (Sars-Cov-2), que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Nesse sentido, as novas variantes do vírus e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações dos valores mobiliários da Companhia negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil. As ações do Governo Federal para controlar a inflação envolveram, por vezes, o controle de salários e preços, a restrição ao acesso a contas bancárias, o bloqueio de contas bancárias, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre importações e exportações de mercadorias.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação econômico-financeira e seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas legais, administrativas e regulatórias;
- mudanças na regulamentação aplicável às operações da Companhia;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da COVID-19; e

- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

As medidas tomadas pelo governo brasileiro sobre as políticas ou regras que envolvem os fatores macroeconômicos listados acima podem afetar adversamente as atividades da Companhia e a análise de sensibilidade a taxas de juros mais altas. Além disso, mudanças nos preços das ações ordinárias de companhias abertas, ausência de crédito disponível, redução de gastos, desaceleração da economia global, instabilidade da taxa de câmbio, aumento das taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem diretamente ou afetar adversamente e indiretamente a economia brasileira e os mercados de capitais, o que poderia reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, com um efeito adverso sobre as ações da Companhia, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios, resultados de operações e o preço de negociação das ações da Companhia.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. Períodos de eleição e crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Ainda, o mercado brasileiro tem experimentado maior volatilidade e falta de liquidez devido às incertezas derivadas da investigação Lava Jato em andamento e outras investigações, que são conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e o impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Membros do governo brasileiro e do Poder Legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política e lavagem de dinheiro relacionada a subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e empresas de gás e construção, entre outras. Os lucros dessas propinas supostamente financiaram as campanhas políticas de partidos políticos que não foram contabilizados ou divulgados publicamente e serviram para promover o enriquecimento pessoal dos destinatários do esquema de suborno. Como resultado, vários políticos e oficiais de grandes empresas estatais e privadas no Brasil renunciaram e/ou foram presos e outros permanecem sob investigação por comportamento antiético e ilegal.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação das ações. Não é possível prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a

economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Ainda, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro tem sido criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19. No intuito de investigar as ações e omissões do governo federal no combate à COVID-19, incluindo possíveis irregularidades, fraudes e superfaturamentos em contratos serviços feitos com recursos originados da União e enviados a estados e municípios, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, aumentando a incerteza política e prejudicando a estabilidade no Brasil, considerando, inclusive, a saída de vários ministros federais de alto nível e alegações de corrupção contra o presidente Bolsonaro e seus familiares.

A recente troca de comando na Petrobras pelo presidente Jair Bolsonaro também impactou o mercado de modo negativo com forte queda das ações negociadas na B3, uma resposta adversa ao potencial risco de ingerência do presidente nos preços dos combustíveis.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o da Companhia. Não é possível prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições políticas, econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de

crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Ainda, a pandemia da COVID-19 continua sendo uma fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades de todo o mundo tomaram medidas para tentar conter a disseminação da doença, uma vez que o vírus se espalhou globalmente. As restrições provavelmente permanecerão em vigor, o que poderá suprimir a atividade, caso o contágio não diminua e se a vacinação em massa não for executada.

A materialização desses riscos afetou o crescimento global e pode diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países. Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações. A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes e consequentemente afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e a falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores dos valores mobiliários de emissão da Companhia de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo pelos fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, ou por eventuais fatores de riscos aqui não contemplados, e/ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 17,78% no acumulado de dezembro de 2021, 23,14% em 2020 e 7,30% em 2019, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária, ou COPOM, ajustou as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Mais recentemente, o COPOM aumentou as taxas de juros oficiais, aproximando-a dos dois dígitos, fechando no ano de 2021 com 9,25%.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de eventuais empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

- Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, o que foi reafirmado e, fevereiro de 2019, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's revisou a classificação de crédito do Brasil para BB- negativo com perspectiva estável.
- Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. Em maio de 2020, a agência manteve o rating com perspectiva de estabilidade.

- Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. O rating BB negativo de risco de crédito soberano do Brasil foi reafirmado em maio de 2019 e 2020.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem apresentado altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto (PIB), flutuações significativas do real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e redução dos níveis das despesas e da confiança do consumidor. A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração do cenário econômico e fiscal brasileiro e o agravamento dos riscos para ambas as dimensões, dada a renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia COVID-19.

A classificação de crédito soberano do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos.

Não é possível garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, que também será afetada adversamente em sua classificação

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

Em 2019, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano e a taxa de venda do dólar americano foi de R\$ 4,0307 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado pela Banco Central. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de venda do dólar americano era de R\$ 5,1961 para US\$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 28,91% do real em relação ao dólar americano no período de findo em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de venda do dólar americano era de R\$ 5,5805 para US\$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 7,40% do real em relação ao dólar americano no período de findo em 31 de dezembro de 2020.

Não é possível prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para

o exterior.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringe o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo em seus resultados operacionais e em sua condição financeira. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. Não é possível prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e a Companhia pode ser adversamente afetada por essas políticas.

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- 1) O vínculo da marca da Companhia com qualquer conteúdo controverso divulgado por colaboradores da Companhia engajados na geração de conteúdo nas redes sociais poderá causar danos à sua imagem frente aos seus clientes.**

A Companhia já foi alvo de ações criminosas com o objetivo de difamar sua reputação e de seus controladores. Independentemente do resultado, apenas o envolvimento em tais citações gera um prejuízo reputacional e impacto em expansão, dado que estamos lidando diretamente com as finanças de nossos clientes. Uma polêmica é suficiente para não manter ou iniciar um relacionamento, ainda mais que a concorrência é ampla e acessível.

Além disso, alguns criadores de conteúdo da Companhia são pessoas públicas, no sentido de terem exposição em mídias sociais. Quaisquer condutas inadequadas delas em ambiente pessoal, podem acabar impactando a marca negativamente.

- 2) A Companhia possui diversos concorrentes em seu mercado de atuação, desde pequenas empresas a grandes instituições financeiras e, se não competir com eficiência, poderá perder participação de mercado e lucratividade.**

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2018, houve um aumento nas casas de *research* independentes. Essas casas, inclusive, apresentam um plano de expansão similar, ofertando produtos de consultoria, *asset* e *wealth management*, e oferecem planos de assinaturas mais baratos que os nossos.

Ademais, grandes escritórios de agentes autônomos vêm se transformando em corretoras e bancos digitais, os quais também estão concorrendo fortemente nesse setor.

Competir com eficiência é a chave para o destaque da Companhia para poder alcançar o objetivo de *one stop shop* de investimentos.

- 3) A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.**

A Companhia possui um caixa confortável, dado a captação do IPO, porém, atualmente está buscando alcançar o *breakeven* operacional (estancar a queima de caixa). Logo, alcançar este patamar é imperativo. Até porque, desembolsos imprevistos podem ocorrer, podendo drenar o caixa mais rapidamente. Portanto, a operação básica deve contribuir para o saldo e não ser outro risco. A Companhia já vem tomando algumas medidas, como adequação de quadro e despesas gerais para atingir este objetivo.

- 4) Podemos não receber os benefícios esperados das aquisições realizadas. Estamos expostos a riscos em razão de tal aquisição, o que poderia vir a nos afetar adversamente.**

Os benefícios das aquisições e investimentos feitos possivelmente podem ser menores do que o estimado no momento de aquisição/investimento. Principalmente, a previsão de sinergias pode não se materializar conforme esperado. Caso materialize, causaria *impairments* no período em que for analisado como relevante pelos auditores.

5) A Companhia pode ser responsável por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

Alguns prestadores de serviços podem ser enquadrados como empregados da Companhia em caso de uma autuação de fiscais do governo e, esse eventual reconhecimento, pode gerar despesas extras com compensação de INSS, IR e demais obrigações trabalhistas, além de multa e correção desses valores.

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Esta seção destina-se a descrever os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Tais riscos referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, relacionados às oscilações de câmbio, preço da ação e taxas de juros.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

As depreciações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e não dispõe da capacidade de prevê-la. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia podem ser afetados negativamente por mudanças em políticas cambiais.

Historicamente, em um ambiente de juros altos, a bolsa apresenta desempenho ruim. Dado que parte relevante do conteúdo da Companhia está relacionado à renda variável, um cenário adverso para essa classe de ativo pode gerar desinteresse do público e, por consequência, queda nas assinaturas.

Além disso, eventuais contratos indexados ao CDI podem acarretar desembolsos superiores ao esperado no momento acordado.

Adicionalmente, os negócios da Companhia dependem principalmente de usuários que adquirem as assinaturas e treinamentos em sua plataforma online. Uma redução na procura pelos produtos ofertados poderá afetar os seus ganhos.

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da dificuldade na contratação de empréstimos ou para a emissão de dívidas, em decorrência da incapacidade econômico-financeira da Companhia.

A Companhia não atua comprando títulos de dívida ou realizando empréstimos e/ou financiamentos. Nesse sentido mais restrito, o risco de crédito é baixo. Porém, extrapolando para os dois modelos em que atua (B2C e B2B), pode-se abranger a análise da seguinte forma:

No B2C, os pagamentos em sua maior parte são feitos com cartão de crédito. Apesar do não pagamento ser um risco da emissora do cartão, temos o risco do *chargeback*. O *chargeback* é o processo de contestação de uma compra. Ele acontece quando um pedido feito no *online* por cartão de crédito ou débito é cancelado. O processo envolve a solicitação de cancelamento de uma transação por parte do portador do cartão junto ao banco. Normalmente, o *chargeback* acontece porque o titular do cartão não reconhece a

compra em sua fatura, oferecendo indícios de fraude. Dessa forma, ele entra em contato com a instituição emissora do seu cartão e abre um pedido de contestação. Porém esse sistema permite o acontecimento de fraudes. Algumas delas são:

- 1) Fraude deliberada: em geral, as fraudes contra lojas online ou *marketplaces* acontecem a partir de compras aparentemente legítimas, mas feitas com cartões de crédito clonados. Nesse caso, o fraudador utiliza os dados de uma pessoa idônea para fazer transações, sendo que a obtenção dos dados pode ocorrer tanto por engenharia social quanto por ataques de força bruta a bancos de dados.
- 2) Autofraude: acontece quando o cliente simula desacordo comercial ou fraude. Ele pode alegar, para cancelar o pagamento, que há algum problema com a compra ou que houve uso fraudulento de seus dados, por exemplo.
- 3) Fraude amigável: nesta, o cliente cancela o pagamento por não reconhecer uma compra legítima. Esse cenário acontece quando o portador do cartão não se lembra de o ter emprestado para um familiar próximo ou, ainda, quando não reconhece o nome da loja na fatura do cartão.

Assim, como no B2C, para os clientes corporativos, B2B existe o risco do não pagamento por parte dos contratantes dos serviços. Nessa esfera, as companhias mais afetadas seriam as empresas controladas pelo TC, ou seja, TC Sfoggia, Economatica e Prisma. Com relação a fraudes entendemos que o risco é baixo nesse setor, existe uma política de PPD e perda já aprovada pela empresa junto ao seu conselho de administração que regula o tema.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

Uma das fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia são advindas das assinaturas dos clientes para os planos oferecidos. A grande maioria dos clientes não possui contratos de longo prazo com a Companhia e utilizam os serviços em curto prazo, podendo optar por não continuar utilizando os serviços. A eventual perda significativa de seus clientes pode resultar em um impacto substancial nas receitas da Companhia e afetar adversamente o negócio B2C de assinaturas, atualmente o B2B já representa mais de 70% da receita da companhia, desta forma, esse risco está bastante mitigado.

A Companhia conta primeiramente com sua reserva adequada de caixa, que ela considera suficiente nos próximos 24 meses para gerir a operação ainda nos cenários mais negativos. Caso seja necessário futuramente, será avaliada operações no mercado de capitais, seja dívida ou *equity*, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades

operacionais. Ressaltando que no cenário atual não é necessário avaliar financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

Após a aprovação pelo Conselho de Administração, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para a troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação exclusivamente financeira TRS (*Total Return Swaps*).

A finalidade da operação é aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros. Foram vinculadas aplicações financeiras para garantia da operação.

A Companhia avalia as contrapartes destes derivativos regularmente, visando assegurar a segurança e liquidez das operações efetuadas.

i. Preço da ação (TRS)

A Companhia apresenta abaixo a análise de sensibilidade dos ativos financeiros derivativos, atrelados à variação do preço das ações TRAD3 como ponta ativa e como ponta passiva 100% do CDI + 2% a.a.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Nos quadros a seguir foram considerados os cenários dos indexadores utilizados pela Companhia na operação de SWAP, com a exposição aplicável à variação de preço da ação TRAD3 e da flutuação da taxa CDI. O cenário razoavelmente possível foi calculado, para a ponta ativa do SWAP, pela Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 95%, com base nas cotações históricas da Companhia, assumindo que essa variação pode ocorrer valorizando ou desvalorizando a ação TRAD3, sendo que para a ponta passiva foi considerada a expectativa da taxa CDI, com base na divulgação da taxa Selic futura pelo Boletim Focus, do Bacen:

a. Em 31/12/2024:

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2024 - volume de ações	Cenário		
				Base	Cenário razoavelmente possível - 48,77%	Provável
					31/12/2024	Efeito no resultado
SWAP - Ponta ativa	VaR Ações TRAD3	721.068	146.571	6,99	(3,58)	(457)
SWAP - Ponta passiva	CDI + 2%	100,00%	(721.068)	14,75%	16,75%	(100)
SWAP - Aplicação financeira	CDI + 2%	100,00%	721.068	14,75%	16,75%	100
Total						(457)

Cenário de valorização da ação TRAD3

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2024 - volume de ações	Cenário		
				Base	Cenário razoavelmente possível +48,77%	Provável
					31/12/2024	Efeito no resultado
SWAP - Ponta ativa	VaR Ações TRAD3	721.068	146.571	6,99	10,40	457
SWAP - Ponta passiva	CDI + 2%	100,00%	(721.068)	14,75%	16,75%	(100)
SWAP - Aplicação financeira	CDI + 2%	100,00%	721.068	14,75%	16,75%	100
Total						457

Por fim, a Companhia esclarece que os dados apresentados acima foram baseados nas Demonstrações Financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2024. Para mais informações, acesse as notas explicativas anexas ao respectivo documento, disponível no website de RI do TC (<https://ri.tc.com.br/>) e nos sistemas da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. Juízo
- b. Instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

Não aplicável, dado que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas fosse parte, que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas fosse parte, que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável. A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes a que referir.

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não aplicável. A Companhia e suas controladas não possuem contingências relevantes a que referir.

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Riscos"), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. A Política de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de julho de 2021 e teve sua adequação aprovada dia 10 de agosto de 2022.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Riscos tem como objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades do processo de gerenciamento de riscos corporativos, possibilitando a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relacionados à Companhia.

Para essa finalidade, a Companhia estruturou seu modelo de gerenciamento de riscos a partir de diretrizes do COSO (*Committee of Sponsoring of the Treadway Commission*), tratando o gerenciamento de riscos como parte intrínseca ao planejamento estratégico de negócios e aos processos de gestão da Companhia, com linhas de defesa destinadas a promover a identificação antecipada de riscos e seu tratamento tempestivo.

A Política de Riscos prevê que, previamente à definição do tratamento de determinado risco identificado, o gerenciamento deverá contemplar avaliação que determine seu efeito potencial e grau de exposição da Companhia, considerando a probabilidade de ocorrência do risco e seu impacto por meio da utilização de metodologias mensuráveis, tanto em termos quantitativos, como qualitativos. Esse processo visa a contribuir para a definição de mapa de riscos da Companhia que proporcione a priorização e o direcionamento de esforços para os riscos tidos como mais significativos.

Na sequência, por sua vez, busca-se definir o tratamento que será dado aos riscos, sendo possível, a partir do grau de apetite a referido risco, a adoção de determinadas posturas alternativas. Assim, é possível que a Companhia decida evitar, aceitar ou prevenir dito risco. Finda a fase de definição quanto ao tratamento do risco, a Política de Riscos também disciplina diretrizes voltadas à adequada e ágil comunicação pertinente às partes interessadas, inclusive acionistas, órgãos reguladores e outras entidades externas.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os principais fatores de riscos a que a Companhia está exposta, monitora e busca proteção, em linha com a Política de Riscos, são aqueles descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Esses fatores de risco são categorizados pela Companhia, nos termos de sua Política de Riscos, da seguinte forma:

- (i) **Risco de Imagem:** associado à ocorrência de evento que possa causar impacto negativo à reputação, credibilidade ou marca da Companhia;
- (ii) **Risco de Liquidez:** associado à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, no vencimento ou somente fazê-lo incorrendo em perdas significativas, assim como à dificuldade em contrair empréstimos ou emitir dívidas em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;
- (iii) **Risco de Mercado:** associado à possibilidade de perdas resultantes de mudanças em indicadores econômicos que fogem da competência da Companhia, tais como taxas de juros e câmbio;
- (iv) **Risco Estratégico:** associado à tomada de decisão da alta administração e possibilidade de gerar perda substancial no valor econômico da Companhia;
- (v) **Risco Financeiro:** associado às operações financeiras/contábeis da Companhia e à possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inadequados, inexatos ou intempestivos que exponham a Companhia a multas, penalidades e outras sanções;
- (vi) **Risco Operacional:** associado a erros, falhas, ineficiências e inadequações de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas próprios e externos desenvolvidos por fornecedores, além de eventos exógenos inesperados;
- (vii) **Risco Regulatório:** associado à ocorrência de modificações e eventuais descumprimentos das normas aplicáveis à Companhia. Na mesma direção, é o risco inerente à regulamentação e a ações de órgãos reguladores que possam afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Previamente à definição de qual tratamento será aplicado a determinado risco, a Companhia deve determinar seu efeito potencial, ou seja, o grau de exposição da Companhia àquele risco. Nesta avaliação, dois aspectos, ao menos, devem ser levados em consideração: a probabilidade de ocorrência do risco e o seu potencial impacto nos negócios da Companhia por meio de modelos preditivos. Tais modelos buscam antecipar comportamentos futuros dos clientes por meio de atitudes presentes. Dessa forma, possibilitando a predição de um possível *churn*, por exemplo.

A avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização de riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.

Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

O tratamento de riscos passa, basicamente, por três premissas: aceitá-lo, mitigá-lo ou eliminá-lo, sempre de acordo com o nível de apetite de risco ou o nível de tolerância a risco da Companhia.

A Companhia deve basear-se nas seguintes alternativas para conduzir adequadamente o tratamento de riscos:

I – Evitar o risco pela decisão de não envolvimento em ações ou situações que possam ocasioná-lo;

- II – Mitigar o risco por meio de planos de ação com o intuito de minimizar a probabilidade de ocorrência do evento e o seu impacto final;
- III – Transferir ou compartilhar o risco, ou parte dele, com terceiros com o intuito de minimizar o seu impacto final;
- IV – Manter o risco em seu nível atual e aceitar a probabilidade de ocorrência do evento e o seu impacto final;
- V – Explorar o grau de exposição ao risco quando houver a possibilidade de auferir alguma vantagem competitiva; e
- VI – Remediar a ocorrência do risco por meio de um processo de controle de danos, sejam estes de ordem operacional, financeira, reputacional, etc.

Por meio de comunicação ágil e adequada com partes interessadas, acionistas, órgãos reguladores e outras entidades externas, a Companhia acredita que é possível permitir avaliações objetivas sobre os riscos aos quais está exposta. Informações relevantes devem ser identificadas e coletadas, abrangendo dados produzidos internamente, informações sobre eventos, atividades e condições externas que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. De acordo com a Política de Riscos, a sua comunicação deve ser tempestiva e fluir em todos os sentidos.

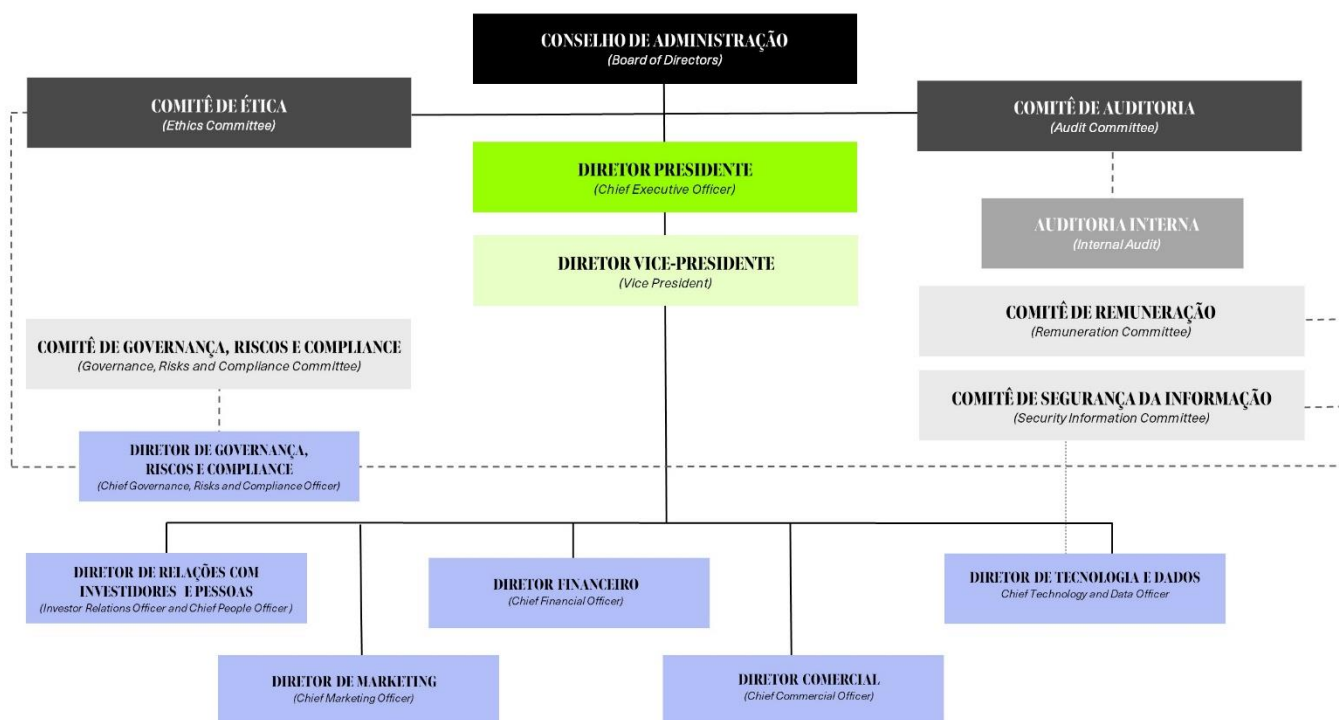
Dessa forma, a Companhia consegue divulgar procedimentos e alinhar atitudes para reforçar a cultura da organização visando sempre estimular a comunicação de desvios ou suspeitas de violação dos códigos de conduta ou descumprimento de princípios éticos. A Companhia promove, assim, a divulgação da importância e relevância de um gerenciamento efetivo de riscos, o apetite e a tolerância da Companhia face a tais riscos e as funções e responsabilidades de cada um dos órgãos que compõem a sua estrutura de gerenciamento de riscos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme previsto na Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, o Programa de Gerenciamento de Riscos da Companhia ("Programa") consiste em sistema intrínseco ao planejamento estratégico e de negócios, composto por uma série de processos contínuos e estruturados que busca identificar e responder assertivamente a eventos que possam causar danos às atividades da Companhia.

Ele está estruturado a partir das diretrizes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e presente em todos os processos internos de gestão, de modo a promover a antecipação de riscos eventuais e permitir sua gestão tempestiva.

Os principais agentes que compõem a estrutura organizacional da Companhia voltada a seu gerenciamento de riscos são: (1) o Conselho de Administração; (2) o Comitê de Auditoria Interna; (3) o Comitê de Governança, Riscos e Compliance; (4) a Diretoria; (5) a Área de Riscos e Compliance; e (6) a Área de Auditoria Interna.



As principais atribuições e responsabilidades dos órgãos que compõem a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são abaixo indicadas:

1. Conselho de Administração

Compete ao Conselho, sem prejuízo de outras competências estabelecidas nas políticas internas da Companhia, no Estatuto e nas leis e nos regulamentos aplicáveis:

- I – Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
- II – Revisar todo o portfólio dos riscos assumidos pela Companhia; e
- III – Assegurar que os Comitês envolvidos ao tema tenham a estrutura necessária e o orçamento suficiente para o desempenho de suas funções.

2. Comitê de Auditoria Interna

Compete ao Comitê, sem prejuízo de outras competências estabelecidas nas políticas internas da Companhia, no Estatuto e nas leis e nos regulamentos aplicáveis:

- I - Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- II - Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- III - Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de Riscos e Compliance;
- IV - Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia em conjunto com os demais órgãos de governança;
- V - Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas

internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

VI - Dispor de meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

3. Comitê de Governança, Riscos e Compliance

Compete ao Comitê, sem prejuízo de outras competências estabelecidas nas políticas internas da Companhia, no Estatuto e nas leis e nos regulamentos aplicáveis:

I - Aprovar a estrutura e alterações em governança, políticas, regras e regimentos internos, reportando ao Conselho as políticas sob sua responsabilidade de deliberação;

II - Assegurar a conformidade e melhores práticas sobre processos, atividades e procedimentos com as normas vigentes;

III - Apreciar e deliberar sobre o mapa e indicadores de riscos (Compliance, Operacional, Crédito, Mercado, Liquidez e Contágio);

IV - Estabelecer apetite e tolerância aos riscos;

V - Deliberar sobre as ações dos relatórios emitidos pelos órgãos legisladores, reguladores e auditorias;

VI - Garantir que a alta administração esteja ciente dos assuntos que possam ter impacto significativo à imagem e liquidez;

VII - Reportar, sempre que necessário e/ou solicitado, material ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Interna; e

VIII - Orientar ações de evolução e aprimoramento da área de Riscos e Compliance.

4. Diretoria

Compete à Diretoria, sem prejuízo de outras competências estabelecidas nas políticas internas da Companhia, no Estatuto e nas leis e nos regulamentos aplicáveis:

I – Assegurar a execução e a implementação das estratégias e diretrizes da Companhia, aprovadas pelos órgãos de governança, e propor sua revisão ou atualização, sempre e quando necessário, em resposta à alteração do nível de exposição a riscos aos quais a Companhia se encontra submetida.

5. Área de Riscos e Compliance

A área de Riscos e Compliance é responsável por determinar as direções e realizar as avaliações pertinentes ao sistema de gerenciamento de riscos, ambiente de controles internos e gestão de programas de integridade e Compliance.

Nesse contexto, compete à área de Riscos e Compliance, sem prejuízo de outras competências

estabelecidas nas políticas internas da Companhia, e nas leis e nos regulamentos aplicáveis:

I – Assegurar a integral conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis à Companhia, bem como a observância de suas políticas internas;

II – Desenvolver e implementar processos de controles internos a fim de padronizar as orientações destinadas às diferentes áreas da Companhia;

III – Manter os mecanismos e as estruturas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado e que permitam a adequada identificação, avaliação, análise e o monitoramento de riscos;

IV – Monitorar potenciais casos de conflitos de interesses entre as diversas áreas da Companhia e recomendar a segregação de funções ou revisão de atribuições almejando a mitigação de riscos;

V – Elaborar relatórios e indicadores periódicos para o Comitê de Governança, Riscos e Compliance sobre o nível de exposição a riscos aos quais a Companhia se encontra submetida;

VI – Elaborar planos de ação para a identificação, monitoramento e tratamento de riscos de acordo com as recomendações do Comitê; e

VII – Apoiar a Diretoria na execução e no acompanhamento dos planos de ação e auxiliá-la na interface com as demais áreas da Companhia.

6. Área de Auditoria Interna

Compete à área de Auditoria Interna, sem prejuízo de outras competências estabelecidas nas políticas internas da Companhia, no Estatuto e nas leis e nos regulamentos aplicáveis:

I - Responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

II – Garantir o monitoramento e avaliação, de forma independente e imparcial, a qualidade e efetividade do Programa e os processos de controles internos da Companhia, e recomendar melhorias;

III - Recomendar a adoção de planos de ação e acompanhar e auditar sua implementação e efetividade; e

IV - Elaborar e disponibilizar relatórios e informações ao Conselho, por meio de seu Comitê de Auditoria Interna, para subsidiar o acompanhamento da efetividade do Programa e dos mecanismos de controles internos da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações disponibilizadas neste item 5.1, a Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos contempla procedimentos e mecanismos adequados e eficazes para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta, incluindo orçamento suficiente para o desempenho das funções mencionadas, conforme previsto no Art. 23, III do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia supervisiona o gerenciamento de

riscos e avalia periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento e dos controles internos.

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis.

O objetivo dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis da Companhia é fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade de tais documentos, de acordo com a legislação e regras aplicáveis, bem como de requisitos internos de atividades de controle.

A Companhia nota que, em reunião realizada em 10 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a última versão (até a data da atualização deste Formulário de Referência) da Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Riscos") com o objetivo de estabelecer os princípios e as diretrizes no que tange ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Companhia e demais empresas que compõem o conglomerado, compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, bem como estabelecer e formalizar as atividades dos órgãos responsáveis pela sua aplicação.

Os fluxos de processos e os sistemas são continuamente reavaliados e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, incluindo sua Política de Riscos, são a base do ambiente de controle. A Companhia revisa seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, de forma a assegurar que as transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente. As atividades de controle da Companhia incluem instruções, orientações e procedimentos para assegurar que as ações identificadas pela administração para endereçar os riscos relevantes estão sendo realizadas com efetividade. As diversas áreas da Companhia elaboram mensalmente relatórios financeiros e gerenciais, que são submetidos regularmente à Diretoria e Conselho de Administração, que os revisa e discute em suas reuniões.

A efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal. A administração da Companhia permanentemente revisita seus procedimentos e políticas, visando sua atualidade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração, entre outras atribuições, estabelece políticas e diretrizes gerais para a Companhia, elege os Diretores e fiscaliza sua gestão, competindo-lhe ainda avaliar periodicamente a eficácia dos controles internos da Companhia, inclusive para assegurar a elaboração de demonstrações contábeis confiáveis.

Para essa finalidade, com a constituição do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração passa a ter o assessoramento deste comitê que, dentre outras funções, deve avaliar e monitorar a efetividade desses controles, analisando inclusive relatórios e indicadores que venham a ser elaborados por outros órgãos envolvidos nesse processo (tal qual as Áreas de Compliance e ou a Auditoria Interna), e as avaliações conduzidas pela Diretoria, conforme descrito na Política de Riscos e no item 5.1 deste Formulário de Referência. O Comitê de Auditoria, quando entender pertinente, também pode propor a adoção de medidas corretivas ou melhorias estruturais no sistema de controle.

Destaca-se também o papel central das Áreas de Compliance nesse processo, competindo-lhe, dentre outras atribuições, a manutenção dos sistemas e controles internos da Companhia, a padronização de procedimentos e orientações e às Áreas de Controle de Riscos, e elaboração de relatórios e indicadores para a Diretoria sobre a exposição de riscos e a efetividade do processo de gerenciamento e dos controles internos.

A Companhia também conta com o Comitê de Governança, Riscos e Compliance, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que possui, dentre outras atribuições (conforme detalhado no item 5.1 deste Formulário de Referência): (i) assegurar a conformidade e melhores práticas sobre processos, atividades e procedimentos com as normas vigentes; (ii) deliberar sobre as ações dos relatórios emitidos pelos órgãos legisladores, reguladores e auditorias; (iii) garantir que a alta administração esteja ciente dos assuntos que possam ter impacto significativo à imagem e liquidez; e (iv) reportar, sempre que necessário e/ou solicitado, material ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna, por sua vez, também deve avaliar e testar, de modo independente e imparcial, a conformidade do processo de gerenciamento de riscos e a qualidade e efetividade dos controles, assim como recomendar planos de ação e melhorias, acompanhamento e auditoria da efetividade de tais tratamentos propostos. Ademais, sempre que julgar pertinente, a Auditoria Interna pode encaminhar ao Conselho de Administração (por meio do Comitê de Auditoria) relatórios e informações com o intuito de subsidiar a atuação destes no acompanhamento do gerenciamento de riscos e do sistema de controles internos da Companhia.

Por fim, destaca-se o papel da auditoria externa, que no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Nos termos da Política de Riscos, a Diretoria deve avaliar regularmente a eficácia dos sistemas de controles internos, considerando relatórios e indicadores elaborados pela Área de Compliance e/ou pela Auditoria Interna.

Adicionalmente, nota-se que, como indicado no item “b” acima, o Comitê de Auditoria também deve avaliar tais relatórios e indicadores, podendo, conforme o caso, propor ao Conselho de Administração as medidas corretivas ou melhorias estruturais nos sistemas de controle que julgar pertinentes.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não trouxe deficiências significativas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado apresentado pelo auditor a respeito dos controles internos da Companhia identificados durante o processo de auditoria da Companhia relacionado ao período findo em 31 de dezembro de 2024, destacando que as oportunidades de melhoria e recomendações reportadas pelo auditor foram e/ou estão sendo endereçadas pela Companhia.

A administração entende que as oportunidades de melhoria e pontos objeto de recomendação pelo auditor não têm impacto material nas informações financeiras e no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade da Companhia estão descritos em seu Código de Ética e Conduta elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração. Este Código possui procedimentos específicos sobre (i) atenção ao receber e ofertar brindes, presentes, refeições e entretenimento; (ii) não ao assédio e à violência, (iii) o uso (e abuso) de álcool e drogas; (iv) zelo pelo patrimônio da empresa; (v) evitando o conflito de interesses; (vi) atendimento das normas anticorrupção; (vii) não associar o TC a posicionamentos políticos, entre outros.

Esses mecanismos possuem o objetivo de promover a cultura baseada na ética e integridade, bem como de informar as diretrizes da Companhia quanto à conduta esperada por seus dirigentes, colaboradores, terceiros e representantes, atuando de forma a detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, sejam eles praticados na esfera privada ou contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Adicionalmente, são realizados treinamentos periódicos a todos os colaboradores, sem exceção, com frequência mínima anual, acerca do teor das práticas e valores previstos no Código de Conduta.

Além disso, a administração do TC aprovou um amplo conjunto de políticas que regem suas operações, como política de divulgação de ato ou fato relevante, gerenciamento de riscos, negociação de valores mobiliários, indicação de membros da administração, remuneração, transações de partes relacionadas, investimentos pessoais, governança e privacidade de dados, entre outros.

Destaca-se também o papel da área de Risco e Compliance nesse processo, competindo-lhe, dentre outras atribuições, a manutenção dos sistemas, controles internos e avaliação de riscos da Companhia, a padronização de procedimentos e orientações.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento do comportamento ético e da conduta profissional dos colaboradores que atuam na Companhia, foi designado o Comitê de Ética, que é o órgão colegiado da Companhia responsável pelas decisões sobre conduta inapropriada, indisciplina ou violação das políticas e/ou do Código de Conduta. O Comitê de Ética pode delegar algumas decisões específicas para que elas sejam tomadas pelo diretor ou sócio responsável pelo colaborador envolvido no processo.

O Comitê de Ética é composto por 03 (três) membros aprovados pelo Conselho de Administração, sendo o Diretor de Riscos e Compliance membro mandatário. Atualmente, os membros são: Tomás Barros (Head da área Jurídica); Leandro Alves (Diretor de Risco e Compliance); Camila Dantas (Head da área de Pessoas e Cultura).

Além disso, a Companhia disponibiliza Canal de Denúncias para seus colaboradores e ao público externo, o qual é mediada por uma empresa terceirizada (Contato Seguro), que recebe, classifica e direciona posteriormente os relatos aos responsáveis, garantindo a independência e a imparcialidade do Comitê de Ética, caso algum dos membros tenha eventual envolvimento com a denúncia. Ademais, em toda tratativa dos casos, há previsão de *disclaimers* na hipótese de algum membro estar submetido a qualquer tipo de conflito de interesses, direta ou indiretamente, ao fato e/ou pessoas envolvidas, devendo ser informado para que o membro se abstenha do caso para não impactar na imparcialidade da denúncia.

Nota-se ainda, que a Companhia também dispõe de área de Risco e Compliance, que assume papel central de organização e estruturação da Companhia, cabendo-lhe desenvolver programas de integridade e *compliance* e manter sistemas e controles internos que permitam a identificação, avaliação, monitoramento e controle de riscos.

A Companhia destaca que não houve aprovação formal para a criação da área de Risco e Compliance, tendo em vista que não há tal previsão no Estatuto Social e demais documentos corporativos da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, a área de Risco e Compliance encontra-se criada e em funcionamento, estando seus membros em exercício.

A atuação deste departamento e seu papel na estrutura de governança e gestão de riscos da Companhia são descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia elaborou e aprovou o Código de Conduta como forma de tornar os princípios, regras de conduta e valores acessíveis a todos os colaboradores e fornecedores.

O Código de Conduta se aplica a qualquer pessoa que trabalhe na Companhia ou que represente a Companhia, incluindo diretores, gerentes e todos os demais colaboradores, assim como seus fornecedores, prestadores de serviço, representantes, usuários, parceiros etc. Adicionalmente, todos os colaboradores da Companhia que têm interface com terceiros, sejam eles clientes, fornecedores e/ou prestadores de serviços independentes, devem estar comprometidos em fazer com que estes terceiros conheçam o Código de Conduta, fornecendo-lhes sempre todas as instruções necessárias para evitar qualquer tipo de descumprimento às regras e procedimentos da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Conforme previsto no Código de Conduta, a aplicação de medidas disciplinares varia de acordo com a natureza e as circunstâncias de cada violação, na forma de carta de advertência, treinamento adicional, suspensão do exercício da atividade, ou rescisão motivada do contrato de estágio, de

trabalho ou de prestação de serviços. No caso específico de sócios pode dar ensejo ao resgate de participação societária. Ainda, todas as medidas disciplinares, independentemente da natureza ou gravidade, serão avaliadas pelo diretor ou sócio responsável pelo colaborador em conjunto com a área de Recursos Humanos para, em momento posterior, ser deliberada no Comitê de Ética.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta atualmente em vigor foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 1 de abril de 2024. O documento encontra-se publicamente disponível para consulta nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e de relações com investidores da Companhia (www.tc.com.br/ri).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia encoraja seus colaboradores a denunciar um fato ao Canal de Denúncias – terceirizado, independente e anônimo, sempre que observe uma conduta que lhe cause preocupação, ou que possa implicar em alguma possível violação do Código de Conduta. A comunicação sobre eventuais irregularidades e violações às disposições do nosso Código de Ética e Conduta, políticas ou procedimentos internos, poderá ser efetuada diretamente no Canal de Denúncias, através do link <https://www.contatoseguro.com.br/tradersclub> ou pelo telefone 0800 700 5110.

Reforça-se que todas as situações reportadas serão devidamente endereçadas e analisadas pelo Comitê de Ética, sendo tratadas com seriedade, imparcialidade, transparência e discrição.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias do TC é terceirizado, independente e anônimo. Todas as situações reportadas serão dirigidas e avaliadas pelo Comitê de Ética.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias da Companhia está aberto para denúncias internas e externas.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

É garantido o anonimato, caso assim deseje o denunciante. Além disso, o canal de denúncias é de acesso restrito da área de Risco e Compliance – responsável pela condução e análise dos relatos e posterior apresentação, quando julgar necessário, para o Comitê de Ética. A Companhia proíbe de forma expressa a retaliação contra o denunciante de boa-fé, prevendo aplicação de medidas disciplinares caso seja identificado qualquer ato intimidatório ou de retaliação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Risco e Compliance e o Comitê de Ética são os responsáveis pelas apurações e a avaliação das denúncias.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes,

irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não se aplica.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica.

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Riscos").

A Política de Riscos foi originalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de julho de 2021 e teve sua última adequação aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2022.

Não há, no presente momento, expectativas de redução ou de aumento significativo na exposição da Companhia aos riscos descritos nos itens 4.1, 4.3 e 5.1 deste Formulário de Referência.

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

I. A Companhia entende que as informações prestadas nos itens 5.1 a 5.4 deste Formulário de Referência são suficientes para descrever sua política de gerenciamento de riscos e controles internos, não havendo outras informações relevantes a serem prestadas neste item. .

↩ Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

ECONOMATICA S.A.

	3BIT LTDA 8.69 %	<u>154</u>
	CSHG EC CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO 5.316 %	<u>154</u>
	 ISRAEL CALEBE MASSA 5.287 %	<u>155</u>
	 MARCELO FARIA DE LIMA 12.06 %	<u>155</u>
	 OMAR AJAME ZANATTO MIRANDA 5.015 %	<u>156</u>
	 PEDRO GERALDO BERNARDO DE ALBUQUERQUE FILHO 26.882 %	<u>156</u>
	 PHF CONSULTORIA, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. 1.071 %	<u>157</u>
	↳ Ir para Estrutura Acionária Completa	
	WNT GESTORA DE RECURSOS LTDA 5.41 %	<u>157</u>
	↳ Ir para Estrutura Acionária Completa	
	Ações Tesouraria	<u>158</u>
	Outros	<u>158</u>
	Total	<u>158</u>

Legendas

 Acionista Controlador  Participa de Acordo de Acionistas

↶ Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

PHF CONSULTORIA, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

PEDRO HENRIQUE FERES 0 %		<u>161</u>
SONIA MARCIA BEOLCHI FERES 0 %		<u>161</u>
🏠 Ações Tesouraria		<u>162</u>
🏢 Outros		<u>162</u>
💰 Total		<u>162</u>

Legendas



Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

↶ Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

WNT GESTORA DE RECURSOS LTDA

WNT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA 0 %		<u>163</u>
WNT PARTICIPAÇÕES LTDA. 0 %		<u>163</u>
 Ações Tesouraria		<u>164</u>
 Outros		<u>164</u>
 Total		<u>164</u>

Legendas

 Acionista Controlador  Participa de Acordo de Acionistas

↩ Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ECONOMATICA S.A.

Acionista

3BIT LTDA

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Não	60.028.471/0001-30	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.478.014	8,690 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
3.478.014	8,690 %	03/02/2026	

Classe de Ação			
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CSHG EC CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Não	18.791.266/0001-65	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
PAULO BOGHOSIAN			Pessoa Física	214.691.198-03

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.127.600	5,316 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
2.127.600	5,316 %	19/11/2024	

Classe de Ação			
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ECONOMATICA S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

  ISRAEL CALEBE MASSA

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	Sim	392.148.868-06	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.115.907	5,287 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
2.115.907	5,287 %	28/04/2025	

Classe de Ação			
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

  MARCELO FARIA DE LIMA

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	Sim	715.269.947-04	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
WNT GESTORA DE RECURSOS LTDA			Pessoa Jurídica	28.529.686/0001-21

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.826.377	12,060 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
4.826.377	12,060 %	23/07/2024	

Classe de Ação			
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ECONOMATICA S.A.

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

  **OMAR AJAME ZANATTO MIRANDA**

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	Sim	331.267.528-61	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.007.154	5,015 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
2.007.154	5,015 %	28/04/2025	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

  **PEDRO GERALDO BERNARDO DE ALBUQUERQUE FILHO**

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	Sim	342.373.478-77	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
10.758.549	26,882 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
10.758.549	26,882 %	28/04/2025	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

 Acionista Controlador  Participa de Acordo de Acionistas

↩ Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ECONOMATICA S.A.

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

  PHF CONSULTORIA, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	Sim	23.993.081/0001-73	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
428.571	1,071 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
428.571	1,071 %	06/05/2025	

Classe de Ação				
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

 WNT GESTORA DE RECURSOS LTDA

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	Não	28.529.686/0001-21	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.165.066	5,410 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
2.165.066	5,410 %	28/04/2025	

Classe de Ação				
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**ECONOMATICA S.A.**** Ações Tesouraria**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
388.056	0,970 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
388.056	0,970 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Outros**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
11.725.725	29,299 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
11.725.725	29,299 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Total**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
40.021.019	100,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
40.021.019	100,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)

3BIT LTDA

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas



Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**CSHG EC CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**** Ações Tesouraria****Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Outros****Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Total****Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**PHF CONSULTORIA, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**PEDRO HENRIQUE FERES****Dados Acionista:**

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Não	317.478.958-30	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %	15/12/2023	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**SONIA MARCIA BEOLCHI FERES****Dados Acionista:**

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Não	736.436.968-68	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %	15/12/2023	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**PHF CONSULTORIA, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**** Ações Tesouraria**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Outros**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Total**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**WNT GESTORA DE RECURSOS LTDA**

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**WNT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA****Dados Acionista:**

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Não	27.216.763/0001-20	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %	15/12/2023	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**WNT PARTICIPAÇÕES LTDA.****Dados Acionista:**

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Não	14.410.568/0001-95	Brasil	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A			N/A	N/A

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %	15/12/2023	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**WNT GESTORA DE RECURSOS LTDA**** Ações Tesouraria**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Outros**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Total**[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)

WNT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas



Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)

WNT PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas



Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	3.863
Quantidade acionistas pessoa jurídica	41
Quantidade investidores institucionais	20

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

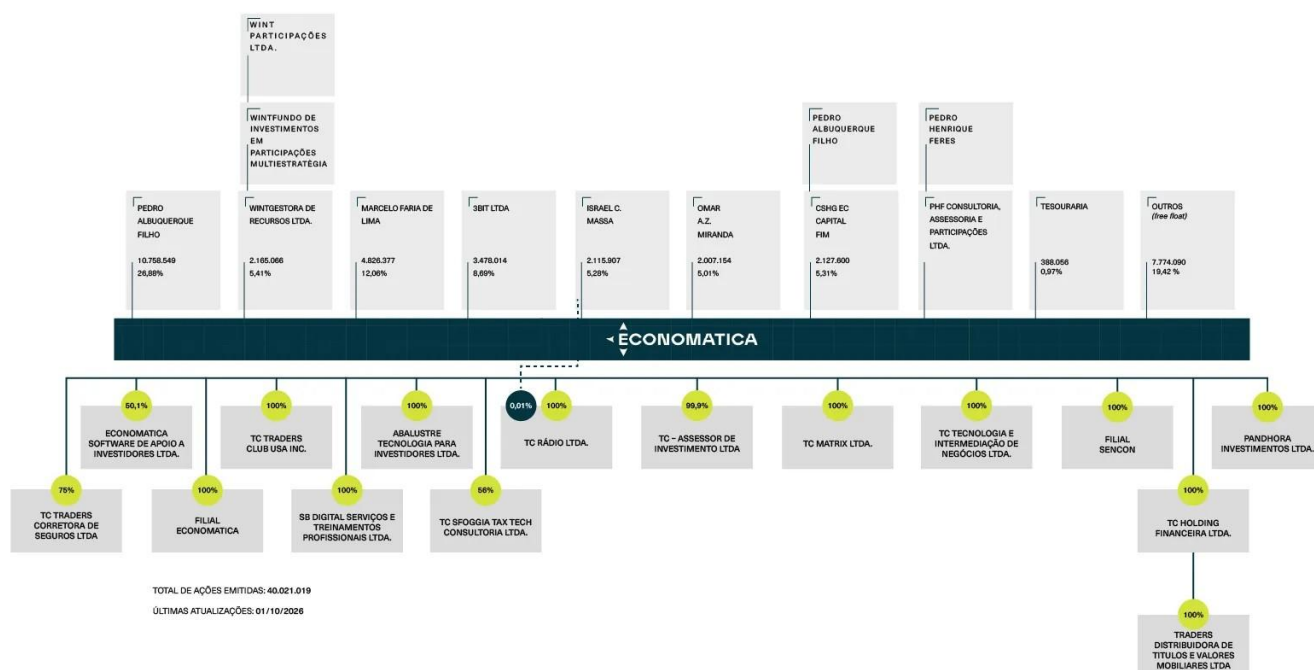
Quantidade ordinárias	10.636.411	26,577%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	10.636.411	26,577%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ABALUSTRE TECNOLOGIA PARA INVESTIDORES LTDA.	42.009.534/0001-29	100
ECONOMATICA SOFTWARE DE APOIO A INVESTIDORES LTDA.	64.919.541/0001-09	100
FILIAL ECONOMATICA SOFTWARE DE APOIO A INVESTIDORES LTDA.	26.345.998/0003-11	100
FILIAL SENCON	26.345.998/0002-30	100
FL JOURNAL LTDA.	44.120.568/0001-11	100
PANDHORA INVESTIMENTOS LTDA.	26.504.834/0001-28	100
SB DIGITAL SERVIÇOS E TREINAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA.	42.443.022/0001-76	100
TC ADVISORY LTDA.	47.420.288/0001-17	100
TC ASSESSOR DE INVESTIMENTO LTDA.	51.729.109/0001-03	99,9
TC HOLDING FINANCEIRA LTDA.	33.695.543/0001-20	100
TC Matrix Ltda.	38.297.038/0001-40	100
TC MOVER AMP; SCHOOL INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO LTDA.	30.659.963/0001-62	100
TC RADIO LTDA.	40.040.071/0001-32	99,99
TC SFOGGIA TAX TECH CONSULTORIA LTDA.	45.024.936/0001-90	56
TC TECNOLOGIA E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA	63.490.897/0001-07	100
TC TRADERS CLUB USA INC.	00.000.000/0000-00	100

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
TC TRADERS CORRETORA DE SEGUROS LTDA.	58.222.157/0001-41	75
TC TRADERS PARTICIPAÇÃO E HOLDIGN FINANCEIRA LTDA.	48.768.943/0001-95	100
TRADERS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA	62.280.490/0001-84	100



6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Acordo de Acionistas – Termo de Compromisso com a B3

A Companhia, a StartUps BR Holding Ltda. (“Startups BR”) e os demais signatários do Acordo de Acionistas celebraram, em 06 de julho de 2021, Termo de Compromisso para assumir os seguintes compromissos: (a) enquanto vigorar a obrigação da StartUps BR de se abster do exercício de direitos políticos em quaisquer assembleias gerais da Companhia e no âmbito das reuniões prévias, durante o Período de Vedação dos Direitos Políticos, nos termos das Cláusulas 5.1.3 e 6.1 do Acordo de Acionistas, Rafael Ferri não ocupará qualquer cargo na administração ou gestão estatutária da Companhia; e (b) caso haja qualquer descumprimento (i) das condições estabelecidas pela B3 no para prosseguimento da listagem das Ações da Companhia; ou (ii) das restrições ao exercício de direitos políticos da StartUps BR em quaisquer assembleias gerais da Companhia e no âmbito das reuniões prévias durante o Período de Vedação dos Direitos Políticos da StartUps, nos termos definidos nas Cláusulas 5.1.3 e 6.1 do Acordo de Acionistas, os Acionistas Controladores adotarão as providências necessárias para fins de realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações para saída do Novo Mercado, nos termos do artigo 45 do Regulamento do Novo Mercado. Para mais informações sobre o Acordo de Acionistas IPO, ver item 15 deste Formulário de Referência da Companhia.

Ressalta-se que a Startups BR e o Sr. Rafael Ferri não fazem mais parte do bloco de controle.

Alterações no bloco de controle da Companhia

Em 5 de dezembro de 2023, o TC assinou o 7º Aditivo ao Acordo de Acionistas, o qual é formado exclusivamente pela participação das Ações Vinculadas de Israel Massa, Omar Ajame, Pedro Albuquerque, PHF Consultoria e Marcelo Faria de Lima.

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

O TC possui uma Política de Indicação aprovada pelo Conselho de Administração que visa estabelecer os princípios e as diretrizes para a indicação dos membros do Conselho, dos Comitês e da Diretoria, considerando, para tanto, a complementaridade de experiências, formação acadêmica, capacidade técnica, faixa etária, diversidade de gênero, bem como os aspectos socioculturais.

Durante o processo de indicação, é levado em consideração: (i) A adequação do currículo e qualificação profissional do candidato às atividades e atribuições inerentes ao respectivo cargo; (ii) Demais atividades exercidas pelos candidatos, especialmente à luz das restrições constantes no § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, de eventuais conflitos de interesse e da disponibilidade de tempo do candidato para o adequado e diligente exercício da função a que será indicado; (iii) Complementaridade de competências, experiências e características pessoais com relação aos demais membros, quando se tratar de órgão colegiado; e (iv) Quando aplicável, a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior na Companhia e seu desempenho no período, conforme processo de avaliação.

O documento na íntegra pode ser acessado através da Central de Sistemas da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>) e do site de RI da Companhia (<https://ri.tc.com.br/>).

Em conformidade com o artigo 5º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3, aplicável às companhias listadas na referida entidade, a Companhia informa que, na data da presente atualização do Formulário de Referência, sua Política de Indicação prevê que: (i) a composição do Conselho de Administração deve observar a diversidade de conhecimentos, experiências profissionais, comportamentos, origens culturais, faixas etárias e gêneros, de modo a assegurar à Companhia uma multiplicidade de perspectivas e um processo decisório mais qualificado e seguro; e (ii) a formação da Diretoria deve considerar a diversidade, inclusive de gênero, com o intuito de contemplar profissionais cujas competências e habilidades sejam complementares e aptas à execução de estratégias, superação de desafios e alcance das metas corporativas. Adicionalmente, a Companhia reforça seu compromisso com a promoção de um ambiente propício ao debate construtivo de ideias, com vistas a decisões técnicas, embasadas e imparciais, e informa que vem avaliando a adoção, nos próximos exercícios, dos demais critérios previstos no inciso II do artigo 5º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3.

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Política de Indicação da Companhia estabelece que o Conselho de Administração, realizará, no mínimo uma vez ao ano, a avaliação das atividades e desempenho (i) do próprio Conselho de Administração e de cada um dos seus membros; (ii) da Diretoria e de cada um de seus membros; e (iii) do Comitê de Auditoria e de cada um de seus membros.

Estão sujeitos ao processo de avaliação os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria que estiverem na função por, pelo menos, duas reuniões ordinárias desde a última avaliação. Os membros da Diretoria, por sua vez, são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

Os resultados das avaliações, apresentados aos órgãos avaliados e aos responsáveis pela coordenação da avaliação, devem ser utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados em cada órgão e, uma vez identificados, a Companhia pode estabelecer planos de ação para a melhoria contínua do funcionamento dos órgãos, comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação podem tratar, por exemplo, da definição de metas para o ano subsequente.

O processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria deve ser coordenado pelo Conselho de Administração, sendo facultativa a contratação de empresa de consultoria para assessorar este processo.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Está previsto nos Regimentos Internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria que, ao ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros desses órgãos, ele deverá se afastar das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto e tal fato deve constar da respectiva ata da reunião.

Nessas hipóteses, o membro deverá abster-se de votar na respectiva matéria e não deverá receber informações e/ou documentos relativos ao assunto, na medida em que a informação a ser fornecida contenha dados sensíveis e relacionados ao conflito de interesses e/ou ao interesse particular. Os mesmos procedimentos se aplicam em processos decisórios relativos a Transações com Partes Relacionadas, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Tabela padronizada.

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Tabela padronizada.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não se aplica.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Até a presente data deste Formulário de Referência, a Companhia não conta com membros efetivos no Conselho de Administração ou na Diretoria Estatutária que se enquadrem nos critérios estabelecidos no artigo 3º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3, aplicável às companhias listadas nesta bolsa. A Companhia reconhece a relevância de incorporar critérios de diversidade na composição de seus órgãos de administração e encontra-se em contínuo processo de evolução e aprimoramento de sua governança corporativa, considerando a adoção de práticas alinhadas aos seus valores ambientais, sociais e de governança (ASG). Para a próxima eleição de seus administradores, prevista para 2027, a Companhia analisará a possibilidade de incorporar as diretrizes previstas no referido regulamento à composição de sua administração.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 12	0	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 12	0	12	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 12	0	12	0

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:**a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração**Comitê de Auditoria Estatutária

- **Missão:** Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e no controle de qualidade das demonstrações e informações financeiras, como também no gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia.

Comitê de Ética

- **Missão:** Avaliar e acompanhar as questões que envolvem os aspectos e valores éticos e de conduta do TC, bem como fazer a revisão e o aprimoramento do Código e do Canal de Denúncias, a fim de subsidiar as decisões da Diretoria e, quando for o caso, do Conselho.

Conheça os membros dos Comitês citados acima por meio do link <https://ri.tc.com.br/comite>.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Na presente data, a Companhia não possui uma política para a contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes formalmente aprovada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), mas cabe a este órgão deliberar sobre a contratação e destituição de auditores independentes, conforme descrito no inciso xxiv, artigo 27 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto").

Tanto o Estatuto quanto o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário ("Regimento") preveem que o Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") deverá opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, com a finalidade de garantir o cumprimento das regras profissionais de independência dos auditores.

Ademais, conforme disposto no Regimento, o CAE emite anualmente um relatório para o Conselho com o parecer sobre as recomendações das auditorias. Além disso, um dos membros do Conselho de Administração também participa do CAE, permitindo que, se

necessário, sejam reportados ao Conselho de Administração pareceres sobre a auditoria independente a qualquer momento.

A íntegra do Estatuto Social e do Regimento Interno do Comitê de Auditoria poderão ser acessados por meio da Central de Sistemas da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>) e do site de RI do TC (<https://ri.tc.com.br/>).

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui um canal exclusivo para temas e práticas ASG, no entanto, possui um canal de denúncias independente para comunicação sobre eventuais irregularidades e violações às disposições do seu Código de Ética e Conduta, políticas ou procedimentos internos, sem restrições ao envio de questões críticas sobre ASG (www.contatoseguro.com.br/tradersclub ou pelo telefone 0880 700 5110).

Trimestralmente, as demandas que eventualmente forem recebidas pelo canal de denúncias são reportadas ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, o TC possui o Comitê de Governança, Riscos e Compliance ("Comitê"), que visa assessorar a presidência no estabelecimento de regras e diretrizes que, considerando os princípios de governança corporativa, devem nortear as ações para garantir o cumprimento à legislação e regulamentação vigente e prover o gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Esse Comitê reporta relatórios trimestrais para o Comitê de Auditoria Estatutário que, por sua vez, reporta ao Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome	ELIAS VITORINO MACHADO	CPF:	071.058.998-08	Passaporte:	Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Economista	Data de Nascimento:	22/07/1965
Experiência Profissional:	Área administrativa, financeira e logística, organização dos processos internos, prospecção de novos clientes, atendimento ao cliente., controle de estoque, gestão financeira com controle do contas a pagar e receber, emissão de Notas Fiscais, faturamento, recebimento e expedição de mercadorias, atuei na área de compras, tesouraria, transportes entre outros.									
Órgãos da Administração:										
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato			
Conselho Fiscal	30/04/2026	Até AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2026	Não	30/04/2026			

Nome	FÁBIO ROBERTO BENVINDO	CPF:	274.615.008-56	Passaporte:	Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas e Contador	Data de Nascimento:	16/11/1979
Experiência Profissional:	Sr. Fábio é Formado em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis, respectivamente, extensão universitária em Contabilidade Internacional pela PUC/SP e pós-graduando em Direito Societário pelo Insper. Foi professor da cadeira de IFRS na Faculdade Trevisan por 2 anos. Possui 24 anos de experiência em auditoria, consultoria e contabilidade, trabalhou por quase 10 anos em empresas como Deloitte, BDO e EY. Está na Verdus há 15 anos, onde exerce a função de Sócio líder. Foi contador de empresas CVM tais como Opea Securitizadora, RB Capital, Grupo Equipav, Azevedo & Travassos. Ainda, contador de empresas tais como Grupo Rezek, Faro Energy, XP Asset Management, Garmin entre outros.									
Órgãos da Administração:										
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato			
Conselho Fiscal	30/04/2026	até AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	20/06/2024			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GEORGE RUBERTI PIVA **CPF:** 059.358.339-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 27/03/1987

Experiência Profissional: Empreendedor com mais de 15 anos de experiência em criação e gestão de empresas de tecnologia (mobile e games). Com sólida formação em Macroeconomia e Gestão de Portfólios, possui extensa capacitação em trading, análise técnica, opções, fluxo, psicologia do trading e gestão de portfólio. Formado em MBA pela Faculdade HUB com Paulo Guedes (2024-2025), com 2o lugar no campeonato de gestão de portfólio do MBA HUB.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/06/2026	Até AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		03/06/2026	Sim	03/06/2026

Nome ISRAEL CALEBE MASSA **CPF:** 392.148.868-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 26/10/1989

Experiência Profissional: Fundador do TC

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	23/01/2026	1ª RCA após AGO 2027	Diretor Financeiro		23/01/2026		05/02/2021
Conselho de Administração	23/01/2026	1º RCA após AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		23/01/2026	Não	05/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOAQUIM PEDRO SALDANHA DO ROSÁRIO E SOUZA **CPF:** 057.703.027-20 **Passaporte:** CD515529 **Nacionalidade:** Portugal **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 03/10/1970

Experiência Profissional: Sr. Joaquim Pedro Saldanha do Rosário e Souza é um experiente investidor e assessor de Family Offices na Europa e América Latina, atualmente como Vice-Presidente da FundBox SGOIC, gestora de Private Equity e Venture Capital em Portugal, e membro do Conselho da CIFI S.A., focada em financiamento de infraestrutura e energia na América Latina e Caribe. Sua vasta carreira inclui ter sido CEO do CaixaBI S.A. em Portugal, sócio da Dynamo Capital em Londres e executivo do Grupo Portugal Telecom no Brasil, com passagens como CFO da Primesys S.A. e Diretor de M&A da Vivo S.A. Joaquim possui formação em Economia e Finanças pela Nova School of Business and Economics e um MBA pela University of Virginia Darden School of Business.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/05/2025	até AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		19/05/2025	Não	19/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MERCIA RIBEIRO FERREIRA DE MORAES

CPF: 725.709.469-15

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora

Data de Nascimento: 25/06/1971

Experiência Profissional:

Ampla experiência em Tecnologia, Operações e Gestão de Projetos, liderando com sucesso a estruturação de organizações de TI e de serviços empresariais. Experiência na condução de iniciativas de transformação complexas, dinâmicas e orientadas para resultados. Sólido histórico no desenvolvimento de pessoas, liderança de mudanças e formação de equipes.

Reconhecido pela disciplina, gestão de rotinas e liderança de equipes. Especialista em estruturação de processos e na proposição de melhorias que asseguram ganhos consistentes de eficiência.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	Até AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2026	Não	30/04/2026

Nome PEDRO GERALDO BERNARDO DE ALBUQUERQUE FILHO

CPF: 342.373.478-77

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresário

Data de Nascimento: 27/04/1985

Experiência Profissional:

Pedro é formado em Direito pela FMU - Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Sócio fundador do TC, também criou a TEx Tecnologia, pioneira e líder em SaaS para o mercado segurador brasileiro. Advogado de formação, Pedro atua há 16 anos no mercado financeiro brasileiro, com experiência em investimentos na América Latina, América do Norte e Europa. Declaração de eventuais condenações (últimos 5 anos): O Sr. Pedro declara que, nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Pedro declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. As sociedades acima mencionadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia. O Sr. Pedro não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	23/01/2026	1ª RCA após AGO 2027	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		23/01/2026		05/02/2021
Conselho de Administração	23/01/2026	até AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		23/01/2026	Sim	05/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAFAEL H.B. FERREIRA CPF: 309.720.758-95 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Contador são: Data de Nascimento: 25/11/1982

Experiência Profissional: Sr. Rafael é Formado em Ciências Contábeis e pós-graduado em Gestão e Direito Tributário pela FECAP. Possui 22 anos de experiência em auditoria, consultoria, contabilidade e tributos, trabalhou por quase 7 anos em empresas como BDO e EY. Está na Verdus há 12 anos, onde exerce a função de Sócio Diretor. Responsável pelos segmentos de securitização, saúde, serviços e tecnologia. Atuou como liderança em diversas frentes de auditoria envolvendo empresas de capital aberto, tendo como principal projeto a AES Eletropaulo, onde além das Demonstrações Financeiras e ITR's, atuou em processos de auditoria regulatória, BNDES, captação de debêntures e SOX (Lei Sarbanes-Oxley). Na área de consultoria contábil e tributária atua em empresas como Opea Securitizadora, Grupo Equipav, Grupo Opalus (gerido pela Reag Investimentos), Buson Viagens, entre outras.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	até AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	20/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

SÉRGIO YASSUNORI
ISHIKAWA

CPF:

282.879.258-78

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contador

Data de Nascimento:

15/09/1979

Experiência Profissional:

Sr. Sergio é Graduado em Ciência Contábil na FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Contador, registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SP e certificado no CNAI com registro na Comissão de Valores Mobiliários. Associado ao Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON. Atualmente é responsável pela área da Contabilidade Internacional da Minerva S.A.. Trabalhou em empresas tais como KPMG, Grant Thornton, BDO, entre outros.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	até AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	20/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

VITOR HIDALGO BONAFIM

CPF:

216.286.598-07

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contador

Data de Nascimento:

08/04/1980

Experiência Profissional:

Sr. Vitor é formado em ciências contábeis na Faculdade Integrada Soares de Oliveira (CRC ativo); e tem MBA IFRS “Normas Internacionais de Contabilidade” pela FIPECAFI. Atualmente é gerente executivo de Contabilidade do grupo Minerva S.A (BEEF3), sendo responsável pelas demonstrações contábeis, e por administrar toda equipe contábil da Minerva S.A, conciliando as contas contábeis e a parte de consolidação de todas as controladas do grupo desde setembro 2004 até dezembro de 2010. Foi Membro efetivo no Conselho Fiscal do Grupo de moda Soma S.A. (SOMA3) e da Aeris Industria e Comercio de Equipamentos Para Geração de Energia S.A. (AERI3).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	até AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	20/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:EDUARDO LUIZ ROTA

CPF:165.966.778-00

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Economista e Contador

Data de Nascimento:15/07/1976

Experiência Profissional:

O Sr. Eduardo é formado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e possui cursos de especialização em Finanças, Gestão Estratégica e Governança Corporativa pela FGV. É responsável pela prática de Consultoria Empresarial na VACC (Verdus, Auditoria, Consultoria e Contabilidade) desde 2013. Foi Diretor de Controladoria na Minerva S.A. de janeiro de 2011 a junho de 2013, onde atuou, ainda como (i) Diretor responsável pelo atendimento ao Conselho Fiscal, bem como pela condução de todas as reuniões do referido Conselho; e (ii) Diretor responsável pelas informações gerenciais estratégicas utilizadas nas reuniões de Conselho de Administração, com participação eventual nas reuniões do referido Conselho. Foi, ainda, Sócio-Diretor de Auditoria na BDO Trevisan, carreira iniciada em junho de 2000 como trainee a janeiro de 2011, onde foi Sócio-Diretor, Gerente Sênior responsável pelos trabalhos de auditoria em empresas de Capital Aberto, bem como pelo atendimento ao Conselho Fiscal destas Companhias: (i) JBS S.A.; (ii) Paranapanema S.A; (iii) Eluma S.A; e (iv) Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). Além disso, Sr. Rota é Membro independente do Comitê de Auditoria da Aeris Energy S/A, do TC S.A, da Brisanet Participações S/A e da Minerva Foods. Declaração de eventuais condenações (últimos 5 anos): Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Eduardo declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor. O Sr. Eduardo declara que, nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Eduardo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. As sociedades acima mencionadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	14/05/2025	2 anos			14/05/2025	19/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: FABRÍCIO LA GAMBA **CPF:** 321.350.968-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 01/06/1983

Experiência Profissional: Fabricio é formado em Ciências Contábeis pela USP, especializado em companhias de capital aberto, de médio e grande porte. O Sr. Fabricio é Sócio-Diretor responsável pela área de Corporate Finance na da VACC|Verdus|Auditoria|Consultoria|Contabilidade desde outubro de 2013. Foi Membro independente do Conselho de Família Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A. e JMoreira Comercial de Alimentos Ltda. Atuou como Gerente de Auditoria na KPMG e BDO Trevisan de junho de 2006 (trainee) até setembro de 2013 (gerente). Na KPMG foi Gerente responsável pelos trabalhos de auditoria em companhias abertas, bem como pelo atendimento ao Conselho Fiscal e em algumas reuniões de Conselho de Administração destas Companhias: (i) CMAA Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações S.A.; (ii) Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.; (iii) Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.; e (iv) Igua Saneamento S.A. Foi Gerente responsável pelos trabalhos de auditoria em companhias abertas, bem como pelo atendimento ao Conselho Fiscal destas Companhias: (i) JBS S/A; e (ii) Marfrig Global Foods S.A. Possui Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) desde agosto de 2011 e registro no Conselho Regional de Contabilidade do estado de São Paulo (CRCSP). Além disso, Sr. Fabricio é Membro independente do Comitê de Auditoria da Aeris Energy S.A, do TC S.A e também da Minerva Foods. Declaração de eventuais condenações (últimos 5 anos): O Sr. Fabricio declara que, nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Fabricio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. As sociedades acima mencionadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia. O Sr. Fabricio não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	14/05/2025	2 anos			14/05/2025	19/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: JOAQUIM PEDRO SALDANHA DO ROSÁRIO E SOUZA

CPF: 057.703.027-20

Passaporte: CD515529

Nacionalidade: Portugal

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 03/10/1970

Experiência Profissional:

Sr. Joaquim Pedro Saldanha do Rosário e Souza é um experiente investidor e assessor de Family Offices na Europa e América Latina, atualmente como Vice-Presidente da FundBox SGOIC, gestora de Private Equity e Venture Capital em Portugal, e membro do Conselho da CIFI S.A., focada em financiamento de infraestrutura e energia na América Latina e Caribe. Sua vasta carreira inclui ter sido CEO do CaixaBI S.A. em Portugal, sócio da Dynamo Capital em Londres e executivo do Grupo Portugal Telecom no Brasil, com passagens como CFO da Primesys S.A. e Diretor de M&A da Vivo S.A. Joaquim possui formação em Economia e Finanças pela Nova School of Business and Economics e um MBA pela University of Virginia Darden School of Business.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	03/06/2026	Até AGO 2027		Coordenador do Comitê de Auditoria	03/06/2026	03/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:LEANDRO ALVES DA SILVA

CPF:360.750.888-73

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Compliance Officer

Data de Nascimento:05/09/1990

Experiência Profissional:

Formado em Ciência e Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC), Leandro iniciou sua carreira no mercado financeiro em 2016 como estagiário na SulAmérica Investimentos, atuando na área de Risco e Compliance. Em 2018, juntou-se à Open Vista Investimentos, onde contribuiu para a fundação da gestora e o desenvolvimento de uma plataforma de distribuição, com foco em operações, controles internos, compliance e gestão de riscos. Em 2019, integrou a equipe de Compliance da Vinci Partners, um grupo econômico composto por diversas unidades de negócio. Posteriormente, assumiu a liderança na estruturação e habilitação da Pandhora Investimentos, chefiando as áreas de Compliance, Controles Internos, Gestão de Riscos e Backoffice, até a venda da gestora para o Grupo TC S.A. em 2022.

Após a aquisição, Leandro assumiu a gerência do departamento de Compliance do Grupo TC, liderando melhorias contínuas nos processos de conformidade. Em agosto de 2024, foi promovido a Diretor de Compliance e Risco do Grupo TC, sendo responsável pela governança, gestão de riscos e pela conformidade regulatória do grupo.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/09/2024	2 anos	Coordenador do Comitê de Ética		20/09/2024	20/09/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: TOMÁS SOARES DA SILVA BARROS **CPF:** 089.563.094-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 23/10/1990

Experiência Profissional: Tomás é Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Pós-graduado em Direito Empresarial pela FGV-SP e Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Tomás é advogado, Head Jurídico do TC. Tem experiência no jurídico corporativo de fintechs e área cível. Atuou como professor universitário do curso de Direito no Grupo Ser Educacional, lecionando disciplinas de Processo Civil e Ciências Políticas e como Árbitro, conduzindo procedimentos arbitrais, no Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco. Declaração de eventuais condenações (últimos 5 anos): O Sr. Tomás declara que, nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Tomás declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. As sociedades acima mencionadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia. O Sr. Tomás não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/2023	2 anos	Comitê de Ética		10/05/2023	12/08/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável. Não existem relações conjugais, de união estável ou de parentesco até o 2º grau entre (a) os administradores da Companhia; (b) (i) os administradores e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia; (c) (i) os administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) os controladores diretos ou indiretos; (d) (i) os administradores e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável.

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas serão contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia contrata seguro de responsabilidade civil (*D&O insurance*) para membros da Diretoria, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, assim como para administradores e/ou Diretores de suas controladas.

Além disso, há cobertura para reclamações feitas após o período de vigência por um prazo complementar de três anos sem cobrança adicional de prêmio.

O seguro cobre segurados que eventualmente venham a ser responsabilizados por danos causados a terceiros em consequência de atos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, com o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, observados os termos da respectiva apólice de seguros. A cobertura da apólice vigente é de até R\$ 10.000.000,00.

O valor do prêmio líquido da apólice de D&O atualmente vigente é de R\$ 196.414,94.

A Companhia considera que a sua contratação de D&O está em linha com padrões de mercado, bem como leva em conta os riscos que a Companhia e seus administradores podem estar sujeitos.

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Assembleias Gerais

Práticas da Companhia quanto às assembleias gerais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:

Assembleia	Data de realização	Instalação	Quórum de Instalação
AGO	29/04/2022	1ª convocação	28%
AGE	07/06/2022	1ª convocação	30%
AGE	14/12/2022	1ª convocação	37%
AGE	23/12/2022	2ª convocação	37%
AGO	28/04/2023	1ª convocação	44,25%
AGE	26/10/2023	1ª convocação	54,0978%
AGE	07/12/2023	1ª convocação	51,35%
AGOE	30/04/2024	1ª convocação	50,66 %
AGE	10/05/2024	2ª convocação	50,66 %
AGE	20/06/2024	1ª convocação	70,43%
AGE	18/07/2024	1ª convocação	50,76%
AGO	28/04/2025	1ª convocação	71,06 %
AGO	30/04/2026	1ª convocação	64,89 %
AGOE	29/05/2026	2º convocação	50,39%

Conselho de Administração:

A missão do Conselho de Administração ("Conselho") é proteger e valorizar o patrimônio da Companhia, assim como maximizar o retorno do investimento e sua sustentabilidade no longo prazo estabelecendo a orientação geral dos negócios da Companhia e decidindo sobre questões estratégicas.

1. Avaliação e mandato

Como disposto na Política de Indicação da Companhia, os membros do Conselho devem ser avaliados, anualmente, em processos individuais orquestrados pelo próprio Conselho, podendo-se, para tal auxílio, se contratado um consultor externo, e terá em vista critérios como a sua participação, contribuição, coerência e assiduidade nas reuniões.

Os membros do Conselho terão mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. E a proposta de reeleição deverá ser baseada nas avaliações individuais anuais de cada um, podendo, inclusive, ser contratada uma consultoria externa para tal finalidade.

2. Atribuições:

Em linha com o Regimento Interno do Conselho de Administração, aprovado em 6 de julho de 2021, e sem prejuízo de outras atribuições fixadas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia e demais normas que regem a matéria, compete ao Conselho:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. Eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- III. Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;
- IV. Organizar seu funcionamento, por meio de regras próprias consubstanciadas neste Regimento;
- V. Aprovar e alterar as políticas, o Código de Ética e Conduta e os Regimentos Internos da Companhia, observada a legislação aplicável;
- VI. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, bem como estabelecer seus regimentos internos;
- VII. Deliberar sobre a criação, extinção e funcionamento de Comitês de Assessoramento não previstos no Estatuto, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros, bem como estabelecer seus regimentos internos;
- VIII. Manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício;
- IX. Convocar a Assembleia-Geral, quando julgar conveniente ou nos casos previstos na Lei nº 6.404/76;
- X. Submeter à Assembleia-Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- XI. Submeter à Assembleia-Geral proposta de alteração do Estatuto para reduzir o dividendo mínimo obrigatório a ser pago pela Companhia, abaixo de 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado;
- XII. Declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso ou em reservas de lucros existentes;
- XIII. Aprovar e rever o plano de negócios, o orçamento anual e o plano plurianual da Companhia, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetida à Assembleia-Geral;
- XIV. Deliberar sobre a outorga, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia-Geral, de opção de compra ou de subscrição de ações a administradores, empregados, ou prestadores de serviço pessoas naturais da Companhia, ou de sociedades controladas, sem direito de preferência para os acionistas;
- XV. Autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, como quotista ou acionista, bem como sua participação em consórcios, joint ventures, e em outras formas de associação ou alianças estratégicas com terceiros, bem como autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, que exceda em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) o montante previsto no orçamento anual da Companhia;
- XVI. Aprovar a aquisição, alienação, oneração ou arrendamento de ativos da Companhia, incluindo a conferência ao capital de outra sociedade, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se já tiverem sido contempladas no plano de negócios e/ou orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;

- XVII. Aprovar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou outras formas de obrigação, caso referida operação gere resultado da divisão da dívida líquida por EBITDA superior a 1,5 vezes, exceto se já tiverem sido contempladas no plano de negócios e/ou orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- XVIII. Estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos da Companhia ou transigir, bem como autorizar a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos da Companhia ou transigir em valor superior ao de alçada da Diretoria, exceto se já tiverem sido contempladas no plano de negócios e/ou no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- XIX. Aprovar a constituição de ônus e gravames e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias e/ou de sociedades controladas da Companhia, cujo valor total exceda R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se já tiverem sido contempladas no plano de negócios e/ou no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- XX. Estabelecer a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e aprová-las, observado o disposto em referida política;
- XXI. Autorizar a negociação da Companhia com suas próprias ações e com instrumentos financeiros referenciados às ações de sua emissão, bem como a alienação e o cancelamento de ações em tesouraria, observada a legislação aplicável;
- XXII. Deliberar sobre o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, bem como sobre a emissão, também dentro do limite do capital autorizado, de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição;
- XXIII. Deliberar sobre a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição, de notas promissórias e debêntures não conversíveis em ações;
- XXIV. Deliberar sobre a contratação e destituição de auditores independentes;
- XXV. A manutenção de investimentos da Companhia ou suas Controladas em bens de capital (CAPEX) acima de 10% (dez por cento) do valor total dos ativos imobilizados da Companhia ou suas Controladas ou caso não esteja previsto no orçamento anual e/ou no plano de negócios da Companhia;
- XXVI. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado nos termos da legislação aplicável, no qual se manifestará, ao menos:
- a) Sobre a conveniência e oportunidade da OPA de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
- b) Quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e
- c) A respeito de alternativas à aceitação da OPA de ações disponíveis no mercado.
- XXVII. Aprovar a imposição de penalidade a acionista que desrespeite qualquer

- política da Companhia, em especial o Código de Ética e Conduta e as Políticas de Compliance; e
- XXVIII. Avocar e decidir sobre qualquer matéria ou assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia-Geral ou da Diretoria.

3. Aspectos de Governança

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável por atuar ativamente junto ao Conselho de Administração na organização das reuniões, na definição de pautas estratégicas, preparo da documentação de apoio e acompanhamento do órgão, visando seu bom funcionamento.

Em linha com o disposto no Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com indicação do local, data e horário da reunião e da ordem do dia, acompanhada de todos os documentos relacionados às deliberações a serem tomadas.

Comitês de Assessoramento

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia possuía apenas dois Comitês de Assessoramento instalados que reportam diretamente ao Conselho de Administração: o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Ética.

1. Avaliação e mandato

Nos termos da Política de Indicação da Companhia, os membros dos Comitês devem ser avaliados pelo Conselho, com base no bom desempenho, na experiência e assiduidade demonstradas durante o mandato.

Os membros dos Comitês terão mandatos de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. E a proposta de reeleição deverá ser baseada nas avaliações individuais de cada um, referentes ao mandato anterior.

2. Comitê de Ética – Atribuições

- I. Atuar com independência, isonomia, honestidade, boa-fé, confidencialidade e imparcialidade, independentemente do assunto;
- II. Assegurar acesso irrestrito a área de Risco e Compliance para apuração dos relatos;
- III. Receber denúncias que tratem de desvios dos valores éticos da Companhia, principalmente por meio do Canal de Denúncias;
- IV. Avaliar e discutir os casos denunciados tendo como base principalmente o Código de Ética e Conduta;
- V. Contribuir, em caráter não exclusivo, com a atualização do Código de Ética e Conduta bem como dos demais normativos internos da Companhia que tenham como objetivo disciplinar a ética e conduta dos Colaboradores e terceiros;
- VI. Atuar preventivamente na resposta aos questionamentos em geral sobre as dúvidas de caráter ético surgidas nas condutas de Colaboradores e terceiros;
- VII. Averiguar, processar e decidir sobre objetos de denúncia de transgressão ética;
- VIII. Assegurar a uniformidade na aplicação das medidas disciplinares em casos semelhantes;

- IX. Monitorar os registros de entrada e de processamento das denúncias de transgressão ética, com a finalidade de manter diagnóstico atualizado sobre os temas, as áreas e as funções eticamente mais vulneráveis na Companhia;
- X. Apresentar recomendações e, quando se tratar de transgressão ética de membros da Diretoria, ao Conselho, sobre os casos analisados e procedimentos que deverão ser observados;
- XI. Assegurar a manutenção de um Canal de Denúncias independente e seguro;
- XII. Instituir Comitês Auxiliares, para prestar assessoramento e suporte às decisões do Comitê de Ética em situações específicas, quando necessário; e
- XIII. Exercer o papel de instância superior para esclarecimento de dúvidas ou para arbitragem de conflitos relacionados ao Código de Ética e Conduta.

3. Comitê de Auditoria – Atribuições

- I. Assessorar o Conselho nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna;
- II. Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- III. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
- IV. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- V. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, observada a Política de Gerenciamento de Riscos;
- VI. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração, a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- VII. Possuir meios para a recepção e o tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com a previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VIII. Avaliar previamente as transações, com o objetivo de identificar: (i) as transações classificadas, ou potencialmente classificadas, como transações com partes relacionadas; (ii) a aplicabilidade dos procedimentos e das condições previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas; e (iii) as partes relacionadas envolvidas na transação e a existência de situações de conflitos de interesses; e
- IX. Elaborar e divulgar, anualmente, relatório anual resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho.

Documentos à disposição dos acionistas e ao mercado em geral

Maior detalhamento sobre o funcionamento, competências e avaliação do Conselho e Comitês de Assessoramento pode ser encontrado na íntegra dos Regimentos Internos dos respectivos órgãos, na Política de Indicação e Estatuto Social da Companhia disponíveis no website de RI do TC (<https://ri.tc.com.br/estatuto-codigos-e-politicas>) e no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

X. ANEXO II – ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração (“Política”), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de julho de 2021, que busca estabelecer a estratégia geral de remuneração, compreendendo, de forma ampla, qualquer valor, de natureza salarial ou não, atribuído aos membros da diretoria estatutária, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês”) e do Conselho Fiscal da Companhia.

Nos termos da Política, a estratégia geral de remuneração da Companhia deve considerar parâmetros de mercado, funções e responsabilidades de cada profissional e os seguintes principais objetivos:

- (i) Atrair, reter e incentivar os profissionais que possuam a qualificação, a competência e o perfil adequado às características e necessidades de negócio da Companhia;
- (ii) Alinhar os interesses profissionais com as políticas de gestão e com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco na continuidade e na criação de valor no longo prazo;
- (iii) Promover práticas de remuneração atraentes, baseadas no sistema meritocrático, a fim de recompensar o bom desempenho do profissional pelo alcance ou pela superação de metas individuais;
- (iv) Estimular o crescimento, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, como também a criação de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas;
- (v) Fornecer remuneração competitiva ao profissional de acordo com os parâmetros de mercado (valor dos serviços); e
- (vi) Promover o equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto, médio e longo prazo.

A Política teve como base as principais competências e atribuições referentes ao processo de definição e aprovação da remuneração, em linha com a Lei n.º 6.404, de 15 de

dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), o Estatuto Social da Companhia e seus demais documentos internos. Ainda, define os principais parâmetros e critérios que devem nortear a estrutura e a composição da remuneração e dos incentivos dos profissionais da Companhia.

A Política pode ser encontrada no site de Relações com Investidores da Companhia: <http://www.tc.com.br/ri> e no site da CVM: <https://www.gov.br/cvm/pt-br> (neste site acessar “Centrais de Conteúdo” ao lado esquerdo da tela, clicar em “Central de Sistemas da CVM”, clicar em “Informações sobre Companhias”, buscar “TC S.A.” no campo disponível, clicar sobre o nome da companhia, e posteriormente selecionar “Política de Remuneração”).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos termos da Política, a remuneração global anual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada pela Assembleia Geral, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração entre tais membros e sobre a repartição entre parcela fixa e parcela variável.

Também compete à Assembleia Geral criar e alterar planos de remuneração baseados em ações, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a criação de programas de remuneração variável, outorga de opções de compra de ações, ações restritas, de acordo com planos aprovados pela Assembleia Geral, estabelecendo suas condições e beneficiários.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é fixada a partir de pesquisas de mercado e a evolução de práticas salariais em empresas comparáveis, visando a assegurar remuneração atrativa a seus administradores.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política pode ser alterada, sempre que necessário, por deliberação do Conselho de Administração.

As práticas de remuneração adotadas pela Companhia, bem como os elementos que a compõem, são periodicamente revisitadas e atualizadas de modo a manter a sua atratividade e competitividade.

Especificamente no caso dos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração, a Política determina a revisão da remuneração fixa adotada a cada 2 anos, com base em pesquisas de mercado e a evolução de práticas salariais em empresas comparáveis.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Nos termos da Política, os principais elementos que compõem a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria, dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são:

Conselho de Administração: A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta da seguinte forma: (a) uma parcela fixa mensal, a título de pró-labore; (b) benefícios e (c) remuneração variável baseada em ações.

(a) Remuneração fixa: A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta de 12 parcelas ao ano, sem qualquer vinculação à participação dos membros em reuniões do órgão, pagas mensalmente a título de pró-labore. O objetivo da remuneração fixa é oferecer compensação direta aos membros do Conselho de Administração pelos serviços prestados, em linha com a remuneração praticada no setor de atuação da Companhia e de modo a refletir as atribuições, responsabilidades e a demanda de tempo inerente ao cargo.

(b) Remuneração variável: Os membros do Conselho de Administração não terão direito ao recebimento de remuneração variável por meio do pagamento de bônus.

(c) Benefícios: Os membros do Conselho de Administração farão jus a benefícios pelo mero exercício do cargo como, por exemplo, assistência médica e odontológica, apólice de seguro devida, vale refeição e auxílio-creche.

(d) Remuneração baseada em ações: Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser elegíveis ao recebimento de incentivos baseados em ações de acordo com os termos e condições previstos em planos aprovados em Assembleia Geral da Companhia.

(e) Remuneração adicional por participação em Comitês: Os membros do Conselho de Administração não terão direito à remuneração fixa adicional caso sejam eleitos para atuar como membros de Comitês de Assessoramento, exceto se deliberado de forma diversa pelo Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária: A remuneração dos diretores da Companhia é composta da seguinte forma: (i) remuneração fixa mensal, a título de pró-labore; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios. Os diretores da Companhia fazem jus, ainda, a reembolso pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

(a) Remuneração fixa: é composta por 12 parcelas mensais no ano-calendário, em caráter de pró-labore, definida por meio de negociação individual com cada Diretor, e sempre desvinculadas de sua participação em reuniões do órgão. O objetivo desta remuneração é o de oferecer uma compensação direta pelos serviços prestados, em linha com o praticado pelo mercado de trabalho para o segmento de atuação da Companhia, de modo a refletir todas as atribuições e responsabilidades e a demanda de tempo inerente ao cargo.

(b) Remuneração variável: Os diretores da Companhia fazem jus ao recebimento de remuneração variável por meio do pagamento de bônus. Os bônus podem constituir-se de remuneração e/ou incentivo baseado em ações, ou de remuneração e/ou incentivo extraordinário. O objetivo desta remuneração é o de oferecer uma compensação direta, baseada no sistema meritocrático, a fim de recompensar o bom desempenho dos Diretores pelo alcance ou pela superação de metas individuais, ou resultados e indicadores de desempenho da Companhia.

(c) Benefícios: Os Diretores terão direito a benefícios pelo mero exercício do cargo como, por exemplo, assistência médica e odontológica, apólice de seguro de vida, vale-refeição e auxílio-creche.

(d) Remuneração baseada em ações: Os diretores da Companhia podem ser elegíveis ao recebimento de incentivos baseados em ações de acordo com os termos e condições previstos em planos aprovados em Assembleia Geral da Companhia.

(e) Remuneração adicional por participação em Comitês: Os membros da Diretoria não terão direito à remuneração fixa adicional caso sejam eleitos para atuar como membros de Comitês de Assessoramento, exceto se deliberado de forma diversa pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: Caso este órgão esteja instalado.

(a) Remuneração Fixa: Quando o Conselho Fiscal estiver instalado, os seus membros farão jus a remuneração fixa composta por 12 parcelas mensais, em conformidade com o artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Remuneração variável: Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

(c) Benefícios: Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios. Os membros do Conselho Fiscal serão apenas reembolsados pelas despesas correntes de alimentação, locomoção e estadia, quando necessárias para o desempenho de suas funções.

(d) Remuneração baseada em ações: Os membros do Conselho Fiscal não serão elegíveis ao recebimento de incentivos baseados em ações de acordo com os termos e condições previstos em planos aprovados em Assembleia Geral da Companhia.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

(a) Remuneração Fixa: Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") que também sejam membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não farão jus ao recebimento de remuneração fixa adicional para participar dos Comitês, ficando sua remuneração restrita à remuneração que perceberá na condição de conselheiro ou diretor, exceto se deliberado de forma diversa pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros dos Comitês da Companhia que não sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores é composta por 12 parcelas mensais no ano-calendário, pagas a título de pró-labore, sempre desvinculadas de sua participação em reuniões do órgão. Esta remuneração será definida pelo Conselho, na reunião que os eleger, e no respectivo Regimento Interno, conforme aplicável.

(b) Remuneração variável: Os membros dos Comitês não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

(c) Benefícios: Os membros dos Comitês não fazem jus ao recebimento de benefícios. Eles serão apenas reembolsados pelas despesas correntes de alimentação, locomoção e estadia, quando necessárias para o desempenho de suas funções.

(d) Remuneração baseada em ações: Os membros dos Comitês não serão elegíveis ao recebimento de incentivos baseados em ações de acordo com os termos e condições previstos em planos aprovados em Assembleia Geral da Companhia.

Os membros dos Comitês, sejam ou não membros do Conselho de Administração, membros externos ou da Diretoria estatutária, serão reembolsados pela Companhia por eventuais despesas com locomoção, alimentação e hospedagem necessárias ao desempenho da função nos Comitês.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2025			
Órgão / Elemento da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	100%	91%	100%
Benefícios	N/A	9%	N/A
Remuneração variável	N/A	0%	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	0%	N/A
Total	100%	100%	100%

2024			
Órgão / Elemento da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	100%	71%	100%

Benefícios	N/A	2%	N/A
Remuneração variável	N/A	27%	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	0%	N/A
Total	100%	100%	100%

2023			
Órgão / Elemento da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	100%	93%	N/A
Benefícios	N/A	4%	N/A
Remuneração variável	N/A	3%	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	0%	N/A
Total	100%	100%	N/A

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O TC reavalia anualmente a remuneração dos seus diretores, considerando tanto a situação atual da empresa como as pesquisas salariais do mercado. Estas revisões são submetidas para validação do Conselho de Administração, junto com as justificativas e apoios necessários.

A remuneração fixa dos diretores atualmente se encontra entre o 25º e 50º percentil das tabelas salariais da Robert Half (2023). Os incentivos dos executivos para remuneração variável são baseados principalmente na rentabilidade da empresa, o EBITDA, em conjunto com outras métricas que são atualizadas semestralmente.

Vale notar ainda que os diretores da empresa são, em maior parte, fundadores ou entraram próximo da fundação da Companhia. Estes já possuem participação acionária relevante, que também serve como incentivo pelo desempenho e entrega de valor aos acionistas.

Conselho de Administração:

Remuneração Fixa

O pró-labore dos membros do Conselho de Administração é definido no momento da posse do conselheiro.

A revisão da remuneração fixa é atualizada a cada 2 anos, com base em pesquisas de mercado, guias salariais das maiores empresas de consultoria em recursos humanos e na evolução das práticas salariais em empresas semelhantes.

O valor da remuneração fixa mensal de cada membro do Conselho de Administração pode variar de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas tarefas, suas competências e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Não haverá remuneração baseada em participação em reuniões.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração terão direito à remuneração variável por meio do pagamento de bônus. Os bônus podem constituir-se de remuneração e/ou incentivo baseado em ações, ou de remuneração e/ou incentivo extraordinário. O objetivo desta remuneração é o de oferecer uma compensação direta, baseada no sistema meritocrático, a fim de recompensar o bom desempenho dos membros do Conselho de Administração pelo alcance ou pela superação de metas individuais, ou resultados e indicadores de desempenho da Companhia. O pagamento de bônus aos membros do Conselho de Administração deverá respeitar os termos e as condições previamente aprovadas em Assembleia Geral da Companhia.

Benefícios

Em complemento da remuneração fixa, os membros do Conselho de Administração farão jus a benefícios pelo mero exercício do cargo, tais como, assistência médica e odontológica, apólice de seguro de vida, vale-refeição e auxílio-creche.

Remuneração Baseada em Ações

Atualmente, a Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") que tem suas características e metodologias descritas na seção 8.4 abaixo.

Diretoria Estatutária:

Remuneração Fixa

O salário dos Diretores estatutários é definido no momento da contratação do diretor.

A revisão da remuneração fixa é atualizada a cada dois anos, com base em pesquisas de mercado, guias salariais das maiores empresas de consultoria em recursos humanos e na evolução das práticas salariais em empresas semelhantes.

O valor da remuneração fixa mensal de cada diretor pode variar de acordo com suas funções, o tempo dedicado às suas atividades, suas competências e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Remuneração Variável

Os Diretores terão direito à remuneração variável por meio do pagamento de bônus. Os bônus podem constituir-se de remuneração e/ou incentivo baseado em ações, ou de remuneração e/ou incentivo extraordinário. O objetivo desta remuneração é o de oferecer uma compensação direta, baseada no sistema meritocrático, a fim de recompensar o bom desempenho dos Diretores pelo alcance ou pela superação de metas individuais, ou resultados e indicadores de desempenho da Companhia. O pagamento de bônus aos Diretores deverá respeitar os termos e as condições previamente aprovadas em Assembleia Geral da Companhia.

Benefícios

Os Diretores terão direito a benefícios pelo mero exercício do cargo como, por exemplo, assistência médica e odontológica, apólice de seguro de vida, vale-refeição e auxílio-creche.

Remuneração Baseada em Ações

Atualmente, a Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) que tem suas características e metodologias descritas na seção 8.4 abaixo.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa e os benefícios devidos aos membros da administração, como acima indicado, não estão diretamente atrelados a indicadores de desempenho e será baseada nas responsabilidades do cargo e experiência individuais.

Especificamente sobre a remuneração variável, a atribuição de incentivos extraordinários e bônus pode ser definida com base em indicadores de desempenho a ser determinados pelo Conselho de Administração. Conforme definido pelo respectivo órgão, assim, a remuneração variável poderá ser atrelada a metas globais da Companhia, metas departamentais ou metas individuais definidas para o executivo, considerando, dentre outros indicadores de desempenho, o EBITDA da Companhia, assim como seus resultados de geração de caixa, lucro líquido, margem líquida ou número de vendas ou unidades construídas.

Adicionalmente, nota-se que os incentivos atribuídos aos beneficiários do Plano, pela sua natureza, estão relacionados à valorização futura da Companhia e das ações de sua emissão.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os administradores da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades dos respectivos cargos, objetivando a manter o nível de competitividade da Companhia perante as práticas de mercado em empresas do mesmo porte, atraindo e retraindo executivos e profissionais. A Companhia aplica critérios de princípios éticos e técnicos na valorização das diferentes estruturas administrativas, primando o reconhecimento de performance diferenciada e embasada na força da meritocracia.

Adicionalmente, a estratégia de remuneração, de forma geral, procura atrelar a remuneração aos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo da Companhia,

especialmente no tocante à remuneração variável a que podem ser elegíveis os membros da Diretoria.

A Companhia acredita que as suas práticas com relação à remuneração de seus Administradores são eficazes para atrair, incorporar e reter profissionais qualificados no mercado, uma vez que a remuneração e os benefícios estão de acordo com o praticado pelo mercado, assegurando a retenção e motivação dos profissionais.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros dos comitês que sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores não são remunerados pelo exercício de tais cargos, salvo se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração.

Apenas os membros independentes do Conselho de Administração são remunerados pela Companhia, em linha com o disposto no Acordo de Acionistas.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, considerando que não há remuneração dos administradores da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	6,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	0,00	4,00
Esclarecimento			-	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	507.000,00	1.243.227,44	0,00	1.750.227,44
Benefícios direto e indireto	0,00	42.000,00	0,00	42.000,00
Participações em comitês	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	
Total da remuneração	657.000,00	1.585.227,44	0,00	2.242.227,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	6,00	15,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	855.700,00	2.432.800,00	280.800,00	3.569.300,00
Benefícios direto e indireto	0,00	75.500,00	0,00	75.500,00
Participações em comitês	485.400,00	0,00	0,00	485.400,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	922.600,00	0,00	922.600,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	
Total da remuneração	1.341.100,00	3.430.900,00	280.800,00	5.052.800,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,53	3,19	6,00	13,72
Nº de membros remunerados	1,81	3,19	3,00	8,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	658.186,67	1.871.336,10	144.000,00	2.673.522,77
Benefícios direto e indireto	0,00	58.062,79	0,00	58.062,79
Participações em comitês	373.333,33	0,00	0,00	373.333,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	700.653,00	0,00	700.653,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.972,00	0,00	8.972,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	
Total da remuneração	1.031.520,00	2.639.023,89	144.000,00	3.814.543,89

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5,17		12,50
Nº de membros remunerados	3,33	5,17		8,50
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	722.087,14	1.524.855,94		2.246.943,08
Benefícios direto e indireto	0,00	142.698,56		142.698,56
Participações em comitês	90.875,77	0,00		90.875,77
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. Vide item 8.20 deste Formulário de Referência para mais informações.		
Total da remuneração	812.962,91	1.667.554,50		2.480.517,41

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7000,00		7.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	6,00	15,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00	3,00	9,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1000000,00	0,00	1.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1000000,00	0,00	1.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,53	3,19	6,00	13,72
Nº de membros remunerados	1,81	3,19	3,00	8,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	709625,00	0,00	709.625,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5,17		12,50
Nº de membros remunerados	3,33	5,17		8,50
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	700,00		700,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

a.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

No âmbito do Plano, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia os executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, colaboradores e empregados da Companhia e de suas controladas que sejam considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e de suas controladas, conforme vierem a ser escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

Todas as decisões relativas ao Plano deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, que terá amplos poderes para implementar e conduzir o Plano, bem como para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, além de eleger os participantes do Plano, o número de ações que poderá ser adquirido com o exercício de cada opção, o prazo de vigência e o prazo para o seu exercício, o preço de exercício e as condições de pagamento.

O Conselho de Administração da Companhia poderá criar Programas de Opção de Compra de Ações nos quais constarão as condições específicas quanto aos Participantes.

A outorga da Opção será realizada mediante a celebração dos Contratos entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, os quais deverão prever, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações a que o Beneficiário terá direito uma vez exercidas as Opções. Caso o Conselho de Administração aprove Períodos de Vesting Parciais e/ou Período de Elegibilidade de forma diversa à prevista no Plano para um determinado Beneficiário, tais Períodos de Vesting Parciais e/ou o Período de Elegibilidade deverão estar expressamente previstos no respectivo Contrato. ("Programas").

Aos Beneficiários selecionados em cada Programa será dado o direito, mas não a obrigação, de adquirir as Opções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, conforme os termos e condições estipulados em cada Programa, mediante pagamento de um preço a ser previsto no respectivo Programa, o qual deverá ser calculado de acordo com a seguinte equação ("Prêmio da Opção"):

$$C(S, t) = SN(d_1) - Ke^{-r(T-t)}N(d_2)$$

onde

$$d_1 = \frac{\ln(S/K) + (r + \sigma^2/2)(T - t)}{\sigma\sqrt{T - t}}$$

$$d_2 = d_1 - \sigma\sqrt{T - t}.$$

Define-se

S , o preço da ação (ver nota [abaixo](#)).

$V(S, t)$, o preço de um derivativo como função do tempo e do preço da ação.

$C(S, t)$ o preço de uma opção de compra europeia e $P(S, t)$ o preço de uma opção de venda europeia.

K , o preço de exercício da opção.

r , a taxa de juros livre de risco anualizada, **capitalizada continuamente**.

μ , a tendência (drift rate) de S , anualizada.

σ , a volatilidade da ação, i.e., a raiz quadrada da variação quadrática do logaritmo dos preços da ação.

t , um tempo em anos; geralmente usa-se agora = 0 e vencimento = T .

Π , o valor de um **portfólio**.

R , o lucro ou prejuízo acumulado seguindo uma estratégia delta-neutra.

O preço de emissão por Ação a ser adquirida pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção Adquirida será equivalente ao valor certo previsto em cada um dos Programas a ser calculado de acordo com a seguinte equação: média ponderada da cotação de fechamento da Ação nos últimos 30 (trinta) pregões, anteriores a respectiva Data de Outorga multiplicado por 120% (cento e vinte por cento) (“Preço de Exercício”).

O pagamento do Preço de Exercício da Opção será realizado na forma estabelecida nos Programas e nos respectivos Contratos na data em que as Ações forem (i) Transferidas para o Beneficiário; ou (ii) subscritas pelo Beneficiário, conforme aplicável

a.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“RSU”) aprovado em 2021:

No âmbito do Plano, são elegíveis a receber as ações restritivas da Companhia os executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, colaboradores e empregados da Companhia e de suas controladas que sejam considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e de suas controladas, conforme vierem a ser escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

Todas as decisões relativas ao Plano deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, que terá amplos poderes para implementar e conduzir o Plano, bem como para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, além de eleger os participantes do Plano, o número de ações que poderá ser adquirido com o exercício de cada opção, o prazo de vigência e o prazo para o seu exercício, o preço de exercício e as condições de pagamento.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração da Companhia fixará os termos e condições em um Contrato de Outorga de Ações Restritivas (“Contrato de Outorga de Ações Restritivas”), a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante, definindo (i) a quantidade de Ações Objeto; (ii) os termos e condições para o efetivo recebimento das Ações Objeto; e (iii) a possibilidade de incidência de tributos sobre a entrega de Ações, inclusive IRRF, mediante a redução do número de Ações Objeto a serem efetivamente entregues ao Beneficiário. Caso o Conselho de Administração aprove

Períodos de Vesting Parciais e/ou Período de Elegibilidade de forma diversa à prevista no Plano para um determinado Beneficiário.

b. data de aprovação e órgão responsável

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2021, os acionistas da Companhia reunidos aprovaram o Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") e o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("RSU"), que poderão ser exercidos por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga, que deverá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

c. número máximo de ações abrangidas

c.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, mediante o exercício das Opções Adquiridas, Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação deste Plano, quantidade que poderá ser ajustada.

Cumprе ressaltar que os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga da Opção ou na subscrição ou aquisição, conforme o caso, de Ações objeto da Opção, nos termos do Artigo 171, §3º da Lei nº 6.404/76.

c.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("RSU") aprovado em 2021:

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação deste Plano. A quantidade de Ações objeto deste Plano poderá ser ajustada.

Com o propósito de satisfazer o direito ao recebimento de Ações nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e/ou à regulação aplicáveis, alienará Ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia, estabelecer a quantidade total de opções a serem outorgadas por meio dos Programas, elegendo os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções, nos termos do Plano. O total de opções outorgadas no âmbito do Plano não poderá ultrapassar o limite descrito na letra "c" acima.

e. condições de aquisição de ações

e.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

O Conselho de Administração da Companhia aprovará, anualmente ou sempre que julgar conveniente, um Programa destinado aos Beneficiários.

Aos Beneficiários selecionados em cada Programa será dado o direito, mas não a obrigação, de adquirir as Opções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, conforme os termos e condições estipulados em cada Programa, mediante pagamento de um preço a ser previsto no respectivo Programa.

A outorga da Opção será realizada mediante a celebração dos Contratos entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, os quais deverão prever, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações a que o Beneficiário terá direito uma vez exercidas as Opções. Caso o Conselho de Administração aprove Períodos de Vesting Parciais e/ou Período de Elegibilidade de forma diversa à prevista neste Plano para um determinado Beneficiário, tais Períodos de Vesting Parciais e/ou o Período de Elegibilidade deverão estar expressamente previstos no respectivo Contrato.

A entrega das Ações decorrentes do exercício da Opção Adquirida ao Beneficiário somente ocorrerá quando todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tiverem sido integralmente cumpridas, de modo que a outorga da Opção em si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre as Ações objeto das Opções, bem como não representa garantia do seu recebimento.

As Opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas em 4 (quatro) lotes iguais, representando cada um 1/4 (um quarto) do total das Ações objeto das Opções ("Lotes"). Desde que cumprida as condições previstas no Contrato de Opção de Outorga de Ações, os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, da seguinte forma:

- (i) No fim do Período de Elegibilidade, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas;
- (ii) No fim do Primeiro Período de Vesting, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas;
- (iii) No fim do Segundo Período de Vesting, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas; e
- (iv) No fim do Terceiro Período de Vesting, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Programas e nos respectivos Contratos, desde que o Beneficiário tenha permanecido ininterruptamente ocupando seu respectivo cargo na Companhia ou de suas Controladas (seja como empregado, seja como membro da administração) desde a data a Data de Outorga até o fim do Período de Elegibilidade e de cada um dos Períodos de Vesting Parcial, conforme aplicável, as Opções referentes àquele Lote poderão ser exercidas em até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data do fim do Período de Elegibilidade ou do respectivo Período de

Vesting Parcial, conforme aplicável, mediante o pagamento do Preço de Exercício (“Prazo de Exercício”).

e.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“RSU”) aprovado em 2021:

O Conselho de Administração da Companhia aprovará, anualmente ou sempre que julgar conveniente, um Programa destinado aos Beneficiários.

A outorga do direito ao recebimento de Ações será realizada mediante a celebração de Contratos entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, os quais deverão prever, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade de Ações Objeto; (ii) os termos e condições para o efetivo recebimento das Ações Objeto; e (iii) a possibilidade de incidência de tributos sobre a entrega de Ações, inclusive IRRF, mediante a redução do número de Ações Objeto a serem efetivamente entregues ao Beneficiário. Caso o Conselho de Administração aprove Períodos de Vesting Parciais e/ou Período de Elegibilidade de forma diversa à prevista neste Plano para um determinado Beneficiário, tais Períodos de Vesting Parciais e o Período de Elegibilidade deverão estar expressamente previstos no respectivo Contrato.

A Transferência das Ações Objeto ao Beneficiário somente ocorrerá quando todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tiverem sido integralmente cumpridas, de modo que a outorga do direito ao recebimento das Ações Objeto em si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre tais Ações Objeto, bem como não representa garantia do seu recebimento.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Programas e nos respectivos Contratos, desde que o Beneficiário tenha permanecido ininterruptamente vinculado como empregado da Companhia ou de suas Controladas, conforme o caso, desde a Data de Outorga até o fim do Período de Elegibilidade e de cada um dos Períodos de Vesting Parcial, conforme aplicável, as Ações Objeto referente aquele Lote serão Transferidas ao Beneficiário em até 90 (noventa) dias a contar do fim do respectivo Período de Vesting Parcial, sem qualquer custo para o Beneficiário (“Prazo de Transferência”).

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

f.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia (“SOP”) aprovado em 2021:

O preço de emissão por Ação a ser adquirida pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção Adquirida será equivalente ao valor certo previsto em cada um dos Programas a ser calculado de acordo com a seguinte equação: média ponderada da cotação de fechamento da Ação nos últimos 30 (trinta) pregões, anteriores a respectiva Data de Outorga multiplicado por 120% (cento e vinte por cento) (“Preço de Exercício”).

O pagamento do Preço de Exercício da Opção será realizado na forma estabelecida nos Programas e nos respectivos Contratos na data em que as Ações forem (i) Transferidas para o Beneficiário; ou (ii) subscritas pelo Beneficiário, conforme aplicável.

f.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“RSU”) aprovado em 2021:

O instrumento de incentivo de longo prazo ocorre por meio da concessão de ações, não há fixação do preço de aquisição ou exercício.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

g.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

As Opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas em 4 (quatro) lotes iguais, representando cada um 1/4 (um quarto) do total das Ações objeto das Opções ("Lotes"). Desde que cumprida a condição prevista no Programa e no Contrato, os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, da seguinte forma:

- (i) No fim do Período de Elegibilidade, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas;
- (ii) No fim do Primeiro Período de Vesting, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas;
- (iii) No fim do Segundo Período de Vesting, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas; e
- (iv) No fim do Terceiro Período de Vesting, 1/4 (um quarto) das Opções poderão ser exercidas.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Programas e nos respectivos Contratos, desde que o Beneficiário tenha permanecido ininterruptamente ocupando seu respectivo cargo na Companhia ou de suas Controladas (seja como empregado, seja como membro da administração) desde a data de Outorga até o fim do Período de Elegibilidade e de cada um dos Períodos de Vesting Parcial, conforme aplicável, as Opções referentes àquele Lote poderão ser exercidas em até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data do fim do Período de Elegibilidade ou do respectivo Período de Vesting Parcial, conforme aplicável, mediante o pagamento do Preço de Exercício ("Preço de Exercício").

O Conselho de Administração poderá, caso entenda mais adequado, estipular um Preço de Exercício superior ao previsto acima, mas, em hipótese alguma, reduzir o referido Preço de Exercício.

O Conselho de Administração terá o prazo de até 90 (noventa) dias contados da Data de Exercício para (i) Transferir as Ações objeto do exercício das Opções Adquiridas e/ou das Opções Não Adquiridas Antecipadas ao Beneficiário; e/ou (ii) aprovar, em sede de reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social, com base no capital autorizado da Companhia, a ser subscrito pelo(s) Beneficiário(s) que tiver(em) exercido suas respectivas Opções Adquiridas e/ou das Opções Não Adquiridas Antecipadas.

g.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("RSU") aprovado em 2021:

As ações são transferidas aos Beneficiários, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano de Outorga de Ações Restritas, no Programa de Outorga de Ações Restritas e em cada contrato individual, de modo que não há exercício.

h. forma de liquidação

h.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

Atendidas as exigências e condições previstas no Plano e nos respectivos Programas, inclusive prazos de carência, quando aplicáveis, e prazos de exercício, e desde que assinado o Contrato de Opção, o Participante terá direito, mediante o pagamento do preço de exercício, ao exercício das opções.

O pagamento do Preço de Exercício da Opção será realizado na forma estabelecida nos Programas e nos respectivos Contratos na data em que as Ações forem (i) Transferidas para o Beneficiário; ou (ii) subscritas pelo Beneficiário, conforme aplicável.

h.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("RSU") aprovado em 2021:

As ações são transferidas aos Beneficiários, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano de Outorga de Ações Restritas, no Programa de Outorga de Ações Restritas e em cada contrato individual.

O Beneficiário receberá as Ações correspondentes em até 90 (noventa) dias a contar do fim do respectivo Período de Vesting Parcial, sem qualquer custo para o Beneficiário.

i. restrições à transferência das ações

i.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações entregues aos Beneficiários, para fins de cumprimento de norma ou lei aplicável, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário de tais Ações, conforme vier a ser previsto no respectivo Contrato.

i.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("RSU") aprovado em 2021:

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações entregues aos Beneficiários, para fins de cumprimento de norma ou lei aplicável, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário de tais Ações Objeto, conforme vier a ser previsto no respectivo Contrato.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

j.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, observado que a extinção do Plano não afetará os Contratos até então celebrados e os direitos plenamente adquiridos com base em tais Contratos.

O direito ao recebimento das Ações nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos:

- (i) mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo;
- (ii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou
- (iii) nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário.

Ademais, qualquer alteração legal significativa aplicável às companhias abertas e ao Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações, incluindo alteração na legislação trabalhista e/ou em normas fiscais, poderá levar à revisão integral.

Se o número de Ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de grupamentos ou desdobramentos, as Ações objeto de outorga de Opções não exercidas e o Preço de Exercício serão proporcionalmente ajustados.

j.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("RSU") aprovado em 2021:

O direito ao recebimento das Ações Objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos:

- (i) mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo;
- (ii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou
- (iii) nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário

Ademais, qualquer alteração legal significativa aplicável às companhias abertas e ao Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações, incluindo alteração na legislação trabalhista e/ou em normas fiscais, poderá levar à revisão integral.

Se o número de Ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de grupamentos ou desdobramentos, as Ações objeto de outorga de Opções não exercidas e o Preço de Exercício serão proporcionalmente ajustados.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

k.1. Plano de Outorga da Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP") aprovado em 2021:

Para fins do Plano, o termo desligamento significa o término da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou sua Controlada, por qualquer motivo, incluindo, sem limitação, o pedido de demissão voluntária ou dispensa, com ou sem Justo Motivo, término do mandato, aposentadoria (com término contratual, conforme aplicável), invalidez permanente ou falecimento, observado que (i) eventual desligamento do Beneficiário da Companhia ou de sociedade por ela Controlada, seguido de eleição e investidura ou contratação de tal Beneficiário para outro cargo de administrador da Companhia ou de sociedade por ela Controlada, e (ii) transferência do Beneficiário entre sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia, não caracterizam Desligamento.

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário:

Caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Opções Adquiridas e as Opções Não Adquiridas Antecipadas na data do Desligamento, conforme aplicável, poderão ser exercidas até o fim do Prazo de Exercício; após esse prazo, as Opções Adquiridas e as Opções Não Adquiridas Antecipadas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem qualquer direito a indenização; e (ii) as Opções Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização e/ou pagamento. Para que não haja dúvidas, nesta hipótese, o Prazo de Exercício para as Opções Não Adquiridas Antecipadas será o mesmo Prazo de Exercício aplicável para o último Lote das Opções Adquiridas pelo Beneficiário.

Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento, a Companhia deverá pagar ao Beneficiário, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis, o valor do Prêmio da Opção, corrigido pela variação positiva do IPCA, proporcional às Opções Não Adquiridas, exclusivamente, não sendo devido, portanto, qualquer outro valor e/ou pagamento do Prêmio da Opção para quaisquer outras Opções e/ou circunstâncias.

Caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia, por vontade própria, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Opções Adquiridas na data do Desligamento poderão ser exercidas até o fim do Prazo de Exercício; após esse prazo, as Opções Adquiridas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem qualquer direito a indenização e/ou pagamento, inclusive do Prêmio da Opção; e (ii) as Opções Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização e/ou pagamento, inclusive do Prêmio da Opção. Todas as Opções Adquiridas não exercidas caducarão e restarão extintas de pleno direito, sem que os Beneficiários tenham direito a qualquer indenização e/ou pagamento, inclusive do Prêmio da Opção.

Caso o Beneficiário seja Desligado da Companhia, por Justo Motivo, todas as Opções ainda não exercidas na data do Desligamento, (sejam elas Opções Adquiridas ou Opções Não Adquiridas), serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que os Beneficiários tenham direito a qualquer indenização e/ou pagamento, inclusive do Prêmio da Opção.

k.2. Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“RSU”) aprovado em 2021:

Para fins do Plano, o termo desligamento significa o término da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou de sua Controlada, por qualquer motivo, incluindo, sem limitação, o pedido de demissão voluntária ou dispensa, com ou sem Justo Motivo, aposentadoria (com término contratual, conforme aplicável), invalidez permanente ou falecimento, observado que (i) eventual desligamento do Beneficiário da Companhia ou de sua Controlada, seguido de eleição e investidura ou contratação de tal Beneficiário para outro cargo de administrador da Companhia ou de sua Controlada, e (ii) transferência do Beneficiário entre sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia, não caracterizam Desligamento.

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário

Caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Ações Adquiridas e as Ações Não Adquiridas Antecipadas existentes na data do Desligamento, conforme aplicável, serão Transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e (ii) as Ações Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia, por vontade própria, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Ações Adquiridas na data do Desligamento serão transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e (ii) as Ações Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Caso o Beneficiário seja Desligado da Companhia, por Justo Motivo, todas as Ações Objeto ainda não recebidas na data do Desligamento, (sejam elas Ações Adquiridas ou Ações Não Adquiridas), serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,00		4,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		195000,00		195.000,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,19		3,19
Nº de membros remunerados		1,00		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		1428,57		1.428,57

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data da outorga**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não aplicável, uma vez que não houve outorga de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária reconhecida no resultado da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente, de modo que os respectivos quadros não são apresentados.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, considerando que, ao final do último exercício social, não havia opções em aberto detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, considerando que não houve opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, de modo que os respectivos quadros não são apresentados.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2026 - Valores Anuais				
Órgão	Número Total de membros	Número de membros remunerados	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Total
Conselho de Administração	4	0	-	--
Diretoria Estatutária	2	1	0,379%	

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
Órgão	Número Total de membros	Número de membros remunerados	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Total
Conselho de Administração	5	0	-	-
Diretoria Estatutária	4	0	-	-

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
Órgão	Número Total de membros	Número de membros remunerados	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-	-

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
Órgão	Número Total de membros	Número de membros remunerados	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-	-

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável, considerando que nos 3 últimos exercícios sociais não foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária e não há previsão para o ano de 2026, de modo que os respectivos quadros não são apresentados.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que, nos 3 últimos exercícios sociais, não foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, de modo que os respectivos quadros não são apresentados.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as informações relacionadas aos planos de remuneração, incluindo cálculos de precificação do valor das ações e opções estão detalhadas no item 8.4 acima.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

A tabela abaixo contém a participação consolidada das ações ordinárias emitidas pela Companhia, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2025:

Ações da Companhia (TRAD3 - ON)		
Órgão	Quantidade	%
Conselho de Administração*	13.173.162	2,27%
Diretoria	2.705.975	0,47%

**Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa é membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos são divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.*

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024
Nº de membros	4,00	3,19	5,17	5,00	4,53	7.33	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,19	5,17	3,00	1,81	3,33	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	756.474,00	720.000,00	720.000,00	300.000,00	358.186,67	300.000,00	48.000,00	48.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	408.544,20	429.733,33	528.000,00	90.000,00	300.000,00	73.600,00	48.000,00	48.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	597.910,26	587.341,76	528.160,46	195.000,00	363.639,04	163.584,91	48.000,00	48.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (neste caso, o valor apurado foi de um membro que permaneceu na DE por 10 meses, pois os demais membros permaneceram menos que isso). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (neste caso, o valor apurado foi de um membro que permaneceu na DE por 10 meses, pois os demais membros permaneceram menos que isso). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (neste caso, houve a exclusão de quatro membros da diretoria executiva que renunciaram em janeiro, março, maio e setembro de 2023; e de dois membros que tiveram suas admissões em fevereiro e abril de 2023). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (não houve a exclusão de nenhum membro). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (não houve a exclusão de nenhum membro). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	A remuneração média dos conselheiros de administração apresentou valor superior à maior remuneração individual registrada devido às mudanças na composição no Conselho ao longo do ano. Em determinados períodos, a empresa contou com um número reduzido de conselheiros em exercício, o que impactou diretamente no cálculo da média da remuneração entre os membros ativos durante esses meses.
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (neste caso, houve a exclusão de dois membros do conselho que renunciaram em abril e setembro de 2023; e de um membro que teve sua admissão em novembro de 2023). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (neste caso, todos os conselheiros fiscais recebem a mesma quantia e permaneceram no órgão pelo mesmo tempo). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (presente no item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão exclui todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses (neste caso, todos os conselheiros fiscais recebem a mesma quantia e permaneceram no órgão pelo mesmo tempo). O detalhamento do cálculo para apurar o número de membros remunerados está disponível no item 8.20.	

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

A Companhia contrata seguro de responsabilidade civil (D&O insurance) para membros da Diretoria e Conselho de Administração, assim como para administradores de suas controladas e membros dos Comitês Estatutários da Companhia. O valor do prêmio líquido da apólice de D&O atualmente vigente é de R\$125.276,66 (cento e vinte e cinco mil duzentos e setenta e seus reais e sessenta e seis centavos).

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Previsão para 2026	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Diretoria Estatutária	100%	100%	65,01%	61,59%
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária ou Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam nos órgãos da administração. Também não há previsão para o exercício corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**31/12/2026****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	1.736,32	1.736,32
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2025**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	2.300,00	2.300,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	1.736,32	1.736,32
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2023**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	1.299,00	1.299,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Abaixo, seguem tabelas com o cálculo de cada órgão apurado nos termos do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo o número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual de nº de membros dos órgãos da administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária se deu conforme demonstrado a seguir:

Número de membros por órgão – previsto para o exercício social corrente (2026)

Conselho de Administração		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	4	2
Fevereiro	4	2
Março	4	2
Abril	4	2
Maio	4	2
Junho	4	2
Julho	4	2
Agosto	4	2
Setembro	4	2
Outubro	4	2
Novembro	4	2
Dezembro	4	2
Total	48	24

Conselho Fiscal		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	6	3
Fevereiro	6	3
Março	6	3
Abril	6	3
Maio	6	3
Junho	6	3
Julho	6	3
Agosto	6	3
Setembro	6	3
Outubro	6	3
Novembro	6	3
Dezembro	6	3
Total	72	36

Diretoria Estatutária		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	2	2
Fevereiro	2	2
Março	2	2
Abril	2	2
Maio	2	2

Junho	2	2
Julho	2	2
Agosto	2	2
Setembro	2	2
Outubro	2	2
Novembro	2	2
Dezembro	2	2
Total	24	24

Número de membros por órgão – previsto para o exercício social corrente (2025)

Conselho de Administração		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	5	2
Fevereiro	5	2
Março	5	2
Abril	5	2
Maio	5	2
Junho	5	2
Julho	5	2
Agosto	5	2
Setembro	5	2
Outubro	5	2
Novembro	4	2
Dezembro	4	2
Total	58	24

Conselho Fiscal		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	6	3
Fevereiro	6	3
Março	6	3
Abril	6	3
Maio	6	3
Junho	6	3
Julho	6	3
Agosto	6	3
Setembro	6	3
Outubro	6	3
Novembro	6	3
Dezembro	6	3
Total	72	36

Diretoria Estatutária		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	4	4
Fevereiro	4	4
Março	4	4
Abril	4	4
Maio	4	4
Junho	4	4
Julho	4	4
Agosto	4	4
Setembro	4	4
Outubro	4	4
Novembro	2	2
Dezembro	2	2
Total	44	44

Número de membros por órgão – Exercício social encerrado em 31/12/2024

Conselho de Administração		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	5	2
Fevereiro	5	2
Março	5	2
Abril	5	2
Maio	4,5	2
Junho	4,3	2
Julho	5	2
Agosto	5	2
Setembro	5	2
Outubro	4,5	1,7

Diretoria Estatutária		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	3	3
Fevereiro	3	3
Março	3	3
Abril	3	3
Maio	3	3
Junho	3	3
Julho	3	3
Agosto	3	3
Setembro	3	3
Outubro	3,23	3,23

Novembro	3	1
Dezembro	3	1
Total	54,33	21,73
Média (Total / nº meses)	4,53	1,81

Novembro	4	4
Dezembro	4	4
Total	38,23	38,23
Média (Total / nº meses)	3,19	3,19

Conselho Fiscal		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	6	3
Fevereiro	6	3
Março	6	3
Abril	6	3
Maio	6	3
Junho	6	3
Julho	6	3
Agosto	6	3
Setembro	6	3
Outubro	6	3
Novembro	6	3
Dezembro	6	3
Total	72	36
Média (Total / nº meses)	6	3

Número de membros por órgão – Exercício social encerrado em 31/12/2023

Conselho de Administração		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	7	5
Fevereiro	7	5
Março	7	5
Abril	6,9	4,9
Maio	6	4
Junho	6	4
Julho	6	4
Agosto	6	4
Setembro	5,7	3,8
Outubro	4,5	3,1
Novembro	7	4
Dezembro	7	4
Total	76,2	50,9
Média (Total / nº meses)	6,35	4,24

Diretoria Estatutária		
Mês	Número total de membros	Número total de membros remunerados
Janeiro	5	5
Fevereiro	5	5
Março	5	5
Abril	5	5
Maio	5	5
Junho	4	4
Julho	4	4
Agosto	4	4
Setembro	4	4
Outubro	3	3
Novembro	3	3
Dezembro	3	3
Total	50	50
Média (Total / nº meses)	4,16	4,16

ANEXO III – RELATÓRIO DETALHANDO A ORIGEM E JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL E ANALISANDO OS SEUS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS (conforme artigo 12, ii, da Resolução CVM nº 81/2022)

Estatuto Social Atual	<i>“Artigo 22 – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.”</i>
Proposta de Alteração	<i>“Artigo 22 – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.”</i>
Justificativa	A proposta tem por objetivo conferir maior flexibilidade à estrutura de governança da Companhia. Sob a perspectiva jurídica, a alteração aprimora a governança da Companhia, ao estabelecer que a composição do Conselho de Administração estaria mais compatível com a necessidade de adaptação da governança ao longo do tempo, sem prejuízo da observância da legislação aplicável, das competências legalmente atribuídas ao Conselho de Administração e dos direitos dos acionistas no processo de eleição de seus membros. Do ponto de vista econômico, a alteração tende a gerar ganhos de eficiência organizacional e racionalidade na alocação de recursos. Assim, a proposta busca conciliar o fortalecimento da governança corporativa com maior economicidade, eficiência decisória e adequação da estrutura administrativa aos interesses da Companhia e de seus acionistas. Caso a proposta seja aprovada, o mandato dos atuais Conselheiros da Companhia, conforme eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2025, se manterá vigente até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras e as contas da administração referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	011274		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda	Juridica	10.830.108/0001-65	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
17/02/2021	01/01/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do TC S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, incluindo as respectivas notas explicativas, preparadas pela sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As auditorias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas terão como objetivo a emissão de opiniões sobre a adequada apresentação das situações patrimonial e financeira (individual e consolidada) da Companhia, do desempenho de suas operações e dos fluxos de caixa, e serão conduzidas de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelas normas internacionais de auditoria. Desta forma, dentro do escopo da auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, desenvolveremos também procedimentos de: • Revisão dos controles internos • Revisão do sistema de controles internos adotados pela Administração da Companhia, incluindo a análise do cumprimento de políticas administrativas e a verificação da adequação e integridade dos registros contábeis e das informações financeiras • •Revisão das operações e dos controles fiscais (impostos diretos e indiretos) Revisão, por amostragem, das operações e dos controles fiscais adotados, incluindo testes sobre o cumprimento das obrigações legais, fiscais, principais e acessórias exigidas pela legislação vigente e a manutenção adequada de mecanismos de controles internos que suportam as apurações e os efetivos recolhimentos de tributos. Esses procedimentos não caracterizam uma revisão fiscal detalhada e serão executados apenas na extensão necessária para dar suporte para a formação de opinião do auditor independente • Revisão dos procedimentos trabalhistas e previdenciários Revisão, por amostragem, das principais obrigações trabalhistas e previdenciárias da Companhia, contemplando testes sobre recolhimentos de encargos sociais, procedimentos de cálculo, tributação, pagamento e gestão de benefícios concedidos e procedimentos relativos às contratações de terceiros. Esses procedimentos não caracterizam uma revisão fiscal detalhada e serão executados apenas na extensão necessária para dar suporte para a formação de opinião do auditor independente • Revisão da segurança do ambiente de tecnologia da informação • Revisão das principais políticas relativas ao acesso físico e lógico aos sistemas de informação utilizados pela Companhia, backup das bases de dados, limites de alçadas, segregações de funções etc., tendo em vista a manutenção de um ambiente seguro e eficaz na produção das informações contábeis divulgadas • Revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas (Informações Trimestrais – ITR) • Revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do TC S.A., que compreendem os balanços patrimoniais referentes aos períodos de três, seis e nove meses a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2026, respectivamente (comparados com 2025), e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os períodos a findar naquelas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, preparadas por sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 "Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas" (IAS 34 "Interim Financial Reporting").			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Honorários de auditoria: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

O Conselho de Administração da Companhia tem conhecimento e aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes. A contratação de eventual serviço não relacionado à auditoria externa está alinhada de modo a assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis.

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes com relação aos assuntos tratados nesta Seção 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	9	34	0	0	0
Não-liderança	25	49	0	0	0
TOTAL = 117	34	83	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	28	1	12	0	0	0
Não-liderança	2	43	6	22	0	0	1
TOTAL = 117	4	71	7	34	0	0	1

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	40	1
Não-liderança	19	55	0
TOTAL = 117	21	95	1

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	43	0
Não-liderança	0	73	1
TOTAL = 117	0	116	1

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	1	0	1	30	11	0
Não-liderança	6	4	5	43	16	0
TOTAL = 117	7	4	6	73	27	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	2	5	0	0	0
Nordeste	1	3	0	0	0
Centro-Oeste	3	3	0	0	0
Sudeste	17	56	0	0	0
Sul	11	16	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 117	34	83	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	4	1	2	0	0	0
Nordeste	0	2	1	1	0	0	0
Centro-Oeste	0	4	0	2	0	0	0
Sudeste	3	44	4	21	0	0	1
Sul	1	17	1	8	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 117	4	71	7	34	0	0	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	6	0
Nordeste	0	4	0
Centro-Oeste	2	4	0
Sudeste	13	59	1
Sul	5	22	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 117	21	95	1

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Localização geográfica	Atividade	Número de terceirizados em 31/12/2025
São Paulo	Consultor RH	3
São Paulo	Consultor/Contribuidor	15
São Paulo	Consultor Tributário	1
São Paulo	Comercial	11
São Paulo	Atendimento ao Cliente	5
São Paulo	Diretoria	7
São Paulo	Financeiro	3
São Paulo	Contabilidade	5
São Paulo	Jurídico	2
São Paulo	Marketing	13
São Paulo	Mover	11
São Paulo	Operações	27
São Paulo	Riscos e Compliance	3
São Paulo	Tecnologia	29
São Paulo	Conselho/Comitê	7
TOTAL		143

c. índice de rotatividade

Índice de rotatividade em 31/12/2025
42,84%

O indicador deu uma reduzida em comparação ao percentual apurado ao final de dezembro de 2025 (49%).

O cálculo do índice de rotatividade foi feito com os dados de janeiro até dezembro de 2025 a partir da fórmula:

$$(NÚMERO DE ADMISSÕES NO MÊS + NÚMERO DE DEMISSÕES NO MÊS) / 2 / NÚMERO DE ATIVOS NO MÊS$$

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima:

Os dados do item 10.1 "a" foram apresentados com base no Censo realizado entre 05 a 08 de maio de 2025, por meio de uma pesquisa interna focada em entender o nível de diversidade dentro do TC. Ao todo, 117 colaboradores responderam à pesquisa, de um total de pouco mais de 143 ativos no período. Assim, os dados apresentados refletem a percepção de aproximadamente 71,43% do *headcount* da Companhia.

Na tabela "Quantidade de empregados por declaração de gênero" foram considerados como "Outros" aquelas pessoas que não souberam como responder sobre a declaração de gênero. O mesmo se aplica para a tabela "Quantidade de empregados por declaração de cor e raça".

Em relação às informações sobre faixa etária, o Censo realizado considerou a seguinte escala de divisão: Até 20 anos/ de 21 a 25 anos/ de 26 a 30 anos/ de 31 a 35 anos/ de 36 a 40 anos/ de 41 a 55 anos/ 56 anos ou mais. Por essa razão, as informações dessa tabela foram somadas, ou seja, na opção "abaixo de 30 anos", somaram-se as respostas das pessoas de: até 20 anos/ de 21 a 25 anos/ de 26 a 30 anos. Já na opção "de 30 a 50 anos", foram somadas as respostas das pessoas de 31 até 55 anos. E assim em diante.

Para preenchimento do item 10.1 "b", foi considerada a base de colaboradores ativos até o dia 31 de dezembro de 2025.

Por fim, as métricas do item 10.1 "c" foram detalhadas no próprio item.

10.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:**a. política de salários e remuneração variável**

A Companhia adota uma prática salarial alinhada à sua estrutura organizacional e coerente com as práticas de remuneração adotadas pelos demais integrantes do setor em que está inserida.

O pacote remuneratório da Companhia abrange a remuneração fixa, benefícios e, para alguns setores predeterminados, remuneração variável.

b. política de benefícios

A Companhia adota uma prática de benefícios que acredita estar alinhada com as práticas de mercado. A Companhia concede aos seus colaboradores os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho celebrados com o sindicato da categoria. Adicionalmente, a Companhia oferece benefícios adicionais, tais como, Vale Refeição, Vale Alimentação, Gympass, Plano de Saúde, Seguro de Vida, Auxílio Creche.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários**
- ii. condições para exercício**
- iii. preços de exercício**
- iv. prazos de exercício**
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão do TC S.A. ("Plano"), com eficácia condicionada ao registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ao início das negociações das ações da Companhia no segmento especial de listagem da Brasil, Bolsa e Balcão – B3, o Novo Mercado. Após satisfeitas essas condições, poderão ser elaborados programas que irão disciplinar a outorga de opções de compra aos administradores da Companhia. Além dos administradores, os empregados e colaboradores da Companhia e de suas controladas também serão elegíveis, a critério do Conselho de Administração ou de comitê especial criado para a administração do Plano para recebimento das opções, ao recebimento da outorga de opções de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Os principais termos e condições do Plano, incluindo as condições, preços e prazos de exercício das opções, assim como a quantidade de ações da Companhia comprometidas pelo Plano, são detalhados no item 8.4 deste Formulário de Referência.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

O resultado da maior remuneração individual ("i") é 11 vezes maior do que a mediana ("ii"). Essa diferença é explicada pelo fato de a remuneração informada no item "i" é individual e de membro da administração, enquanto o item "ii" retorna a mediana de um conjunto de colaboradores de diversos níveis de senioridade, incluindo diretores, gerentes, coordenadores, especialistas,

analistas e assistentes.

O valor do item “i” (maior remuneração individual) foi calculado conforme especificações do Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP para preenchimento dos itens 8.2 e 8.15 do Formulário de Referência.

Já para o item “ii”, foi considerado o total de colaboradores ativos em 31 de dezembro de 2024 do TC e todas as suas subsidiárias (diretores e CLTs), somando-se a remuneração fixa líquida e os benefícios e excluindo os diretores estatutários e a maior remuneração individual dessa base. Após a realização de todos esses filtros, foi utilizada a fórmula básica de mediana.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
29.337,12	5.241,05	5,60
Esclarecimento		

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia mantém relação com o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do Estado de São Paulo (SINDIESP). A parceria, sempre pautada no respeito e transparência, é focada no alinhamento das diretrizes trabalhistas que envolvem os colaboradores da Companhia. Todos os colaboradores da Companhia são respaldados por convenções coletivas de trabalho que garantem direitos, além daqueles concedidos pela legislação trabalhista.

Não foram reportadas greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia tem uma Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política”), que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de julho de 2021 cujo objetivo é estabelecer os princípios, as diretrizes e regras que contribuem para assegurar que as Transações com Partes Relacionadas envolvendo a Companhia sejam realizadas para o seu melhor interesse. A Política pode ser encontrada no site de Relações com Investidores da Companhia: www.tc.com.br/ri e no site da CVM: <https://www.gov.br/cvm/pt-br> (neste site acessar “Centrais de Conteúdo” ao lado esquerdo da tela, clicar em “Central de Sistemas da CVM”, clicar em “Informações sobre Companhias”, buscar “TC S.A.” no campo disponível, clicar sobre o nome da companhia, e posteriormente selecionar “Política de Transações com Partes Relacionadas”).

A Política adota as práticas recomendadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, visando a garantir transparência ao processo de contratação com partes relacionadas perante seus acionistas, investidores e o mercado em geral.

Para tanto, a Política define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010.

Caberá ao Comitê de Auditoria da Companhia avaliar, previamente, cada uma das transações com objetivo de identificar, em conformidade com os critérios da Política:

- I. As transações classificadas, ou potencialmente classificadas, como Transações com Partes Relacionadas;
- II. A aplicabilidade dos procedimentos e das condições previstas nesta Política; e
- III. As Partes Relacionadas envolvidas na transação e a existência de situações de conflito de interesses entre essas partes.

A análise conduzida pelo Comitê de Auditoria deverá privilegiar a essência do relacionamento entre a Companhia e a Parte Relacionada, em detrimento de aspectos meramente formais.

O Comitê de Auditoria deverá preparar e submeter à Diretoria e, quando tratar-se de operação sujeita à apreciação do Conselho de Administração, relatório de análise e recomendação quanto à Transação com Partes Relacionada incluindo, conforme aplicável, as seguintes informações:

- I. Descrição da transação, incluindo as partes e sua relação com a Companhia, assim como o objeto e os principais termos e condições;
- II. Indicação da metodologia de precificação e fixação de encargos, quando for o caso;
- III. Justificativa para a realização da transação e para as razões pelas quais o Comitê de Auditoria considera que a transação observa os critérios previstos nos itens I a III do parágrafo anterior; e
- IV. Análise sucinta do risco de crédito do tomador quando a transação envolver a concessão de empréstimo pela Companhia.

Nas hipóteses em que entender adequado, observados os limites de orçamento previamente

aprovados pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria poderá, a fim de auxiliar no embasamento de sua análise e recomendação quanto à Transação com Partes Relacionadas, determinar a realização de avaliações e laudos independentes, elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação, e consultar a avaliar alternativas de mercado à Transação com Partes Relacionadas, as quais poderão ser ajustadas pelos fatores de risco envolvidos.

Não se sujeitam às regras e aos procedimentos da Política as transações com partes relacionadas referentes à remuneração dos administradores da Companhia.

As transações com partes relacionadas dependem de prévia aprovação do Conselho de Administração da Companhia, ressalvadas as hipóteses em que as transações com partes relacionadas sejam realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e cujo valor individual seja inferior a R\$ 70.000,00, desconsideradas operações relacionadas e recorrentes envolvendo uma mesma Parte Relacionada, casos em que caberá à Diretoria, de forma colegiada, aprovar tais transações.

Na análise das transações com partes relacionadas sujeitas a sua aprovação, o Conselho de Administração da Companhia deverá considerar e verificar os seguintes pontos:

- (i) se há motivos claros para a realização da transação com parte relacionada;
- (ii) se os termos da transação com parte relacionada atendem aos princípios e regras da Política, devendo arquivar a documentação pertinente à comprovação da comutatividade da transação com parte relacionada, incluindo os procedimentos de concorrência e/ou tomada de preço aplicáveis;
- (iii) se a transação com parte relacionada não se enquadra como uma das hipóteses de transações vedadas, previstas na Política; e
- (iv) a análise e recomendação do Comitê de Auditoria, bem como os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões e laudos emitidos por profissional ou empresa especializada e independente, se houver.

A Política prevê, ainda, regras para a identificação e administração de conflitos de interesses, considerando-se uma situação de conflito de interesses aquela em que pessoa envolvida no processo decisório relativo a uma transação com partes relacionadas não é independente em relação à transação em discussão, podendo influenciar ou tomar decisões motivado por interesses particulares ou distintos daqueles da Companhia.

Nesse sentido, com o intuito de garantir que as decisões sejam tomadas com total lisura e visando o melhor interesse da Companhia, a Política determina que as pessoas envolvidas no processo decisório relativo à aprovação de transação com partes relacionadas que se encontrarem em situação de conflito de interesse deverão:

- (i) declarar sua condição ao órgão responsável pela deliberação relativa à transação em questão;
- (ii) quando aplicável, abster-se de votar nas deliberações relativas à Transação com Partes Relacionadas; e
- (iii) abster-se de participar das discussões para decisão a respeito da aprovação, pela Companhia, da transação com partes relacionadas em questão, devendo, inclusive, quando for o

caso, retirar-se da reunião enquanto a discussão estiver ocorrendo.

Caso alguma pessoa envolvida no processo decisório relativo à aprovação de transação com partes relacionadas se encontre em situação de conflito de interesses e não manifestar tal fato, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá reportar essa questão à mesa do conclave.

Se posteriormente configurada a situação de conflito de interesses, o exercício de voto da pessoa conflitada poderá ser considerado violação à Política, sujeitando-a, dentre outras medidas, à aplicação das sanções previstas no Código de Conduta da Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TC Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda	18/05/2022	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato para gerenciamento de caixa					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Mútuo					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PANDHORA INVESTIMENTOS LTDA	02/01/2023	3.840.000,00	3.840.000,00	3.840.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato para gerenciamento de caixa					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	AFAC					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TC MATRIX LTDA	01/05/2023	1.663.000,00	1.663.000,00	1.663.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Conta corrent					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Mútuo					
Posição contratual do emissor	Credor					

Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

11.2 - Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adotou, para a transação identificada no item 11.2, as medidas previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), para identificar conflitos de interesses, não havendo, na época da realização da operação, regra específica formalizada da Companhia para tal fim, tendo em vista que a elaboração e aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas é posterior. No mais, não houve necessidade de estabelecer nenhum mecanismo formal adicional para eventuais conflitos de interesses relacionados à operação identificada no 11.2.

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A transação com a sociedade controlada da Companhia, mencionada no item 11.2 deste Formulário de Referência, foi celebrada em condições equitativas ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que condições disponíveis no mercado. Nesse sentido, a Companhia entende que a transação foi realizada no melhor interesse da Companhia.

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

O critério de materialidade utilizado para definir as transações com partes relacionadas é qualquer valor transacionado com parte relacionada será reportado nas Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Se a entidade tiver realizado transações entre partes relacionadas durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis, a entidade deve divulgar a natureza do relacionamento entre as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações e saldos existentes, incluindo compromissos, necessárias para a compreensão dos usuários do potencial efeito desse relacionamento nas demonstrações contábeis.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/06/2024		N/A	623.439.953,10
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
40.021.019		0	40.021.019

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/06/2024		N/A	623.439.953,10
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
40.021.019		0	40.021.019

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/06/2024		N/A	623.439.953,10
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
40.021.019		0	40.021.019

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
31/08/2021		N/A	0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
600.000.000		0	600.000.000

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipóteses de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. outras características relevantes

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2024, outros valores mobiliários emitidos além das suas ações ordinárias.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2025, outros valores mobiliários emitidos além das suas ações ordinárias.

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento de listagem denominado Novo Mercado e sob o código de negociação (*ticker*) TRAD3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos provenientes do IPO utilizados até o momento foram destinados para: (i) a realização de aquisições estratégicas que possibilitem o aprimoramento do ecossistema da Companhia; (ii) investimentos em desenvolvimento e aprimoramento da plataforma do TC; e (iii) investimentos em marketing.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas quando das referidas distribuições.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas quando das referidas distribuições.

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Complemento ao item 12.1:

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- (i) participar da distribuição dos lucros;
- (ii) participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
- (v) votar nas assembleias gerais; e
- (vi) retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o artigo 7º do Estatuto Social, a emissão de ações, de debêntures conversíveis em ações, ou de bônus de subscrição, pode ser realizada com exclusão do direito de preferência ou com redução do prazo para seu exercício.

Aprovação da proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 7 ações ordinárias para 1 ação da mesma espécie

A administração da Companhia aprovou na Assembleia Geral Extraordinária realizado no dia 20/06/2024 a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de sua emissão, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), na proporção de 7:1, de forma que cada lote de 7 ações ordinárias seja grupado em uma única ação ordinária.

A proposta de Grupamento tinha por objetivo principal auxiliar na redução da volatilidade na cotação, bem como cumprir com o Ofício 1399.2023-SLS, enviado em 21/12/2023 pela B3, por meio do qual, dentre outras providências, a Companhia foi instada a tomar as medidas cabíveis para enquadrar a cotação das ações de sua emissão, nos termos do

Regulamento de Emissores da B3 ("Regulamento"), que exige o enquadramento da cotação das ações de emissão da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 1,00 por unidade.

Como resultado do Grupamento, as 280.147.138 ações ordinárias passaram a representar 40.021.019 ações ordinárias.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eu, **PEDRO GERALDO BERNARDO DE ALBUQUERQUE FILHO**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 342.373.478-77, com endereço comercial no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Torre 2 - 5º andar - conjunto 52, Vila Nova Conceição, na qualidade de Diretor Presidente e de Relações com Investidores do TC S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho
Diretor Presidente e de Relações com Investidores



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 01/06/2026 às 16:47:42 (GMT -3:00)

13.1-CEO&DRI.docx (1)

ID única do documento: #0f475e06-5f0d-4cf4-8f35-ebc26f404c6d

Hash do documento original (SHA256): AA25B008FBB1B32B00A4E8F96968FCB49FCF8CC6A7682D73928ED3BC9E78205A

Este Log é exclusivo ao documento número #0f475e06-5f0d-4cf4-8f35-ebc26f404c6d e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (1)

✓ PEDRO GERALDO BERNARDO DE ALBUQUERQUE FILHO (Contratante)
Assinou em 01/06/2026 às 16:47:42 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora

01/06/2026 às 12:29:16
(GMT -3:00)

01/06/2026 às 16:47:42
(GMT -3:00)

01/06/2026 às 16:47:42
(GMT -3:00)

Evento

Fernanda Palladini solicitou as assinaturas.

PEDRO GERALDO BERNARDO DE ALBUQUERQUE FILHO (CPF 342.373.478-77; E-mail pedro.albuquerque@tc.com.br; IP 191.8.215.163), assinou via email. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.

Documento assinado por todos os participantes.

Documento não preenchido.